II SEMINÁRIO NACIONAL DO NEPPE

DIÁLOGOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM QUESTÃO

ORGANIZADORES

MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO
LUIS EDUARDO DOS SANTOS CELENTE

NEPPE
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais

II SEMINÁRIO NACIONAL DO NEPPE

DIÁLOGOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA:
AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM QUESTÃO

NEPPE
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais

neppe.ufpel

CÓSSIO, Maria de Fátima; CELENTE, Luis Eduardo dos Santos. **II Seminário Nacional do NEPPE**: Diálogos sobre a privatização da educação: as parcerias público-privadas em questão. NEPPE/UFPEL, Pelotas, 2026.

PALAVRAS-CHAVES: I. Novo Neoliberalismo;II. Privatização da educação; III. Educação Pública; IV. Pesquisa em Educação; V. Parcerias público-privadas

FINANCIAMENTO

FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Rio Grande do Sul

ORGANIZAÇÃO
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais:
Profa. Dra. Maria de Fátima Cóssio, Drn. Luis Eduardo dos Santos Celente,
Dra. Viviane da Silva Lemos, Drn. Daynir Pêrea Muniz Brasil,
Drn. Michele Vollrath Bento, Drn. Uátyla de Oliveira Lima,
Drn. Vanessa Silva da Silva, Drn. Verônica Rodrigues de Lima,
Msn. Alberto Antônio Rebonatto Neto, Msn. Stella Gomes Engleitner,
Helena Vahl Ferreira, Lucas Ranieli Gomes Moreno,
Mariana Dias Lameira, Richard Farias Soares

APOIO
Universidade Federal de Pelotas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

ARTES E DIVULGAÇÃO
Pedro Fernandes Viana

COMITÊ CIENTÍFICO
Alberto Antônio Rebonatto Neto (UFPel), Álvaro Luiz Moreira Hypolito (UFPel),
Daynir Pêrea Muniz Brasil (UEA), Eduardo Augusto Moscon Oliveira (UFES),
Gabriela Teixeira Gomes (SEDUC/RS), José Francisco Puello-Socarrás (ESAP-Colômbia),
Leonardo Dorneles Gonçalves (FURG), Luis Eduardo dos Santos Celente (UFPel)
Maria de Fátima Cóssio (UFPel), Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (UFMS)
Michele Vollrath Bento (IFSul), Susana Schneid Scherer (FURG),
Stella Gomes Engleitner (UFPel), Teise de Oliveira Guaranha Garcia (UNICAMP),
Uátyla de Oliveira Lima (UFAM), Valdelaine da Rosa Mendes (UFPel),
Vanessa Silva da Silva (UFPel), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS/UNIFESP),
Verônica Rodrigues de Lima (UFPel), Viviane da Silva Lemos (UFPel)

DIAGRAMAÇÃO
Evangraf

SUMÁRIO

ÁREA TEMÁTICA 1: IMPLICAÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO 9

RESISTÊNCIA DOCENTE, AUTONOMIA PEDAGÓGICA E EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: DISPUTAS DE PROJETOS NA ESCOLA PÚBLICA DE GRAVATAÍ-RS
Angelita Carla Alves Pereira; Ana Cristina da Silva Rodrigues 10

A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
Carmen Beatriz Lübke Ücker; Isadora Cabreira da Silva 16

O PROGRAMA ALFAMAIS GOIÁS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: ENTRE A GOVERNANÇA POR PERFORMATIVIDADE E A AUTONOMIA DOCENTE
Cleythiany Aguiar e Silva; Renato Barros de Almeida 22

PRIVATIZAÇÃO EM QUESTÃO: O PAPEL DO SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM MATO GROSSO (2022-2025)
Leoncio Simões Pio Saes; Ozerina Victor de Oliveira 31

PRIVATIZAÇÃO E ACCOUNTABILITY NA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS: UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
Maria Eloisa da Silva; Maria das Neves Guedes; Ana Maria dos Santos; Jamili Farias Gonçalves 38

ENTRE A INFRAESTRUTURA E A GESTÃO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES DA PPP PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS DE PELOTAS
Vanessa Silva da Silva; Maria de Fátima Cóssio 43

ÁREA TEMÁTICA 2: MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DAS PPPS NA EDUCAÇÃO BÁSICA 49

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: MAPEAMENTO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
Anaïs Paiva do Carmo 50

MAPEAMENTO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL AMAZONENSE
Daynir Pêrea Muniz Brasil; Uatyla de Oliveira Lima; Alberto Rebonatto Neto; Maria de Fátima Cóssio 58

A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO GEPEFI/UEM: TEMAS, ABORDAGENS E CONTRIBUIÇÕES
Stella Gomes Engleitner 66

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA E TEMAS SUBJETIVOS
Susana Schneid Scherer; Maria de Fátima Cóssio ; Vera Maria Vidal Peroni 71

MAPEAMENTO DOS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA AZONASUL (RS): A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM QUESTÃO (2021 – 2024)
Thyago Lopes Martins; Leonardo Dorneles Gonçalves 77

ÁREA TEMÁTICA 3: RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA 85

A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NA RECONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU: O AVANÇO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Elia Maria Leandro Uangna; Andressa Aita Ivo 86

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SUA ATUAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA-ES
Estér Marlene Gonçalves Reis; Carina Copatti 94

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DISPUTA: TENSIONAMENTOS PRODUZIDOS PELAS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO
Fátima de Lurdes Barcellos da Rosa; Francine Couto de Oliveira Weymar; Mari Janke Rocha 101

APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA: A BIBLIOTECA ESCOLAR PÚBLICA NA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA
Francine Couto de Oliveira Weymar; Fatima Barcellos da Rosa; Mari Regina Rocha Janke 108

COMPROMISSO NACIONAL DA CRIANÇA ALFABETIZADA E O PROGRAMA ALFABETIZA TCHÊ: RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ALFABETIZAÇÃO E OS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
Isabella Miola; Andressa Aita Ivo 115

O COMPONENTE CURRICULAR "PÓS-MÉDIO" E SUAS INFLUÊNCIAS PARA A INSERÇÃO DA LÓGICA EMPREENDEDORA NA ESCOLA PÚBLICA
Isadora Cabreira da Silva; Carmen Beatriz Lübke Ücker 121

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E A FORMAÇÃO DOCENTE EM ARTES VISUAIS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO INSTITUTO IUNGO
Laura Sacco dos Anjos Torres; Diana Paula Salomão de Freitas; Maria de Fátima Cóssio 126

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS
Luis Eduardo dos Santos Celente 132

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O MERCADO DENTRO DA ESCOLA PÚBLICA
Mari Regina Rocha Janke; Francine Couto de Oliveira Weymar; Fatima Barcellos da Rosa 139

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PLATAFORMAS DIGITAIS: AS IMPLICAÇÕES DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Patricia Luzorio Marques da Silva; Eduardo Augusto Moscon Oliveira 145

"VÍCIOS PRIVADOS; VIRTUDES PÚBLICAS?": EMPREENDEDORES MORAIS E A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA
Raquel Peres Macêdo 151

A INFLUÊNCIA DO SETOR PRIVADO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL (2017 – 2021)
Thaiane da Silva D'Avila 156

A EDUCAÇÃO PÚBLICA E AS IMPLICAÇÕES DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL
Valdirene Hessler Bredow 163

ENTRE A GESTÃO E O CUIDADO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOB A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO
Valentiny Lüdtke Sebaje 170

APRESENTAÇÃO

Este e-book reúne os resumos expandidos apresentados no II Seminário do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPPE), realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2026, na Universidade Federal de Pelotas. Com o tema *Diálogos sobre a privatização da educação básica: as parcerias público-privadas em questão*, o evento ocorreu de forma presencial, com as sessões de apresentação de trabalhos em formato híbrido, o que permitiu a participação de pesquisadoras, pesquisadores, professoras e professores de diferentes instituições e regiões do país.

A escolha do tema se relaciona a um movimento que o NEPPE pesquisa há mais de dez anos. A privatização da educação básica no Brasil já não se expressa somente pela transferência da oferta ao setor privado ou à privatização *stricto sensu* das instituições escolares públicas. Ela passou a atuar por dentro das redes públicas, por meio de parcerias com fundações, institutos, organizações sociais e empresas que assumem a gestão escolar, a formação de professores, a produção de materiais didáticos e a definição de conteúdos, enquanto a propriedade das escolas permanece pública. Essas relações ganharam força com as reformas educacionais da última década e com a reconfiguração do Estado orientada pela Nova Gestão Pública e, mais recentemente, pela Pós-Nova Gestão Pública, alcançando redes estaduais e municipais de todos os portes.

No Rio Grande do Sul, esse quadro tem sido documentado pelo mapeamento das parcerias público-privadas em educação nos 497

municípios do estado, desenvolvido pelo NEPPE em conjunto com o GPRPPE/UFRGS e o Geducação/FURG. A proposta de concessão de escolas da rede estadual gaúcha, recentemente suspensa, tornou o debate ainda mais necessário e deu ao seminário uma dimensão que vai além da academia: discutir as parcerias é também discutir o futuro da educação pública, da gestão democrática e da formação das próximas gerações.

A programação foi aberta pela palestra do professor José Francisco Puello-Socarrás (Escuela Superior de Administración Pública, Bogotá/CO), *O público e o privado na era do neo(liberal)gestionarismo: (nova e pós-nova) gestão pública, valor público, governança*, que situou as parcerias no conjunto das transformações do Estado sob o novo neoliberalismo, tema da colaboração que o NEPPE mantém com a ESAP. Seguiram-se quatro mesas. A primeira apresentou o mapeamento das parcerias nos municípios do estado do RS, com Maria de Fátima Cóssio (UFPel), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS) e Leonardo Dorneles Gonçalves (FURG). A segunda discutiu as novas formas de privatização da educação e suas implicações para a gestão democrática, com Valdelaine da Rosa Mendes (UFPel) e Teise de Oliveira Guaranha Garcia (UNESP). A terceira tratou dos efeitos das parcerias nas práticas escolares, na formação de professores e na concepção de ensino, com Leonardo Dorneles Gonçalves (FURG) e Eduardo Augusto Moscon Oliveira (UFES). A quarta abordou a reconfiguração do Estado, as políticas públicas de educação e a gestão educacional, com Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS) e Álvaro Moreira Hypolito (UFPel). O encerramento, com Luis Eduardo dos Santos Celente (UFPel) e Stella Gomes Engleiner (UFPel), apresentou o levantamento dos grupos de pesquisa de instituições públicas que se dedicam ao mapeamento das parcerias público-privadas na educação básica, com o propósito de aproximar essas equipes e favorecer o trabalho conjunto.

Os resumos expandidos aqui publicados correspondem às comunicações apresentadas nas sessões de trabalhos e estão organizados segundo os três eixos do evento. O primeiro, *Mapeamento e caracterização das PPPs na educação básica*, reúne estudos que

identificam as parcerias, os instrumentos que as formalizam, os atores envolvidos e sua abrangência. O segundo, *Relações entre o público e o privado na educação básica*, agrupa trabalhos que analisam as formas assumidas por essas relações e as disputas em torno do sentido do público. O terceiro, *Implicações da privatização da educação na gestão educacional e escolar*, examina os efeitos das parcerias sobre a gestão democrática, o trabalho docente e a organização das escolas.

Os textos resultam de pesquisas e práticas conduzidas por estudantes, docentes e pesquisadores de diferentes instituições e, em conjunto, oferecem o cenário atual das investigações/ações sobre o tema. Revelam a extensão e a diversidade das parcerias, a presença recorrente de alguns atores privados em diferentes redes e as dificuldades de acesso às informações públicas sobre esses acordos, que também são objeto de análise. Mostram, ainda, que a produção de conhecimento sobre a privatização da educação depende de trabalho coletivo e de cooperação entre grupos, condição que o seminário buscou fortalecer.

Registramos nossos agradecimentos à Reitoria da UFPel, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, à Faculdade de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação, pelo apoio à realização do evento; à FAPERGS pelo financiamento das pesquisas e do evento do núcleo; às conferencistas e aos conferencistas, às mediadoras e aos mediadores, pela generosidade com que compartilharam seus estudos; às autoras e aos autores dos trabalhos; e à equipe do NEPPE, responsável pela organização do seminário e deste e-book.

Esperamos que esta publicação contribua para ampliar o debate sobre a privatização da educação básica, para fortalecer a defesa da escola pública, propiciar mecanismos de resistência e criar condições para a produção de alternativas contra-hegemônicas.

Maria de Fátima Cóssio
Coordenadora do NEPPE/FaE/UFPel

ÁREA TEMÁTICA 1

IMPLICAÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR

II SEMINÁRIO NACIONAL DO NEPPE

DIÁLOGOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM QUESTÃO

RESISTÊNCIA DOCENTE, AUTONOMIA PEDAGÓGICA E EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: disputas de projetos na escola pública de Gravataí-RS

Angelita Carla Alves Pereira[1]
Ana Cristina da Silva Rodrigues[2]

A educação pública brasileira tem sido atravessada por transformações relacionadas às reformas educacionais, à ampliação das parcerias entre o setor público e instituições privadas e à difusão de formas de gestão e de sistemas estruturados de ensino. No âmbito da escola pública, esses processos repercutem sobre a gestão, o currículo, o trabalho docente e a autonomia pedagógica, fazendo da educação um espaço de disputa entre diferentes projetos de formação, de sociedade e de escola. É nesse contexto que se situa a discussão sobre o empresariamento da educação e suas implicações para a gestão educacional e escolar, questão diretamente relacionada à Área Temática 1 do II Seminário Nacional do NEPPE.

O presente trabalho integra uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento e parte da compreensão de que os processos de empresariamento da educação não podem ser reduzidos a questões administrativas ou metodológicas. Eles se articulam a disputas mais amplas sobre a definição dos objetivos da educação pública, sobre o currículo e sobre os espaços de decisão dos sujeitos que atuam na escola. Em diálogo com Peroni (2003), Apple (1989;

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio grande do Sul; email acap260402@gmail.com.
2 Professora Doutora da Universidade Federal do Pampa, vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Educação (Jaguarão) e em Ensino (Bagé), líder do GEPPAGE. E-mail: anacristina@unipampa.edu.br

2003) e com as discussões presentes no campo crítico da educação, compreende-se que as relações entre público e privado produzem tensionamentos que alcançam a organização escolar e o trabalho pedagógico.

Nessa perspectiva, a resistência docente constitui uma categoria analítica para compreender como os sujeitos da escola pública enfrentam, negociam e ressignificam processos que tensionam sua autonomia e suas possibilidades de participação. A autonomia pedagógica é compreendida, em diálogo com Freire (1996), como dimensão vinculada à prática educativa crítica e à capacidade dos sujeitos de participar da construção dos sentidos do trabalho educativo. Giroux (1986), Saviani (2008) e Libâneo (1985) contribuem para situar a escola e o trabalho docente como espaços de disputa política e pedagógica. Assim, resistência, autonomia pedagógica e gestão democrática são analisadas em articulação com as transformações decorrentes do empresariamento da educação.

Partindo desse contexto, o objetivo deste trabalho é discutir a resistência docente como categoria analítica para compreender as disputas entre projetos educacionais na escola pública, considerando as implicações dos processos de empresariamento da educação para a autonomia pedagógica e a gestão escolar no município de Gravataí-RS. A delimitação territorial permite aproximar a discussão teórica de uma realidade concreta e orientar a etapa empírica da pesquisa.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: CARTAS PEDAGÓGICAS E PRODUÇÃO DE NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA

A pesquisa de doutorado que fundamenta este trabalho encontra-se em fase de desenvolvimento e adota abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético. A investigação busca compreender os movimentos de resistência docente a partir das experiências e narrativas produzidas pelos sujeitos envolvidos, articulando a análise das condições concretas em que se de-

senvolve o trabalho escolar às mediações políticas e pedagógicas que atravessam a escola pública.

Como estratégias de produção de dados serão utilizadas entrevistas semiestruturadas e oficinas de cartas pedagógicas. As cartas pedagógicas, inspiradas na tradição freireana, são compreendidas como possibilidade de reflexão, diálogo e produção de memória, permitindo que os participantes expressem experiências, percepções e interpretações sobre os processos investigados. Sua utilização pretende valorizar a voz dos sujeitos e favorecer a construção de narrativas sobre as práticas de resistência desenvolvidas no cotidiano escolar.

No estágio atual da pesquisa, os instrumentos ainda não foram aplicados. A investigação aguarda as autorizações das instâncias competentes para o início da produção dos dados empíricos junto aos participantes. Dessa forma, os resultados apresentados neste resumo não decorrem de entrevistas ou oficinas já realizadas, mas da etapa teórico-bibliográfica e da definição metodológica que antecede o trabalho de campo.

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais apresentados correspondem à etapa teórico-bibliográfica da pesquisa. A revisão realizada até o momento permitiu aprofundar a compreensão da resistência docente como categoria analítica e evidenciou que as transformações relacionadas ao empresariamento da educação extrapolam questões técnicas ou administrativas. Elas se inserem em disputas mais amplas sobre os projetos de educação e de sociedade que orientam as políticas educacionais e a organização da escola pública.

A sistematização do referencial teórico possibilitou identificar uma relação entre empresariamento da educação, autonomia pedagógica e resistência docente. As discussões de Peroni (2003) contribuem para compreender a presença de relações entre o Estado e o setor privado na formulação e implementação das políticas educacionais. Em Apple (1989; 2003), as disputas em torno da

educação, do currículo e das relações de poder permitem problematizar a presença de interesses que ultrapassam o espaço estritamente escolar. Essas contribuições sustentam a necessidade de analisar o empresariamento não apenas como uma forma de gestão, mas como parte de disputas acerca dos sentidos da educação pública.

Do mesmo modo, as contribuições de Freire (1996) permitem relacionar autonomia pedagógica, diálogo e prática educativa crítica, enquanto Giroux (1986) possibilita compreender a resistência como dimensão da ação dos sujeitos no interior das instituições educacionais. Em articulação com Saviani (2008) e Libâneo (1985), esse conjunto teórico reforça a compreensão da escola pública como espaço de disputas pedagógicas e políticas. A resistência docente, portanto, não é tratada como simples oposição individual a uma política, mas como possibilidade de ação dos sujeitos diante de processos que interferem na organização do trabalho pedagógico e na definição dos rumos da escola.

Esse movimento teórico também permitiu delimitar as categorias que orientarão a análise dos dados empíricos: empresariamento da educação, resistência docente, autonomia pedagógica e gestão democrática. A articulação entre essas categorias contribuiu para o refinamento do problema de pesquisa e para a definição dos procedimentos que serão utilizados na etapa de campo. Nesse sentido, o resultado principal desta etapa consiste na construção de um quadro analítico capaz de relacionar as políticas e práticas de empresariamento às experiências concretas dos sujeitos da escola pública.

Embora a produção dos dados empíricos ainda não tenha ocorrido, a análise desenvolvida permite sustentar, como resultado parcial, que a disputa em torno da escola pública envolve também a disputa pela autonomia dos sujeitos que nela trabalham. A presença de propostas, mecanismos e relações associadas ao setor privado pode produzir tensionamentos sobre a gestão, o currículo e o trabalho docente, ao mesmo tempo em que abre espaço para diferentes formas de resistência. A etapa empírica será fundamen-

tal para verificar como essas tensões são vivenciadas e significadas pelos sujeitos da escola investigada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas nesta etapa da pesquisa indicam que a resistência docente constitui uma categoria relevante para compreender as disputas contemporâneas em torno da escola pública. O empresariamento da educação, ao alcançar dimensões relacionadas à gestão, ao currículo e ao trabalho pedagógico, coloca em questão os espaços de autonomia e participação dos sujeitos escolares. Por isso, a análise da resistência não pode ser dissociada das condições concretas em que as políticas educacionais são implementadas.

A revisão teórico-bibliográfica permitiu fortalecer a articulação entre empresariamento da educação, autonomia pedagógica, gestão democrática e resistência docente, além de delimitar as categorias que orientarão a investigação empírica. A pesquisa encontra-se, contudo, em momento anterior à produção dos dados, de modo que não são apresentadas conclusões sobre as experiências dos participantes. Espera-se que as entrevistas semiestruturadas e as oficinas de cartas pedagógicas possibilitem compreender como os sujeitos da escola pública de Gravataí-RS interpretam e constroem movimentos de resistência diante das disputas que atravessam a educação pública.

Assim, a continuidade da investigação pretende contribuir para o debate sobre as implicações do empresariamento e da privatização da educação para a gestão educacional e escolar, especialmente no que se refere à autonomia pedagógica e à participação docente. Ao tomar a escola pública como espaço de disputa de projetos educacionais, a pesquisa busca evidenciar a importância da resistência e da gestão democrática para a defesa da educação como direito social.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

APPLE, Michael W. Educação e democracia. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, Henry A. Teoria crítica e resistência em educação. Petrópolis: Vozes, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

PERONI, Vera Maria Vidal. Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

Carmen Beatriz Lübke Ücker[1]
Isadora Cabreira da Silva[2]

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo analisar os processos de privatização da educação no estado do Rio Grande do Sul durante o governo de Eduardo Leite (2019-2026). Os processos privatistas educacionais no nosso estado assumiram várias frentes. A Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE) no primeiro semestre de 2025 publicou no seu periódico Cadernos de Educação um levantamento realizado, a partir de documentos produzidos pelo Observatório Latino-Americano de Políticas Educativas, vinculado à Internacional da Educação da América Latina (IEAL), intitulado *Expansão do Setor Privado na Educação Básica: panorama latino-americano e evidências do Brasil,* no qual demonstra as formas e como a privatização da educação tem se expandido na América Latina e aqui no Brasil. O texto faz referência às diferentes modalidades de privatização da educação pública, dentre as quais mencionamos aqui: a terceirização da gestão educacional; a elaboração de políticas educacionais; as parcerias entre instituições e municípios; a cooperação internacional para a aquisição de serviços; as bolsas de estudos; os *vouchers*; o mercado livre, através do cofinanciamento de matrículas escolas esco-

1 Mestra em Educação (UFPEL); Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS); bia.lubke@gmail.com
2 Mestra em Educação (UFPEL); Secretaria Municipal de Educação de Jaguarão; isadorasilvacabreira@gmail.com.

lares em escolas particulares de baixo custo; uso de tecnologias e plataformas digitais. (CNTE, 2025).

Das modalidades de privatização descritas anteriormente, três estão presentes no estado do Rio Grande do Sul. A terceirização da gestão educacional; a elaboração de políticas educacionais com a participação de grandes grupos empresariais; e o uso de tecnologias digitais, por meio das quais o governo do estado do Rio Grande do Sul faz convênios com diversas plataformas digitais e empresas de tecnologias para a oferta de ferramentas tecnológicas à estudantes e professores. Um exemplo foi o uso, durante a pandemia, da plataforma Google Classroom, para atender as demandas dos estudantes. Essa plataforma ainda é usada nas escolas para o atendimento de estudantes em estudos remotos, ou seja, aqueles que por algum impedimento não conseguem comparecer presencialmente à escola.

Neste texto, nos dedicaremos a discutir apenas um desses processos de privatização: a terceirização da gestão educacional e como esse processo vem impactando as relações de trabalho dentro das escolas e as gestões escolares.

A TERCEIRIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL

Uma das formas de terceirização da gestão educacional, ocorre através da implementação de sistemas de avaliações externas. As escolas estaduais realizam anualmente três avaliações externas, uma a cada trimestre, sendo a primeira diagnóstica, a segunda formativa e a terceira somativa. Esse Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS), avalia o desempenho dos estudantes do segundo ano dos anos iniciais do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio nos componentes curriculares de matemática e português. Para além do estreitamento curricular (Freitas, 2012; 2018), pois os professores, principalmente dos anos iniciais do ensino fundamental, se voltam completamente para esses componentes curriculares, deixando os demais de lado; temos ainda o apostilamento, pois para me-

lhorar o desempenho dos estudantes nessas avaliações as escolas recebem material específico para ser trabalhado em sala de aula, nas disciplinas de português e matemática.

As aplicações das avaliações do SAERS são feitas por meio de uma plataforma digital denominada CAED Digital. Esta plataforma é "pública" e foi desenvolvida para a atender as avaliações de larga escala das redes de ensino públicas. Porém, a plataforma pertence à Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), uma entidade privada sem fins lucrativos de apoio à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), fundada em 2019. Esta entidade possui autonomia financeira e administrativa[3]. Para o corrente ano, além da disponibilização das provas do SAERS por meio da plataforma CAED Digital, estado do Rio Grande do Sul contratou ainda a Fundação para Vestibular de Universidade Paulista, com contrato ainda em vigência pelo período de dezoito de novembro de 2025 a vinte de novembro de 2026, no valor de 9.620.404,08, de acordo com informações encontradas na página do Tribunal de Contas do Estado[4].

Outra forma de terceirização da gestão educacional nas escolas públicas estaduais é a interferência direta do Instituto Unibanco nas gestões escolares, por meio de parceria público-privada firmada entre a entidade e a SEDUC/RS. Em 2024, o estado do RS pactuou com as escolas, através do Programa Jovem de Futuro, a aprovação de 90% dos estudantes. Mas não houve melhorias estruturais nas escolas e não foram adotadas medidas que reverberassem na melhoria da qualidade de ensino para que se alcançasse o resultado de 90% dos estudantes aprovados. O que ocorreu de fato foi uma pressão exercida pela coordenadoria regional de educação para que os professores aprovassem os estudantes. O aumento do número de planilhas a serem preenchidas com planejamentos intermináveis e repetitivos; e, com a elaboração de atas através das quais o professor e a escola precisam justificar

3 www.fundacaocaed.org.br
4 Disponível em: <https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:21:::NO:RIR,21:P21_PAG_RETORNO,F50500_CD_ORGAO:20,1900&cs=1kn0oaNatdgy7bUrDym6vIuqI0Tk > Acesso em: 03. ago. 2026.

a reprovação dos educandos, tem se tornado um dos fatores que contribuem para a sobrecarga do trabalho docente na atualidade. Isto oriundo do Circuíto de Gestão pensado pelo Programa Jovem de Futuro. Esse circuíto prevê a pactuação de metas com as secretarias estaduais de educação, coordenadorias regionais de educação e escolas; planejamento; compartilhamento de práticas; correção da rota; avaliação e execução. Esses planejamentos são inseridos na plataforma SIGAE (Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação). Uma plataforma de monitoramento das etapas do circuito de gestão. Segundo informação presente no site do Instituto Unibanco, essa ferramenta permite o planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão da educação pública em tempo real, de maneira simples e rápida[5].

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A realização de testes padronizados, para não dizer iguais - as provas do SAERS têm sido exatamente as mesmas desde a sua primeira aplicação - se reflete na responsabilização da escola e dos professores pelo baixo desempenho dos estudantes, que por sua vez também pressionam seus alunos para a obtenção de melhores resultados nessas provas. Essa pressão ocorre tanto por parte das coordenadorias regionais de educação ao excluir os estudantes que estão em atendimento educacional especializado (AEE) da realização dessas avaliações, para que eles não sejam responsáveis por baixar as médias das escolas daquela regional. Quanto por parte das escolas e dos professores, que em alguns momentos, organizam a aplicação dessas provas de forma que os professores de língua portuguesa e matemática sejam os responsáveis pela aplicação dos testes, de modo a auxiliar os estudantes durante a realização da avaliação. Essas medidas, entre outras que não sabemos, adotadas pelas escolas demonstram o fracasso das avaliações em larga escala.

5 Disponível em <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/como-funciona/> Acesso em: 04 ago. 2026.

Além disso, essa política educacional não tem reverberado em melhorias na qualidade de educação, nem mesmo nos componentes curriculares avaliados nas provas (Vicente; Oliveira, 2023). Então, a propalada melhoria na qualidade de educação atribuída a realização e investimento de dinheiro público para a realização desses testes, não passa de uma mentira para justificar a inserção da lógica empresarial no campo da educação, através da qual se passa a ter o controle ideológico e político dos trabalhadores em educação e da formação a ser ofertada nas escolas públicas aos filhos da classe trabalhadora. Mudam-se as relações de trabalho dentro da escola. Antes o trabalho coletivo, a luta coletiva. Agora o trabalho individual, a responsabilização individual, o adoecimento mental.

Para Freitas (2018, p. 103 - 104);

> Neste caminho de destruição da educação pública, outro dos objetivos da reforma associado à privatização, de caráter ideológico, também foi sendo cumprido: controlar o processo educativo, colocando a escola sob formas de administração empresarial. Guiados por seu projeto político-ideológico, não são poucas as vantagens que encontram nisso: permite o controle da gestão, fazendo com esta assuma um estilo empresarial e impedindo com isso a gestão democrática da escola com uma concepção pública, como um "bem comum"; e permite o controle dos profissionais de educação, por quem nutrem verdadeiro desprezo.

Além dos testes padronizados, a gestão escolar e os professores passam a cumprir as metas estipuladas pelo Programa Jovem de Futuro, do Instituto Unibanco. Aliás, um dos motivos para a aplicação desses testes é justamente criar metas a serem atendidas através da metodologia do Circuito de Gestão, implementado pelo Programa Jovem de Futuro em todas as escolas públicas estaduais. O gestor escolar que não cumprir as metas estará sujeito a sanções administrativas, podendo perder o cargo de gestão. Isso em um estado que ainda advoga em favor da gestão "democrática" das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a brevidade deste texto, optamos por tecer algumas considerações. A terceirização da gestão escolar no Rio Grande do Sul tem se caracterizado pela ampla inserção do setor privado na educação pública. A lógica de mercado, inserida nas escolas, modifica a rotina escolar, o trabalho docente e a gestão democrática. As gestões escolares, embora ainda eleitas pela comunidade, passam a responder a metas estipuladas pelos grupos empresariais que estão por trás dessas políticas educacionais, e não mais aos interesses da comunidade. Tem-se tornado cada vez mais raro, dentro das escolas, a realização de assembleias com a ampla participação da comunidade escolar para discutir projetos relacionados à educação gaúcha.

A realização de testes padronizados contribuem para esse quadro e fazem parte do controle ideológico do Estado. Controle exercido sobre os gestores, os professores e os estudantes, filhos da classe trabalhadora e futura mão de obra a disponível ao mercado de trabalho dominado pelas mesmas empresas responsáveis pela elaboração das políticas educacionais, entre as citadas neste texto, temos o Instituto Unibanco, vinculado ao Terceiro Setor e, principalmente, ao Banco Itaú.

REFERÊNCIAS:

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Expansão do setor privado na educação: panorama latino-americano e evidências no Brasil. *Cadernos de Educação*. Brasília: Confederação dos Trabalhadores em Educação, n. 32, jan./jun. 2025.

FREITAS, Luiz C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379 - 404, abr./jun. 2012.

FREITAS, Luiz C. de. *A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

VICENTE, Magda de A.; OLIVEIRA, Juliana S. Políticas educacionais neoliberais e avaliação externa: experiências do SAERS em escolas públicas de Rio Grande. *Revista Linguagem, Educação e Sociedade*, v. 27, n. 55, 2023.

O PROGRAMA ALFAMAIS GOIÁS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: ENTRE A GOVERNANÇA POR PERFORMATIVIDADE E A AUTONOMIA DOCENTE

Cleythiany Aguiar e Silva[1]
Renato Barros de Almeida[2]

APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA

O presente texto traz resultados parciais da pesquisa de mestrado que vimos desenvolvendo sobre a formação continuada de professores no contexto do Programa AlfaMais Goiás, política estadual de alfabetização voltada ao 2º ano do Ensino Fundamental, executada em regime de colaboração com os municípios e articulada às orientações da Base Nacional Comum Curricular.

Vale destacar que, quase simultaneamente à criação desse programa estadual, o Governo Federal instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, política com metas bastante semelhantes e voltada, principalmente, à recomposição das aprendizagens no contexto pós-pandemia. Goiás optou por aderir a essa iniciativa federal, buscando articulá-la às ações já previstas pelo AlfaMais Goiás. Entendemos que, nesse cenário, a formação continuada passa a ser tratada como eixo estratégico para a melhoria dos índices de alfabetização, concretizando-se por meio de cursos, materiais didáticos, monitoramento e avaliações externas. Ainda

1 Mestranda em Educação pelo PPGE – UEG/Inhumas.
2 Doutor em Educação - PPGE – UEG/Inhumas.

que apresentada oficialmente como apoio pedagógico aos professores, consideramos que essa política assume um caráter também instrumental, na medida em que vincula a formação continuada ao cumprimento de metas e padrões definidos externamente — o que, a nosso ver, acaba reforçando mecanismos de controle, responsabilização e padronização sobre o trabalho docente.

Diante disso, entendemos que o Programa AlfaMais Goiás se insere em um movimento mais amplo de políticas educacionais orientadas pela lógica da governança por resultados, na qual os indicadores de desempenho e os sistemas de avaliação passam a funcionar como instrumentos de regulação do trabalho docente e de indução curricular. É nesse contexto que a presente pesquisa se propõe a investigar de que forma o Programa AlfaMais Goiás incorpora mecanismos de regulação do trabalho docente associados às políticas educacionais de matriz neoliberal, bem como quais implicações essa lógica pode produzir para a autonomia pedagógica dos professores.

OBJETIVOS

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender de que maneira o Programa AlfaMais Goiás vem incorporando mecanismos de regulação do trabalho docente associados às políticas educacionais de matriz neoliberal, bem como as implicações que essa lógica pode produzir sobre a autonomia pedagógica dos professores. A partir desse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar a constituição e as características do Programa AlfaMais Goiás no contexto das políticas de alfabetização e formação continuada em Goiás.
2. Examinar a influência de diretrizes nacionais e internacionais na formulação do programa.
3. Investigar os mecanismos de implementação, monitoramento e responsabilização presentes na política.

4. Analisar os impactos do programa no trabalho docente dos professores dos anos iniciais no município de Palmeiras de Goiás.
5. Identificar tensões e contradições entre a lógica regulatória da política e perspectivas críticas de formação docente.

JUSTIFICATIVA

A relevância desta pesquisa parte de dados educacionais divulgados em 2019, que apontavam que mais de cinco mil estudantes goianos, matriculados entre o 3º e o 9º ano do Ensino Fundamental, ainda não haviam consolidado o processo de alfabetização. Esse cenário foi mobilizado pelo poder público como justificativa oficial para a criação do Programa AlfaMais Goiás, o que, a nosso ver, torna necessário investigar de forma crítica os fundamentos, os mecanismos e os efeitos dessa política sobre o trabalho docente.

Entendemos que a investigação se justifica também porque o discurso da eficiência, presente na formulação dessa política, tende a transferir aos professores grande parte da responsabilidade pelos resultados educacionais, ao mesmo tempo em que minimiza os fatores estruturais que historicamente afetam a escola pública. Nesse sentido, observamos, a partir da literatura e das primeiras aproximações com o campo, que entre os efeitos associados a esse tipo de política estão: a redução curricular, com ênfase recorrente em Língua Portuguesa e Matemática; a intensificação de um ensino voltado à preparação para avaliações; a competição entre profissionais; a segregação de estudantes conforme desempenho; a crescente dependência de materiais estruturados; e o fortalecimento de parcerias que ampliam a presença de agentes privados na educação pública.

Diante desse quadro, compreendemos que investigar os mecanismos de regulação do trabalho docente presentes no Programa AlfaMais Goiás se mostra relevante tanto para o debate sobre autonomia pedagógica quanto para a produção de conhecimento crítico sobre as políticas educacionais contemporâneas.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, por entendermos que essa perspectiva teórico-metodológica nos permite compreender a educação como realidade histórica, social e contraditória, atravessada pelas relações de produção e pelas disputas de classe, o que possibilita evidenciar as contradições existentes entre o discurso de qualidade e eficiência e as reais condições de trabalho dos docentes. Optamos por essa perspectiva justamente por ela romper com a ideia de neutralidade da escola e da formação docente, permitindo-nos analisar o Programa AlfaMais Goiás não apenas como uma política técnica, mas como expressão de um projeto neoliberal de regulação da educação, orientado por princípios meritocráticos.

Metodologicamente, adotamos uma abordagem qualitativa, utilizando como procedimentos a análise bibliográfica e documental. O corpus documental por nós selecionado inclui legislações, portarias, materiais formativos, relatórios e orientações pedagógicas vinculadas ao Programa AlfaMais Goiás, além de documentos relativos ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A análise dos dados, por sua vez, é orientada pelos pressupostos do materialismo histórico-dialético, buscando-se identificar as contradições entre os discursos de melhoria da qualidade educacional e os mecanismos de regulação do trabalho docente que atravessam essa política.

Quanto aos critérios de seleção, foram priorizados documentos oficiais de caráter normativo e orientador, publicados no período compreendido entre 2021, ano de criação do Programa AlfaMais Goiás e 2025, abrangendo também o intervalo em que foi instituído o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Integram o corpus documental: a legislação instituidora do programa e suas normativas complementares; portarias e resoluções da Secretaria de Estado da Educação de Goiás relacionadas à formação continuada de professores; cadernos e materiais formativos disponibilizados às redes municipais; relatórios de monitoramento e avaliação di-

vulgados pelo órgão gestor estadual; e documentos correlatos ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Como procedimento de análise, os documentos selecionados foram lidos, organizados e interpretados a partir de categorias analíticas construídas com base no referencial teórico-crítico sobre regulação educacional e *accountability*, quais sejam: (i) delegação de metas e padrões de desempenho; (ii) mecanismos de monitoramento e avaliação das práticas docentes; (iii) formas de responsabilização e prestação de contas; e (iv) efeitos sobre a autonomia pedagógica dos professores. Essas categorias orientam tanto o levantamento quanto a interpretação dos dados, permitindo relacionar o conteúdo dos documentos analisados às contradições apontadas pelo referencial teórico adotado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto das reformas educacionais contemporâneas, fatores socioeconômicos e políticos têm impulsionado mecanismos de controle sobre o currículo e sobre o trabalho docente. Como destaca Afonso (2000), tais processos se expressam por meio da ampliação de sistemas de avaliação e monitoramento que buscam regular o que se ensina e como se ensina nas escolas públicas. Nesse sentido, o conceito de *accountability* educacional refere-se a um conjunto de procedimentos que envolvem delegação de responsabilidades, monitoramento das práticas pedagógicas e responsabilização pelos resultados obtidos.

Segundo Freitas (2012):

> A política de responsabilização na educação baseia-se na aplicação de testes padronizados, na divulgação pública dos resultados e na adoção de recompensas ou sanções para escolas e professores, buscando controlar os processos escolares para garantir resultados previamente definidos.

Conforme apontam Afonso (2000), Dias Sobrinho (2003) e Schneider e Nardi (2019), em termos educacionais o chamado accoun-

tability incide em uma série de processos sobre a função docente, a saber:

> 1- Delegação de responsabilidades e metas, por parte de uma instância superior; 2- Mobilização de recursos e de um projeto de estratégias para o cumprimento dessas responsabilidades em instância local; 3- Avaliação e monitoramento das atividades e dos processos; 4- Responsabilização perante os resultados obtidos, nos moldes da prestação de contas, e seus desdobramentos institucionais e/ou simbólicos (VIEIRA; TEIXEIRA; ASSIS, 2024, p. 5).

Nessa direção, Laval (2019) evidencia a base capitalista do crescimento de produtos educacionais, como sistemas apostilados, treinamentos rápidos, educação a distância, tecnologias e patrocínios empresariais em escolas públicas, justificados pela busca de resultados rápidos para atender ao mercado. O autor denuncia a uniformização das formas e do conteúdo, marcada pela comercialização e padronização do ensino, que reduz custos e ignora as diferenças no discurso neoliberal, em detrimento da formação crítica e cidadã.

Esse modelo de regulação educacional aproxima-se do que Ball (2003) denomina de "governança por performatividade", na qual resultados mensuráveis passam a orientar a gestão da escola e a redefinir o trabalho docente. Os professores acabam inseridos na lógica da performatividade pelo esforço com que procuram atender aos novos e, por vezes, contraditórios imperativos da competição e do alcance de metas.

A análise preliminar do corpus documental, organizada a partir das categorias descritas na metodologia, permite apontar algumas tendências iniciais, ainda que provisórias em relação ao conjunto de documentos já examinados.

Quanto à categoria delegação de metas e padrões de desempenho, os documentos normativos que instituem o Programa Alfa-Mais Goiás estabelecem parâmetros quantitativos de proficiência em leitura e escrita a serem alcançados pelas redes municipais no 2º ano do Ensino Fundamental, fixando prazos e metas interme-

diárias cujo cumprimento é monitorado pela Secretaria de Estado da Educação.

No que concerne aos mecanismos de monitoramento e avaliação das práticas docentes, os relatórios e materiais formativos consultados indicam a existência de instrumentos periódicos de avaliação da aprendizagem, aplicados em diferentes momentos do ano letivo, cujos resultados subsidiam relatórios de desempenho organizados por escola e por rede municipal.

Em relação às formas de responsabilização e prestação de contas, verifica-se que os documentos analisados vinculam o desempenho nos indicadores a processos de acompanhamento das escolas e dos profissionais envolvidos, aproximando-se do que Freitas (2012) descreve como política de responsabilização baseada em testes padronizados e divulgação pública dos resultados.

Por fim, quanto aos efeitos sobre a autonomia pedagógica, observa-se, nos materiais formativos analisados, acentuada padronização das estratégias didáticas recomendadas aos professores, com reduzida margem para adaptações às especificidades de cada turma, o que sinaliza uma restrição do espaço de decisão pedagógica docente em favor do cumprimento de parâmetros definidos externamente.

Em conjunto, esses achados preliminares indicam que, embora o Programa AlfaMais Goiás seja oficialmente apresentado como uma estratégia de fortalecimento da alfabetização e da formação continuada de professores, sua estrutura interna evidencia a presença de mecanismos de regulação do trabalho docente, sustentados no estabelecimento de metas, no uso de indicadores de desempenho e na padronização das práticas pedagógicas. Tais achados serão aprofundados nas próximas etapas da pesquisa, mediante análise documental mais detalhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou resultados parciais da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que examina as formas de mensuração presentes na formação docente no âmbito do Programa Alfa-

Mais Goiás, levando em conta suas complexidades, contradições e o contexto histórico das políticas e normativas voltadas à formação de professores em Goiás.

Os resultados parciais apontam que, ainda que o programa seja divulgado como estratégia de fortalecimento da alfabetização e da formação continuada, sua estrutura revela mecanismos de controle do trabalho docente fundamentados em metas, indicadores e uniformização de práticas pedagógicas. Essa dinâmica tende a diminuir a autonomia dos professores e a intensificar processos de responsabilização individual pelos resultados educacionais, transferindo aos docentes o ônus por problemas estruturais da escola pública.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2000.

BALL, Stephen J. The teacher's soul and the terrors of performativity. *Journal of Education Policy*, v. 18, n. 2, p. 215-228, 2003. Disponível em: https://surl.li/tobkkp. Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 mar. 2026.

BRASIL. Compromisso pela criança alfabetizada. Disponível em: https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/#!/inicio. Acesso em: 1 mar. 2026.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Disponível em: https://surl.li/cympqp. Acesso em: 08 de mar. 2026.

GOIÁS. Programa AlfaMais Goiás. Disponível em: https://goias.gov.br/educacao/alfamais/. Acesso em: 21 set. 2025.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. *Políticas de accountability em educação: perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.

VIEIRA, F. M.; TEIXEIRA, R. A. G.; ASSIS, L. M. de. Os fundamentos da política de accountability no Programa AlfaMais para a alfabetização em Goiás. *Horizontes*, v. 42, n. 1, e023066, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.24933/horizontes.v42i1.1708. Acesso em: 1 mar. 2026.

PRIVATIZAÇÃO EM QUESTÃO: O PAPEL DO SISTEMA ESTRUTURADO DE ENSINO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM MATO GROSSO (2022-2025)

Leoncio Simões Pio Saes[1]
Ozerina Victor de Oliveira[2]

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo tem como tema a relação das políticas privatistas em voga no Estado de Mato Grosso com a manutenção da gestão democrática, esta última tida como essencial para a consecução satisfatória do ensino-aprendizagem (Costa; Amaral, 2015). Tal relação é circunscrita por um processo que avança por etapas, e tal processo é levado a cabo pelos governos que se seguem nas últimas décadas, especialmente de 2022 a 2025.

Entre as políticas observadas estão a confessionalização, a militarização das escolas e a padronização de políticas educacionais (Bertolassi; Silva, 2019) enfatizando o viés profissionalizante e tecnicista, o que por si só demonstra o viés político-ideológico que estas políticas carregam. Observa-se também um fluxo constante de recursos públicos indo para empresas privadas, ao mesmo tempo em que setores da gestão são terceirizados gradativamente, o que evidencia um rol considerável de relações entre Estado e mercado no setor educacional. Outro ponto observável se refere às estratégias

1 Mestre, UFMT
2 Doutora, UFMT

de intimidação que visam a neutralização da capacidade do sindicato dos trabalhadores da educação pública, bem como da categoria em si, de se mobilizarem por melhorias salariais, de carreira e de condições de trabalho. A evidência do processo de privatização por etapas assume formas variadas, concomitantemente à redução ou extinção dos concursos públicos, assim como ataques sistemáticos e pontuais ao plano de carreira e ao poder de compra dos docentes.

É neste contexto que chama atenção uma das políticas que mais fortemente sinalizam o movimento rumo à privatização da educação pública, que consiste justamente na imposição do Sistema Estruturado de Ensino. Por ser um sistema onde o material principal (Material Didático Estruturado) e suas adjacências são produzidos por uma empresa privada, é possível observar que há uma busca pela consolidação de políticas gerencialistas que tem como base uma suposta supremacia do modelo privado de gestão. Além do questionamento da qualidade e arcabouço metodológico e conceitual do material imposto, percebe-se, por exemplo, nuances que tendem à desqualificação de saberes e história de povos africanos e americanos pré-colombianos. (Campos, *et al.*, 2023)- chama atenção o fato de que, ao propor abordar de maneira tradicional as questões pedagógicas corriqueiras, o Sistema imposto ignora a dinâmica diferenciada necessária à flexibilidade curricular, e tal flexibilidade presume considerar os ritmos e maneiras variadas com as quais os estudantes aprendem (Barbosa, Wielewski, 2025).

Além de relacionar o conceito de gestão democrática utilizado, e de contextualizar os modelos gerencialistas em vigor, o foco deste trabalho está no recorte do Sistema Estruturado de Ensino (SEE). Com este enfoque exemplifica-se como as políticas governamentais têm interferido na gestão democrática uma vez que o SEE é implementado de maneira compulsória. Assim promove-se um ambiente pedagógico permeado pela plataformização e monitoramento das etapas de ensino-aprendizagem. O papel do professor no ambiente digital e plataformizado, uma vez que o Sistema de Ensino em vigor no estado de Mato Grosso estabelece tal ambiente como obrigatório, é digno de contundente questionamento (Souza, Barros 2025).

De tal forma, questiona-se de que modo o Sistema Estruturado de Ensino impacta na educação e na gestão democrática; e de que forma este Sistema, suas adjacências e sua natureza se alinham com as políticas públicas privatistas do governo estadual.

2 OBJETIVOS

Delinear o conceito de gestão democrática, contextualizar os entornos político-ideológicos que permeiam as políticas gerencialistas em vigor no estado de Mato Grosso do ano de 2022 a 2025, e analisar de que maneira o Sistema Estruturado de Ensino interfere na gestão democrática, além de identificar o papel deste sistema entre as políticas públicas do governo estadual na atualidade. Deste modo, procura-se aqui prestar uma contribuição à literatura já existente neste campo de discussão, levantando questionamentos que ajudem a compreender o objeto pesquisado.

3 JUSTIFICATIVA

Uma vez que se vive no estado de Mato Grosso uma época crucial em termos de mudanças na educação pública, faz-se necessário questionar de que forma estas mudanças se alinham com o conceito de gestão democrática defendido por pesquisadores especialistas em educação.

Além disso, uma revisão de literatura levantando pontos importantes e sensíveis a respeito do tema tem o potencial de favorecer o entendimento da questão referente à privatização da educação, trazer novas perspectivas analíticas, contribuir com a literatura já disponível e reforçar teoricamente o questionamento das políticas públicas educacionais em vigor.

4 METODOLOGIA

Para a consecução desta pesquisa, bem como a resposta a contento das questões levantadas, a perspectiva metodológica adota-

da foi a da revisão de literatura fundamentada (Creswell, 2014), auxiliada por um roteiro de leituras (Grazziotin *et al.,* 2020). Uma vez que a construção da narrativa depende do cruzamento das observações do pesquisador com os conceitos trazidos por outros autores, tal perspectiva se fez inevitável. Os critérios de busca foram artigos, teses e dissertações no período em foco (2022-2025) que abordassem temas relativos às palavras-chave "privatização da educação", "políticas gerencialistas", "políticas privatistas" e "Sistema Estruturado de Ensino". A partir desta busca foi possível a elaboração da revisão de literatura.

Esta revisão de literatura teve como etapas a análise de conteúdo e consequente síntese teórica que são, por sua vez, decorrentes de um fichamento. Este fichamento se dá a partir de um levantamento bibliográfico selecionando pesquisas que se alinham com o tema, e este levantamento seguiu um roteiro envolvendo não só as leituras de resumos como a análise criteriosa do que se enquadra no escopo da pesquisa. Assim, o caráter contributivo da pesquisa se alinha com o conceito metodológico adotado aqui, uma vez que "a revisão da literatura em teoria fundamentada mostra as lacunas ou os vieses no conhecimento já existente" (Creswell, 2014, p. 183).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a revisão de literatura feita, foi possível constatar que, de fato, medidas vêm sendo implantadas no estado de Mato Grosso com o intuito de enxugamento das políticas que se caracterizam como inerentes à manutenção da educação pública e da gestão democrática.

Os conceitos de gestão democrática em educação pública que norteiam esta pesquisa consistem na existência de ampla participação colegiada envolvendo os membros da comunidade escolar nas decisões vitais da escola. De modo que, com o devido arcabouço legal, seja promovida a pluralidade, a autonomia, a transparência e a descentralização. Desta forma entende-se que a gestão democrática dialoga diretamente com o próprio conceito de democracia social (Bertolassi; Silva, 2019).

A partir da década de 2000 o mundo visualizava a difusão de novos modelos de gestão pública (Costa; Amaral, 2015). A justificativa para estes modelos é pautada pela narrativa da eficiência de desempenho baseada em princípios gerencialistas, emprestando "as ferramentas, os valores e os termos utilizados no setor privado" (Costa; Amaral, 2015, p. 98), tidos como superiores.

Tais modelos modificam inevitavelmente as relações entre Estado e mercado na área da educação, de forma que a consecução das políticas gerencialistas inerentes à este modelo evidencia um processo de privatização escalonada. Por consequência, podemos tomar como exemplo a diminuição da quantidade de concursos públicos e os ataques à direitos consolidados da categoria de profissionais do setor educacional, como são o plano de carreira e a estabilidade funcional. Assim também acontece em relação ao **arroxo** salarial que ocasiona a derrocada do poder de compra da categoria. Porém, um dos aspectos mais evidentes do processo de privatização reside na imposição do Sistema Estruturado de Ensino.

A atuação do professor frente ao Sistema Estruturado de Ensino faz questionar qual será seu papel daqui por diante. Será ele um mero monitor de utilização de aplicativos? Ele avaliará? Quais decisões e interferências pedagógicas caberão a este profissional (Souza, Barros 2025)? A literatura disponível sobre o tema abordado aqui revela que os impactos da adesão compulsória das escolas da rede estadual de ensino de Mato Grosso ao Sistema Estruturado de Ensino, são preocupantes no que tange à manutenção da gestão democrática. Entre os aspectos questionáveis observados no Material Didático Estruturado — um dos principais instrumentos do Sistema — constam discursos evocando superioridade racial eurocêntrica e heteronormatividade, justificando a criação do termo "epistemicídio" (Brito, 2023, p. 04). Tais discursos podem ser exemplificados através do tratamento que ocasionalmente se dá ao conhecimento e cultura de negros e indígenas, muitas vezes tratados de maneira hierarquicamente inferiores aos europeus neste Material (Campos, *et al.*, 2023).

Observa-se também o engessamento de conteúdo nas disciplinas, uma vez que a adesão obrigatória ao Sistema neutraliza aspectos-chave da gestão democrática, como a autonomia didática, o protagonismo do professor e o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), ao impor a utilização de um Sistema que é, por sua vez, produzido por uma empresa privada (Fundação Getúlio Vargas). Percebe-se que este Sistema é estruturado segundo um viés essencialmente tradicionalista. Para levar em conta a pluralidade segundo a qual os estudantes desenvolvem o conhecimento, vieses tradicionalistas de abordagem pedagógica produzem resultados limitados e questionáveis (Barbosa, Wielewski, 2025).

Percebe-se também que a venda casada deste material com suas plataformas digitais traz consigo todo um pacote de monitoramento da formação docente, das avaliações e demais aspectos do cotidiano escolar, retirando do professor o papel de agente fundamental do processo educacional e o relegando à um papel de simples executor de um sistema pronto e inflexível (Moraes *et al*, 2024, p. 12). Revela-se aí a função deste Sistema num processo de viés político-ideológico que se alinha com a visão governamental vigente na ditadura cívico-militar brasileira de 1964 a 1985. Deste modo, é visível a intenção de padronizar as políticas em educação, reforçando com isso posturas profissionalizantes e tecnicistas na escola pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi levantado na pesquisa conclui-se que, uma vez que o Sistema Estruturado de Ensino, assim como as demais políticas governamentais impostas de cima pra baixo, desconsidera o que educadores, pesquisadores e especialistas em educação propõem em termos de manutenção da gestão democrática, este Sistema exerce o papel de instrumento de pavimentação de um processo de precarização da educação pública, rumo à privatização. Ao primar por modelos privados de gestão, por lógicas gerencialistas e tirar do professor o protagonismo enquanto sujeito

ativo do processo educacional, estas políticas precarizam e debilitam a dinâmica flexível necessária à consecução de conjecturas pedagógicas alinhadas à gestão democrática.

7 REFERÊNCIAS

BERTOLASSI, Juliana Cristina; SILVA, Josely Maria Oliveira da. **A gestão escolar democrática: *desafios e perspectivas***. Revista Eletrônica de Educação, v. 13, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2019.

BARBOSA, Valdicleia Pereira; WIELEWSKI, Gladys Denise. **O material estruturado de ensino adotado pela seduc-mt influencia na prática pedagógica de professores que ensinam matemática nos anos finais do ensino fundamental.** ISBN 978-65-5360-895 - Vol. 2 Editora científica- 2025.

BRITO, Carlos Eduardo Conceição; BALDAN, Merilin; SANTOS, Vânia Maria. **O ensino de arte a partir de uma análise do epistemicídio e seus impactos no material de ensino estruturado.** Anais do II seminário de educação, diversidade e direitos humanos. CEEINTER. ISSN: 2965-5102. Vol. 2, 2023.

CAMPOS, Ana Laís Lúcia; SANTOS, Vânia Maria dos; BALDAN, Merilin. **Das tensões epistemológicas e políticas do racismo e do epistemicídio: *uma análise a partir das apostilas de história e geografia no ensino de Mato Grosso***, Anais do II seminário de educação, diversidade e direitos humanos. CEEINTER. ISSN: 2965-5102. Vol. 2, 2023.

COSTA, Marilda de Oliveira; AMARAL, Maria Clara Ede. O governo da educação pública de Mato Grosso sob a égide do gerencialismo: o caso do SIGA. **Revista Faculdade de Educação** (Univ. do Estado de Mato Grosso), v. 24, ano 13, n. 2, p. 97-112, jul./dez. 2015.

CRESWELL, John William. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: *escolhendo entre cinco abordagens***. tradução: Sandra Mallmann da Rosa ; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3ª. Edição – Porto Alegre; Penso, 2014.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi, KLAUS, Viviane, PEREIRA, Ana Paula Marques. **Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica**: focos de estudo e percursos metodológicos. UNISINOS, São Leopoldo. 2020.

MORAES, Eveline Ferreira da Cruz; CRUZ, Jucelino Gabriel; CASAGRANDE, Ana Lara. **A privatização da educação como projeto.** Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 27, p. 1-21, e-23215.030. 2024

SOUZA, Maria Regilâni Ângelo de; BARROS, Matheus Henrique da Fonsêca. **Plataformas digitais, mídias sociais e saberes necessários para a atuação docente de professores de música: *uma revisão de literatura***. ANPPOM. UFMS, 2025.

PRIVATIZAÇÃO E *ACCOUNTABILITY* NA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS: UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Maria Eloisa da Silva[1]
Maria das Neves Guedes[2]
Ana Maria dos Santos[3]
Jamili Farias Gonçalves[4]

O estudo traz como tema "A privatização e *accountability* na política de avaliação em municípios paraibanos: uma análise das concepções das Secretarias Municipais de Educação e Conselhos Municipais de Educação." A análise que aqui trazemos, faz parte da pesquisa "Políticas de avaliação externa em larga escala e iniciativas de *accountability* na educação básica: políticas e desdobramentos nas redes públicas municipais e estadual de ensino do estado da Paraíba", desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional – GPPGE/UFCG. O estudo tem por objetivo discutir o campo das políticas de avaliação externa em larga escala, em municípios paraibanos. Na metodologia, o estudo foi realizado em 4 municípios paraibanos, através de entrevista semiestruturada, com a participação de secretários(as) municipais de educação e presidentes dos conselhos

1 Pós Doutoranda – PPGEd/UFCG/Bolsista FapesQ- eloisasilva40@gmail.com
2 Mestranda - PPGEd/UFCG - mnbguedes@gmail.com
3 Mestranda - PPGED/UFCG - anamaria.diasdossantos3@gmail.com
4 Licenciatura em Pedagogia/UFCG/Repae PiBIC e bolsista CNPq/UFCG - jamili.farias@estudante.ufcg.edu.br

municipais de educação, na ausência destes(as), contribuíram com as respostas, representantes destes órgãos oficiais. Na transcrição das entrevistas, no processo de organização e operacionalização dos dados, foi possível identificar instrumentos e programas de avaliação, e políticas de *accountability*, aqui analisadas por meio de "políticas de bonificação e/ou premiação."

O referencial teórico, traz uma discussão sobre as políticas neoliberais que intensificam discursos e aumentam o nível de, *"accountability"*, em Hypolito, Vieira e Leite (2012) essas políticas e seus efeitos sobre a gestão e o trabalho docente, ancoram-se nas exigências de "qualidade, eficiência, avaliação e *accountability"*. Na verdade, há um aumento sobre a produtividade e o desempenho das escolas e dos(as) professores(as), sujeitos sempre a uma resposta sobre o seu trabalho, organizados, direcionados, coordenados, regulados e inspecionados, pelas secretarias de educação, ou mesmo, a partir da adesão de parcerias público – privadas que criam mecanismos tecnológicos de controle a fim de verificar as práticas docentes. As ideias de Mulgan (2000), Rocha (2011), Pinho e Sacramento (2009), entendem que "*accountability e*stá condicionado, a obrigação e responsabilização de quem ocupa um cargo, de prestar contas, estando envolvida a possibilidade de ônus, pelo não cumprimento de uma diretiva."

Quanto as políticas de *accountability,* os resultados das entrevistas, identificaram as seguintes categorias: "políticas de prestação de contas"; "políticas de responsabilização" e "políticas de bonificação e/ou premiação", para docentes, gestores escolares, estudantes, seja em formação para os(as) professores(as), através de parcerias público – privadas. Mais frequente tem sido, o pagamento do 14º salário para os(as) professores(as) que apresentarem bons resultados nas avaliações externas em larga escala, conforme o Quadro (I), a seguir especificado:

Quadro I: Avaliação Externa em Larga Escala e Políticas de *Accountability* na Educação Básica Municipal

Políticas de Prestação de Contas			
Divulgação dos Resultados	**Seminários/ Festas**	**Redes Sociais**	**Divulgação nas Escolas**
Criação de um *dashboard* (painel) para que eles vejam todos esses resultados (SME)	Festa com Dj, bonecos, brincadeiras, colocamos pódio, para que eles recebam medalhas por ter participado, outros ganham um prêmio maior que é bicicleta, computador, tablet, televisão e notebook (SME)	No site de transparência do município, nas redes sociais da secretaria e da prefeitura, e também das escolas, né? Todas as escolas têm um canal social, que é o Instagram. (SME).	Nas avaliações formativas e diagnósticas, as escolas têm que postar as fotos dos meninos que estão bem na proficiência. Nas escolas, são verdadeiros banners, quadros enormes, com os rostinhos deles. Os que não conseguem estar no foguete, não querem mais ir pra escola. (CME).

Políticas de Responsabilização			
Incentivos	**Sanções**	**Prêmios**	**Recompensas**
Comenda aos melhores professores alfabetizadores (SME) Painel de Aprendizagem (a pé, bicicleta, moto, carro, avião e nave) – fotos de estudantes da escola (SME)	Colaboradores e Superintendentes que entram em sala de aula e fazem relatório sobre desempenho de professores e gestores (SME) Relatório sobre desempenho de estudantes nas provas são encaminhados para gestores (SME) Em 2024, houve um número excessivo de alunos, com 15 anos que reprovaram no 8º ano, para não ir para o 9º ano. Essa reprovação impede a participação no IDEB. No resultado do IDEB, interfere a defasagem idade série. Houve resistência por parte do CME, que "agiu", porque no nono tinha que estar só os tops, né? Reviram as reprovações no conselho de classe. (CME)	Selo de Ouro Alfabetização (SME) Olimpíada do Conhecimento com premiação aos melhores estudantes (SME) Parceria Instituto Alpargatas, aluno nota 10 – medalhas (SME) Prêmios aos melhores avaliação com bicicleta, computador, tablet, televisão e *notebook (SME)*	Quando estudantes chegam na nave, recebem camiseta com desenho de uma nave (SME) Astronauta e chaveirinhos (SME)

Políticas de Bonificação e/ou Premiação			
Escolas	**Docentes**	**Gestores escolares**	**Estudantes**
14º salário para escolas com melhores resultados (SME) Algum tipo de premiação (em dinheiro) para toda escola que alcançou bons índices na avaliação (SME) O Conselho se posiciona nas discussões e em atas contrário a essa política de avaliação. (CME)	Projetos tramitando na Câmara de Vereadores para pagamentos de premiação aos professores (SME) 14º salário para os efetivos (SME) Se o(a) Professor(a) se aproximar da meta, ele ganha um salário mínimo. Se ele bater a meta, ele ganha dois salários mínimos. Se ele ultrapassar aquela meta de crianças alfabetizadas, ele ganha três salários mínimos (SME) Prêmio para quem comparece às formações (1 salário mínimo) (SME) Cada ano aqui muitos colegas estão deixando a profissão. Estão se afastando. Desses três anos pra cá, cresceu. (CME) Fundação Lemann com disponibilização de materiais para formação. (SME)	14º salário para escolas com melhores resultados (SME) Estão se juntando em uma escola só pra fazer os "aulões." Alguns gestores, eles mesmos, estão indo fazer os "aulões" com as crianças. Não são apenas os professores, mas os próprios gestores da unidade. (CME)	Prêmios aos melhores na avaliação com bicicleta, computador, tablet, televisão e *notebook (SME)*

Fonte: elaborado pelas autoras, novembro de 2025.

Nas discussões dos resultados, no quadro acima é possível perceber que, nos quatro municípios, há exposição das escolas, professores(as) e estudantes, frente ao processo de divulgação dos resultados. Além de festas, painéis, pódio com medalhas para os melhores estudantes, redes sociais com ênfase no *instagram*. Segundo Pinho e Sacramento (2009), "as consequências da responsabilização demandam prêmios e castigos."

Quanto às políticas de bonificação e/ou premiação tanto para docentes, gestores escolares e estudantes, como escolas públicas, os quatro municípios paraibanos pesquisados, praticam algum tipo de premiação e/ou bonificação, seja em formação para os(as) professores(as), através de parcerias público-privadas, ou premiações simbólicas como certificados ou comendas de honra. Há o pagamento do 14º salário para os(as) professores(as) que apresen-

tarem bons resultados nas avaliações externas em larga escala. Pesquisa de Silva (2016), na rede municipal de ensino de Campina Grande, estado da Paraíba, aponta a responsabilização nas avaliações externas, por meio de "*accountability*", através do pagamento de professores, por desempenho, há fortes consequências para a escola e seus profissionais, por meio, entre outros, do pagamento de professores por desempenho." (Silva, 2016).

Conforme Bonamino e Sousa (2012), tem sido motivo de preocupação as avaliações associadas às políticas de responsabilização que têm como propósito que o professor se esforce no aprendizado de seus alunos, provocando riscos ao currículo escolar, uma vez que ele pode ser traduzido em "ensinar para o teste": os professores concentram seus esforços preferencialmente nos tópicos que serão avaliados, visando, assim, bons resultados nas provas.

Nas conclusões, entende-se que as políticas de avaliação e de *accountability,* possuem fortes características neoliberais e gerencialistas e acabam por reconfigurar a gestão educacional, reforçando práticas de premiação e/ou bonificação aos estudantes, docentes e gestores, além de reforçar a regulação, vigilância e controle, nos 4 municípios paraibanos pesquisados.

REFERÊNCIAS

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, J. S.; LEITE, M. C. L. Currículo, Gestão e Trabalho Docente. **Revista e-curriculum**, v. 8, nº 2, São Paulo, agosto de 2012.

MULGAN, Richard. *Accountability: an ever-expandig concept*? **Public Administration**, Oxford, v. 78, n. 3, 2000.

PINHO, José A. G.; SACRAMENTO, Ana R. S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro n. 43, v. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009.

ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability* na administração pública: modelos teóricos e abordagens. **Revista de Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 82-97, maio/ago. 2011.

SILVA, Andréia F. da. Políticas de *accountability* na Educação Básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. **RBPAE**, v 32, nº 2, mai/ago, 2016.

ENTRE A INFRAESTRUTURA E A GESTÃO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES DA PPP PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS DE PELOTAS

Vanessa Silva da Silva[1]
Maria de Fátima Cóssio[2]

A expansão das parcerias público-privadas na educação básica altera não apenas a forma de contratação de serviços, mas também a organização das responsabilidades estatais e das decisões que afetam o cotidiano escolar. No Rio Grande do Sul, o projeto de Parceria Público-Privada (PPP) de Infraestrutura Escolar prevê concessão administrativa para reformas, ampliações, manutenção e serviços não pedagógicos em 98 escolas, distribuídas em três sublotes. Quatro unidades situam-se em Pelotas (Rio Grande do Sul, 2026a, 2026b).

Na apresentação oficial, a medida é associada à continuidade dos serviços, à eficiência da gestão e à concentração das equipes escolares nas atividades pedagógicas. Entretanto, limpeza, segurança, conservação, conectividade e organização dos ambientes interferem diretamente nas condições do ensino. A transferência dessas atividades a uma concessionária suscita questões sobre autonomia, participação comunitária e definição de prioridades. Neste estudo, gestão democrática corresponde à participação efetiva da comunidade nos processos decisórios, com transparência, acompanhamento e controle social. Não se afirma que a PPP já

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); professora da rede pública e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPPE).
2 Doutora em Educação; professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPPE).

tenha reduzido essa participação, mas examinam-se as tensões presentes em seu desenho. PPP designa, aqui, a concessão administrativa de infraestrutura, e não o projeto político-pedagógico.

O objetivo é analisar as possíveis implicações da PPP da Infraestrutura Escolar para a gestão das escolas estaduais de Pelotas incluídas no projeto. Busca-se identificar as responsabilidades atribuídas à empresa privada, observar como o Estado justifica a transferência e discutir a tensão entre a promessa de eficiência e a gestão democrática. O recorte local decorre da inclusão de escolas que mantêm relações cotidianas com estudantes, famílias, profissionais e órgãos regionais da rede estadual.

A análise parte do entendimento de que uma política não pode ser lida apenas por sua justificativa oficial. Frigotto (1997) propõe que a pesquisa orientada pela dialética materialista histórica ultrapasse a aparência imediata e reconstrua as relações que produzem o objeto. Assim, eficiência, modernização e parceria não são tomadas como expressões neutras. O autor adverte:

> Finalmente, como advertência prévia em relação ao que me refiro, é importante enfatizar que a dialética, para ser materialista e histórica, não pode constituir-se numa "doutrina" ou numa espécie de suma teológica. Não se pode constituir numa camisa-de-força fundada sob categorias gerais não-historicizadas. Para ser materialista e histórica tem de dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isto implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não são apriorísticas, mas construídas historicamente (Frigotto, 1997, p. 72).

Saviani (1996) reforça esse percurso ao distinguir o dado imediato da compreensão construída pelo pensamento. O objeto não se explica pela simples reunião de informações, mas pela mediação analítica:

> Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato [...] A construção do pensamento se daria, pois, da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto. Diferentemente, pois, da crença que

> caracteriza o empirismo, o positivismo, etc. (que confundem o concreto com o empírico), o concreto não é o ponto de partida, mas o ponto de chegada do conhecimento (Saviani, 1996, p. 4).

A PPP é, portanto, relacionada às mudanças no papel do Estado, à gestão pública, aos mecanismos de desempenho e às disputas sobre quem participa das decisões escolares. Os documentos preservam formalmente a dimensão pedagógica como responsabilidade pública, mas transferem serviços materiais e administrativos que condicionam o trabalho pedagógico. Essa leitura dialoga com Cóssio (2018), para quem a Nova Gestão Pública introduz princípios do setor privado na administração estatal e amplia parcerias para executar ações públicas. No caso estudado, essa racionalidade aparece no discurso de eficiência e no uso de métricas de desempenho vinculadas à execução e à remuneração contratual.

A pesquisa é qualitativa, documental e exploratória. O corpus reúne a página oficial da PPP em Educação, a Justificativa para Consulta Pública, o Edital de Concorrência nº 0024/2026, a minuta do contrato, o Caderno de Encargos da Concessionária, o Sistema de Mensuração de Desempenho, a relação das escolas e uma reportagem sobre a mobilização em Pelotas. Conforme Cellard (2012), foram examinados contexto, autoria institucional, natureza, finalidade, conceitos e lógica interna das fontes. A análise ocorreu em três movimentos: identificação das finalidades declaradas; levantamento das responsabilidades públicas e privadas; e exame das possíveis repercussões para a gestão escolar. Com base em Bardin (2016), realizou-se leitura integral, seleção de unidades de registro e agrupamento por recorrência e proximidade de sentido, resultando nos núcleos eficiência, desempenho, serviços não pedagógicos, autonomia e fiscalização. As obrigações contratuais foram sustentadas por documentos oficiais; a reportagem registrou somente a mobilização e as preocupações publicamente manifestadas.

A Justificativa para Consulta Pública informa que “o Programa de Operação engloba a prestação de serviços de limpeza, controle de pragas, gestão de resíduos sólidos, manutenção das áreas

verdes, segurança" (Rio Grande do Sul, 2024, p. 6), além de merenda, custeio de água, esgoto, gás e energia elétrica e apoio técnico às Escolas Modelo. A página institucional acrescenta conservação predial, conectividade, zeladoria, vigilância, mobiliário e equipamentos, declarando que "não há previsão de qualquer intervenção pedagógica nas instituições de ensino" (Rio Grande do Sul, 2026c). Os serviços citados, portanto, correspondem às fontes oficiais e não a uma atribuição genérica à PPP.

A separação entre serviços pedagógicos e não pedagógicos cria uma fronteira administrativa que não é absoluta. Uma sala interditada, falhas de internet, problemas de acesso ou demora em reparos podem alterar horários, projetos e condições de trabalho. A direção continuará respondendo pelo funcionamento da escola, enquanto parte das soluções dependerá da concessionária. Disso se inferem tarefas de interlocução, registro de demandas, conferência e acompanhamento das entregas, sem que se possa afirmar aumento efetivo da carga de trabalho.

Outro resultado é a presença de mecanismos gerenciais. A justificativa afirma que o modelo se organiza por um "contrato de longo prazo, cujo controle está baseado em métricas de desempenho" (Rio Grande do Sul, 2024, p. 11). Os indicadores integram, assim, o desenho oficial e vinculam registros, padrões e pagamento público. À luz de Cóssio (2018), essa configuração aproxima a finalidade pública da escola de uma lógica contratual orientada por desempenho e remuneração, embora os documentos não permitam antecipar se seus efeitos serão de cooperação ou conflito.

Em Pelotas, o Sublote 3 compreende o Colégio Estadual Dom João Braga, a Escola Estadual de Ensino Médio Areal, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Rambo e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora dos Navegantes (Rio Grande do Sul, 2026b, p. 3). A documentação não permite classificar todas essas escolas ou seus territórios como vulneráveis. Permite, contudo, questionar como serão definidas as prioridades e assegurada a participação das comunidades. A mobilização no Colégio Dom João Braga registra preocupações de professores, estudantes

e entidades locais com autonomia, fiscalização e efeitos da parceria (Melo, 2026).

A análise considera os documentos públicos disponíveis até 25 de julho de 2026. Como o certame se encontrava em fase preparatória e licitatória, não se atribuem à PPP efeitos já produzidos nas escolas. Os resultados referem-se ao desenho da concessão, às responsabilidades previstas e às repercussões que podem ser antecipadas a partir das fontes examinadas.

Conclui-se que a PPP precisa ser analisada para além das obras. Embora formalmente delimitada aos serviços não pedagógicos, essa categoria abrange atividades que interferem no funcionamento escolar. Nas unidades de Pelotas, a questão envolve os canais de encaminhamento das demandas, a participação na definição de prioridades e o controle social da execução contratual. Os documentos comprovam a promessa de melhoria e continuidade dos serviços, a transferência de responsabilidades operacionais e o uso de métricas de desempenho; não comprovam redução da autonomia, prejuízo à participação comunitária ou necessidades físicas igualmente urgentes em todas as escolas. A contribuição do estudo é delimitar o que as fontes permitem afirmar e indicar que a gestão democrática dependerá de transparência, acompanhamento público e espaços efetivos de decisão coletiva.

Palavras-chave: Parceria público-privada. Gestão escolar. Privatização da educação. Pelotas. Gestão democrática.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 66-73, jan./abr. 2018. DOI: 10.15448/1981-2582.2018.1.29528.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 69-90.

MELO, Martha Cristina. Ato em Pelotas (RS) reúne educadores e estudantes contra PPP das escolas estaduais. **Brasil de Fato**, Pelotas, 18 jun. 2026. Disponível em: https://www.brasildefators.com.br/2026/06/18/ato-em-pelotas-rs-reune-educadores-e-estudantes-contra-ppp-das-escolas-estaduais/. Acesso em: 18 jul. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. **Justificativa para Consulta Pública**: PPP em escolas. Porto Alegre: Secretaria da Reconstrução Gaúcha, 2024. Disponível em: https://admin.parcerias.rs.gov.br/upload/arquivos/202407/10164210-escolasrs-justificativa-para-consulta-publica-rev.pdf. Acesso em: 21 jul. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. **Edital de Concorrência nº 0024/2026**: concessão administrativa para reformas, ampliações, manutenção e serviços não pedagógicos em 98 unidades escolares. Porto Alegre: Central de Licitações, 2026a. Disponível em: https://www.compras.rs.gov.br/editais/0024_2026/349157. Acesso em: 23 jul. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. **Tabela PPP das escolas por sublote e município**: última atualização em 25 mar. 2026. Porto Alegre: Secretaria da Reconstrução Gaúcha, 2026b. Disponível em: https://admin.parcerias.rs.gov.br/upload/arquivos/202603/26110244-tabela-ppp-educacao-escolas-por-sublote-e-municipio-ultima-atualizacao-2503.pdf. Acesso em: 23 jul. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. **PPP em Educação**. Porto Alegre: Secretaria da Reconstrução Gaúcha., 2026c. Disponível em: https://parcerias.rs.gov.br/ppp-em-educacao. Acesso em: 25 jul. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

ÁREA TEMÁTICA 2

MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DAS PPPS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: MAPEAMENTO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Anaïs Paiva do Carmo[1]

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, atualmente em andamento, investiga políticas de privatização da gestão escolar. O trabalho é de caráter documental e compõe um observatório que reúne e analisa modelos de projetos e programas implementados em escolas públicas de ensino fundamental e médio em diversos estados do país.

Despertou-se o interesse na temática a partir da leitura do texto "Mais do mesmo ou ameaças renovadas? Uma análise de recentes iniciativas brasileiras inspiradas nas escolas charter" (Nazareth, 2023), que explicita a semelhança entre as escolas charter americanas com os convênios e as "escolas charter brasileiras", que consistem em políticas públicas de privatização inspiradas no modelo americano. O estudo surge com o ímpeto em compreender a abrangência dessas e outras políticas parecidas.

Para compreender o conceito de privatização, adotamos a definição de Belfield e Levin (2002), segundo a qual a privatização da educação envolve a transferência de atividades, provisão e responsabilidades do setor público para agentes privados, frequentemente associada à liberalização e à mercantilização do campo educacional, ou seja, redução de regulações estatais e criação de

1 Graduanda, bolsista do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação e Currículo - GEPAC, UNIRIO.

novos mercados educacionais.

Adotam-se também as contribuições de Peroni (2013, 2018), que classifica a atuação do setor privado na educação em duas frentes principais: no planejamento, e na execução das políticas educacionais.

Reconhecendo as diversas facetas do fenômeno, nossa pesquisa busca compreender a implementação de programas e projetos centrados na privatização da gestão da escola pública, ou seja, na transferência, total ou parcial, da responsabilidade sobre processos administrativos e decisórios do sistema educacional público para organizações privadas, sejam elas com ou sem fins lucrativos. Adrião (2018) aponta que esse tipo de privatização ocorre através de mecanismos como parcerias público-privadas (PPPs), contratos de gestão, acordos de colaboração, etc. Garcia (2019) complementa ao discutir como a gestão escolar influenciada por práticas do setor privado adota uma lógica gerencialista baseada em indicadores de desempenho e controle burocrático.

Como objetivo geral, o trabalho procura mapear a privatização da gestão escolar e compreender suas implicações para o direito à educação. Especificamente, pretende-se: (1) quantificar sua abrangência (redes, escolas e matrículas envolvidas); (2) analisar os modelos de governança e prestação de contas dos contratos; (3) identificar as políticas das quais se originam; e (4) discutir suas possíveis consequências.

2. METODOLOGIA

Procuramos mapear, analisar e compreender o contexto do avanço de políticas públicas educacionais que propõem que entes privados façam a gestão direta de escolas de ensino fundamental e médio por meio de contratualização de metas. Os projetos foram empreendidos por governos locais entre 2014 e 2025, período que abarca a promulgação da Lei nº 13.019 (Brasil, 2014), que institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). A lei é responsável pela elaboração de alguns instrumentos como

os termos de colaboração e de fomento, que regulamentam as relações entre entes públicos e privados.

A plataforma Google Notícias foi utilizada na etapa da coleta de dados informativos. Essa etapa atualizou e acrescentou levantamentos anteriores, assegurando um panorama recente do tema. Ademais, realizamos uma seleção cuidadosa para excluir documentos redundantes, artigos de opinião ou que não abordassem projetos brasileiros.

A segunda etapa, iniciada após a identificação dos programas e projetos, contou com a busca de documentos normativos nos sítios oficiais das prefeituras, governos estaduais e portais de transparência. A análise desses documentos permitiu a coleta das seguintes informações: nome do projeto, número de escolas, número de matrículas, volume de recursos, tempo de duração dos contratos e tipos de indicadores de acompanhamento e avaliação.

A metodologia utilizada, inspirada nos caminhos de investigação adotados pelo NEPPE (2025) no relatório *Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul*, suscitou em uma coleta abrangente e sistemática, fornecendo base estruturada para análises e reflexões aprofundadas sobre a dimensão e os avanços da privatização da gestão de escolas públicas, analisamos as consequências desse avanço para a efetivação do direito à educação e a garantia dos princípios constitucionais do ensino no Brasil.

3. RESULTADOS

Sintetizamos, através de uma tabela, os dados quantitativos encontrados nos documentos normativos. É possível identificar, a partir das informações encontradas, as características gerais e a abrangência desses movimentos, além da compreensão do volume de recursos públicos que foram/serão repassados para o setor privado.

Tabela 1 - Mapeamento de projetos/programas de privatização da gestão de escolas públicas

Projeto/ Programa	Rede	Nº de escolas	Matrículas	Recursos	Tempo de contrato	Indicadores de monitoramento e avaliação
Novas Escolas	Estadual de São Paulo	33	35.000	2,1 bilhões	25 anos	infraestrutura e satisfação
Adequação e Manutenção	Estadual de São Paulo	143	-	1,7 bilhão	20 anos	infraestrutura e satisfação
Liceu Coração de Jesus	Municipal de São Paulo	1	500	3,6 milhões	5 anos	infraestrutura, satisfação e desempenho acadêmico
PPP dos CEUs	Municipal de São Paulo	5	7644	1,5 bilhão	25 anos	infraestrutura e satisfação
Projeto Somar	Estadual de Minas Gerais	3	2494	50,8 milhões	4 anos	infraestrutura, gestão acadêmica e desempenho acadêmico
PPP da Educação - Nova Lima	Municipal de Nova Lima	34	7907	1,4 bilhão	30 anos	infraestrutura e satisfação
PPP em Educação - RS	Estadual do Rio Grande do Sul	99	55.564	1,3 bilhão	25 anos	infraestrutura e satisfação
Escola Bem Cuidada	Municipal de Porto Alegre	107	46.711	4,7 bilhões	20 anos	infraestrutura e satisfação
Parceiro da Escola	Estadual do Paraná	2	1948	18,7 milhões	2 anos	infraestrutura, satisfação e desempenho acadêmico
Mais Escola Paraná	Estadual do Paraná	40	25.000	1,7 bilhão	20 anos	infraestrutura e satisfação
PPP da Educação de Manaus	Municipal de Manaus	20	-	2,9 milhões	25 anos	infraestrutura e satisfação

Fonte: elaborada pelos autores.

Com base no mapeamento e na análise dos dados, é possível constatar o avanço expressivo de políticas de privatização da gestão da escola pública no Brasil. Catalogamos 11 projetos, distribuídos por redes estaduais e municipais do norte, sudeste e sul do país, envolvendo um total de 487 escolas públicas e 182.778 matrículas. Além disso, o movimento de transferência de gestão pública para entidades privadas movimenta um volume substanti-

vo de recursos públicos, cuja soma total dos valores dos contratos supera os R$16,6 bilhões.

Observamos também uma preferência por contratos com longos prazos de duração, que implica em décadas de comprometimento financeiro e administrativo por parte do poder público, com contratos somando 30 anos de duração. Além disso, ao estudarmos as formas de monitoramento e avaliação de resultados, percebemos predominantemente indicadores relacionados à infraestrutura e satisfação de usuários, com exceção de dois projetos que somam ainda metas pedagógicas e indicadores de desempenho em sua prestação de contas, sendo eles o "Projeto Somar" e o "Parceiro da Escola".

4. DISCUSSÃO

Depois de sistematizar as informações das reportagens, observamos que os governos locais argumentam que há uma separação entre atividades pedagógicas e atividades "não pedagógicas", como as atribuições administrativas. Além disso, há a tentativa de "suavizar"o fenômeno da privatização.

Ademais, dois dos projetos investigados utilizam, explicitamente, metas de avaliação pedagógicas e taxas de desempenho através de avaliações externas como forma de aferir a eficiência das políticas, descredibilizando o argumento inicial de não interferência em atividades pedagógicas. São os projetos Mais Escolas, do Paraná, que utiliza a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB e a prova Paraná Mais e o Projeto Somar, de Minas Gerais, que utiliza notas de proficiência em Português e Matemática e taxas de rendimento escolar como critérios de avaliação.

As avaliações em larga escala, entretanto, trazem diversas consequências para o cotidiano escolar. Segundo Richter e Silva (2021) o cenário educacional atual constitui-se, no âmbito da avaliação, por bonificação por performance, estreitamento curricular, ranqueamento de instituições escolares e culpabilização docente em casos de alunos com baixos índices de desempenho, o que tem

levado a adoecimento dos profissionais da educação. Essa responsabilização unilateral, no entanto, ignora problemas estruturais da educação e as condições ideais para efetivação do trabalho na escola.

Biesta (2013) argumenta que em nome de avaliar os elementos que constituem nossos valores, devemos manter em mente o que consideramos ser a finalidade da educação em detrimento de uma mensuração quantificada de uma aprendizagem sem definição do conteúdo a ser aprendido e da motivação do aprendizado. Tal relação baseada em números tem definido não só as políticas, mas também as práticas educacionais. Por isso, o autor desenvolveu uma estrutura conceitual que procura delinear os elementos que compõem uma boa educação, sendo eles a qualificação, a socialização e a subjetivação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados estudados revelam, em síntese, a consolidação da privatização da gestão escolar como fenômeno em crescimento expressivo e expandindo no cenário atual da educação brasileira, sendo suas principais características investimentos públicos significativos, prazos contratuais somando 30 anos de duração e um foco avaliativo que tende a privilegiar dimensões administrativas e estruturais. Em determinados projetos, quando há o foco no ensino, valoriza-se performance e desempenho em detrimento de uma abordagem mais centralizada na formação integral de cada estudante.

O principal argumento defendido pelos formuladores das políticas analisadas é a suposta ineficiência da gestão estatal, contrastada com a referida eficiência do setor privado. Este trabalho questiona e expõe, no entanto, as inconsistências desse discurso, já que não há informações que demonstrem melhorias significativas causadas diretamente pela privatização da gestão em tais escolas. Ainda assim, este pressuposto continua sendo difundido em diversos estados do Brasil como principal justificativa para vender

o modelo. Mesmo em países que privatizaram a gestão de suas escolas há mais de 30 anos (como no caso das escolas charter nos Estados Unidos da América), a eficiência do setor privado para gerir a escola pública jamais foi comprovada. Tais políticas, porém, continuam avançando no país sob o risco de aprofundar desigualdades sociais e desmantelar a educação pública, ferindo princípios constitucionais, como a gestão democrática, o direito à educação e a valorização dos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. DIMENSÕES E FORMAS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 20, 2018. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf.

BELFIELD, Clive R.; LEVIN, Henry M. Education privatization: causes, consequences and planning implications. Paris: UNESCO: **International Institute for Educational Planning**, 2002. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133075_por.

BIESTA, Gert. Boa educação na era da mensuração. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 42, Dec. 2012, pp. 808–25. SciELO, Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000300009

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

GARCIA, T. A gestão escolar no contexto da privatização na educação básica. RPGE **Revista on-line de Política e Gestão Educacional,** Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1355-1376, dez. 2018.

GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. Contratualização de resultados na gestão educacional escolar em redes estaduais de ensino. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 1, p. 77-98, jan./abr. 2019.

Nazareth, H. D. G.Mais do mesmo ou ameaças renovadas? Uma análise de recentes iniciativas brasileiras inspiradas nas escolas charter. ***PARADIGMA***, *44*(5), 596–622. (2023) Disponível em: >https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p596-622.id1518<

NAZARETH, H. D. G. Privatização da educação, escolas charter e o princípio da gestão democrática. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, e17367, p. 1-17, 2023.

NEPPE. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. Mapeamento

das Parcerias Público-Privadas em Educação nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. **Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação**. Pelotas, 2025. 142 p. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/neppe/files/2025/10/Relatorio.pdf

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

RICHTER, L. M.; SILVA, M. V. O IDEB e seus efeitos na organização do trabalho escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [*s. l.*], v. 37, n. 1, p. 327–350, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/105962.

MAPEAMENTO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL AMAZONENSE

Daynir Pêrea Muniz Brasil[1]
Uatyla de Oliveira Lima[2]
Alberto Rebonatto Neto[3]
Maria de Fátima Cóssio[4]

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas nas políticas educacionais (PEs) ampliaram o debate sobre a participação de diferentes atores na formulação, implementação e gestão da educação pública. Peroni (2021) argumenta que as transformações recentes nas políticas educacionais têm ampliado a participação de organizações da sociedade civil, fundações, organismos internacionais e instituições privadas na formulação e implementação dessas políticas. Na América Latina, esse processo repercute na gestão das redes públicas, na formação docente e nos mecanismos de avaliação e acompanhamento das ações educacionais.

Para Dardot e Laval (2016), tais mudanças não são meramente econômicas; eles as definem como um projeto de reconstrução

1 Mestra em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Técnica Administrativa-Educacional na Universidade do Estado do Amazonas (UEA - *Campus* Tabatinga) e Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: uatylalima@ufam.edu.br.
2 Mestre em Biotecnologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM - *Campus* Coari). Técnico Laboratorista na UFAM e Doutorando em Educação pela UFPel. E-mail: dmuniz@uea.edu.br.
3 Professor de Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrando em Educação, Universidade Federal de Pelotas. E-mail: beto.rebonatto.neto@gmail.com.
4 Doutora em Educação pela UFRGS. Professora Titular da UFPel e do Programa de Pós Graduação em Educação da UFPel. E-mail: cossiofatima13@gmail.com.

da própria "racionalidade estatal", no qual a ampliação de mecanismos de governança e coordenação serve justamente para reorientar o Estado por imperativos de mercado. Sendo assim, as recentes reformas educacionais estão inseridas em um cenário de difusão dos princípios da Nova Gestão Pública (NGP), caracterizada, segundo Cóssio (2018), pela incorporação de mecanismos de gestão por resultados, avaliação, responsabilização e governança. Essa incorporação amplia mecanismos de governança e formas de cooperação entre o Estado e diferentes organizações na implementação de políticas públicas.

Os processos contemporâneos de privatização educacional não se restringem à transferência da oferta educacional ao setor privado. Ball e Youdell (2008) denominam "privatização endógena" a reconfiguração da educação pública pela incorporação de práticas gerenciais. No Brasil, as relações público-privadas na educação se concretizam por diferentes mecanismos, incluindo as Parcerias Público-privadas (PPPs), processos de gestão orientados por lógicas de mercado e iniciativas nas quais organizações privadas passam a influenciar a definição e a implementação de PEs. Ao discutir a redefinição das fronteiras entre o público e o privado, Peroni (2021) destaca que a compreensão dessas relações requer analisar as mudanças nas formas de interação entre Estado, sociedade civil e mercado, bem como seus efeitos sobre a democratização da educação.

As PEs brasileiras existem em um contexto federativo caracterizado, segundo Segatto; Abrucio (2016), por desigualdades territoriais, socioeconômicas e institucionais entre os entes federados (EFs). O federalismo brasileiro combina autonomia dos entes federados e fortes desigualdades na capacidade de oferta das políticas públicas, produzindo diferentes condições de gestão e implementação das ações governamentais. Portanto, a cooperação e a coordenação das PEs assumem formatos distintos entre os EFs, influenciando a capacidade local de articulação e implementação das PEs.

As particularidades territoriais do Amazonas (AM) complexifi-

cam o debate, pois a implementação das PEs ocorre em contextos de deslocamentos consideráveis, infraestrutura limitada e desigualdades socioeconômicas e administrativas. Tais fatores influenciam a organização dos sistemas educacionais e a articulação com organizações externas. Busca-se mapear e caracterizar as PPPs evidenciadas nos municípios do AM, identificando atores, áreas de atuação, tipos de iniciativas e distribuição geográfica. O trabalho justifica-se pela pouca produção científica sobre o tema no AM, apesar do avanço do tema no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como documental, exploratória e descritiva, fundamentada em procedimentos metodológicos de mapeamento e caracterização das relações entre o público e o privado na educação básica. Analisaram-se os 62 municípios do AM, catalogando evidências e indícios da atuação de organizações privadas e do terceiro setor nas redes municipais de ensino. Foram feitas buscas sistemáticas em portais institucionais das prefeituras e secretarias municipais de educação, Diários Oficiais, portais da transparência, notícias institucionais, páginas eletrônicas de organizações parceiras e redes sociais oficiais dos governos municipais. Selecionaram-se programas, projetos, ações, convênios, formações e assessorias desenvolvidos entre 2013 e 2026. O período considerado corresponde às evidências documentais localizadas durante o levantamento, podendo variar entre os municípios quanto à disponibilidade e à preservação das informações nas fontes consultadas.

Os registros foram organizados em planilhas com município, organização, ação, objetivos, fonte e link. Classificaram-se os dados por nível de evidência: alta (formalizada/documentada); média (menções consistentes); indícios (sugerida sem confirmação). Agruparam-se as iniciativas em quatro eixos: gestão educacional; formação de professores e gestores; currículo e material didático; tecnologias educacionais e avaliação. Essa categorização mapeou

as áreas de maior incidência das parcerias. A Tabela 1 sintetiza o levantamento. Cada registro foi enquadrado por nível de evidência. Selecionaram-se 25 com evidências documentais suficientes. A ausência de evidências em vários municípios não foi interpretada como inexistência de PPPs. Considerando que se trabalhou com fontes públicas e abertas, os resultados refletem apenas as evidências identificadas.

Tabela 1 - Síntese do levantamento

Indicador	n
Registros mapeados	77
Municípios analisados	62
Municípios com evidências ou indícios de PPPs	10
Municípios sem evidências localizadas	52
Registros com indícios selecionados	25

Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

RESULTADOS

Os resultados demonstram a presença de diferentes formas de articulação entre redes municipais de ensino e organizações privadas ou do terceiro setor em distintas regiões do Amazonas. As ações são voltadas à formação continuada de professores e gestores, ao desenvolvimento de lideranças educacionais, à implementação de tecnologias educacionais e ao apoio à gestão das redes municipais de ensino.

As parcerias concentram-se em um número reduzido de municípios (Tabela 2), com destaque para Manaus, Benjamin Constant e Tefé, seguidos por Parintins e Coari. Essa distribuição revela que as iniciativas não ocorrem de forma homogênea no território amazonense, concentrando-se em municípios que exercem funções estratégicas na organização regional. À luz de Segatto e Abrucio

(2016), esse padrão pode estar relacionado às diferenças de capacidade institucional e administrativa entre os entes federados para estabelecer, executar e publicizar parcerias, refletindo as desigualdades que caracterizam o federalismo brasileiro.

Tabela 2 – Municípios com indícios fortes de PPPs na educação

	Município	n
1	Manaus	8
2	Benjamin Constant	5
3	Tefé	3
4	Parintins	2
5	Coari	2
6	Boa Vista do Ramos	1
7	Maués	1
8	Nhamundá	1
9	Presidente Figueiredo	1
10	Tabatinga	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Entre as organizações identificadas (Tabela 3), destacam-se o SEBRAE**,** o UNICEF/Visão Mundial e a Fundação Lemann/Centro Lemann**,** seguidos pelo Instituto Ayrton Senna e outras organizações. As parcerias em um número reduzido de organizações evidencia a presença recorrente de fundações empresariais, organismos internacionais e entidades do terceiro setor na implementação de ações desenvolvidas junto às redes de ensino. Esse padrão corrobora a análise de Ball e Youdell (2008) sobre a privatização endógena, ao revelar formas de participação que se manifestam na oferta de programas, metodologias e instrumentos de apoio à gestão, sem implicar, necessariamente, a transferência da oferta educacional ao setor privado. Nessa perspectiva, Peroni (2021) destaca que a ampliação da atuação desses atores redefine as fronteiras

entre o público e o privado, enquanto Cóssio (2018) relaciona esse movimento à incorporação de referenciais da Nova Gestão Pública na implementação das políticas educacionais.

Tabela 3 – Principais organizações mapeadas nos municípios do Amazonas[5]

Organização parceira	n	%*
SEBRAE	9	36,0
UNICEF / Visão Mundial	6	24,0
Fundação Lemann / Centro Lemann	3	12,0
Instituto Ayrton Senna	2	8,0
Fundação Telefônica Vivo	1	4,0
Sistema Aprende Brasil	1	4,0
Itaú Social	1	4,0
Fundação Lemann / Khan Academy	1	4,0
Programa Municipal de Educação Financeira	1	4,0
Ator privado não identificado	1	4,0

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Em síntese, os resultados evidenciam que as parcerias público-privadas identificadas na educação municipal amazonense apresentam distribuição territorial seletiva e concentram-se em um conjunto reduzido de organizações com atuação recorrente nas redes municipais de ensino. Esse conjunto de evidências demonstra que as relações entre o público e o privado na educação básica da região se manifestam por meio de cooperação institucional que extrapolam a oferta direta de serviços educacionais e se inserem nos processos de implementação das políticas educacionais.

CONCLUSÃO

5 Os percentuais da Tabela 3 foram calculados sobre os 25 registros analisados. Como uma mesma iniciativa pode envolver mais de uma organização parceira, a soma dos percentuais é superior a 100%.

O estudo permitiu construir um panorama inicial das relações entre o público e o privado na educação básica amazonense. Os resultados indicam que a presença de organizações externas nas redes municipais ocorre predominantemente por meio de ações de formação, apoio técnico, tecnologias educacionais, programas, metodologias e instrumentos de gestão, evidenciando formas de participação que influenciam a implementação das políticas educacionais sem implicar, necessariamente, a transferência da oferta para instituições privadas. À luz da perspectiva teórica adotada, essas parcerias expressam novas formas de atuação do setor privado na educação pública, baseadas na incorporação de conhecimentos especializados e mecanismos de gestão produzidos por organizações externas.

A pesquisa também revelou limitações relacionadas à disponibilidade e transparência das informações públicas nos municípios amazonenses. Não foram analisados os efeitos dessas parcerias sobre os resultados educacionais, aspecto que demanda investigações futuras voltadas à compreensão de seus impactos sobre a autonomia das redes públicas, os processos de gestão educacional e a implementação das políticas educacionais em contextos territorialmente diferenciados.

Recomenda-se a realização de estudos qualitativos capazes de analisar os impactos dessas parcerias sobre a autonomia das redes públicas, os processos de gestão educacional e a implementação das PEs em contextos territorialmente diferenciados. Ao sistematizar evidências documentais sobre a presença de organizações externas nas redes municipais de ensino, o estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre a configuração das relações público-privadas na educação básica no AM.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; YOUDELL, Deborah. Hidden privatisation in public education. Bruxelas: Education International, 2008. Disponível em: https://www.ei-ie.org/en/item/25671. Acesso em: 10 jul. 2026.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. Educação (PUCRS), Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 66-73, 2018. DOI: https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29528. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/29528. Acesso em: 10 jul. 2026.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de Influência das Cidades: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf. Acesso em: 1 jun. 2026.

PERONI, Vera Maria Vidal. Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Políticas Educativas, Montevidéu; Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-31, 2021. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/121220. Acesso em: 10 jul. 2026.

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 65, p. 411-429, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216522. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GgFJfHJLdjYnG3TQMJfK8pH/. Acesso em: 10 jul. 2026.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO GEPEFI/UEM: TEMAS, ABORDAGENS E CONTRIBUIÇÕES

Stella Gomes Engleitner[1]

INTRODUÇÃO

A participação de instituições privadas na educação básica pública brasileira tem se ampliado nas últimas décadas. Esse movimento envolve a incorporação de princípios e práticas do setor privado à gestão pública e a atuação de diferentes agentes na execução de ações anteriormente atribuídas ao Estado (Cássio, 2018). Empresas, fundações, institutos, organizações sociais e organismos internacionais passam a participar da formulação de políticas, da gestão das redes de ensino, da formação de professores, da definição curricular e do financiamento da educação.

Ball e Youdell (2007) contribuem para a compreensão desse fenômeno ao distinguirem a privatização exógena, marcada pela participação direta de agentes privados, da privatização endógena, caracterizada pela incorporação de práticas, valores e métodos próprios do mercado ao setor público. Adrião (2018), por sua vez, demonstra que a privatização da educação básica pode incidir sobre três dimensões: a oferta educacional, a gestão da educação pública e o currículo.

Diante das diferentes formas assumidas pela privatização, o mapeamento constitui uma metodologia importante para a investigação desse processo. Gonçalves, Cássio e Peroni, (2026) de-

1 Graduada em licenciatura em Geografia (Universidade Federal de Pelotas); Estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas; stellaengleitner@gmail.com.

monstraram sua pertinência para identificar a abrangência, a intensidade e as formas de atuação dessas relações no âmbito das parcerias público-privadas (PPPs).

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa "Levantamento dos grupos de pesquisa das IES públicas que atuam no mapeamento das parcerias público-privadas na educação básica", desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais da Universidade Federal de Pelotas (NEPPE/UFPel). A investigação mais ampla buscou identificar os grupos de pesquisa que realizam ou realizaram mapeamentos das PPPs na educação básica no Brasil, observando suas metodologias, indicadores de análise, escalas de abrangência e formas de divulgação dos resultados. Entre os grupos selecionados encontra-se o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação (GEPEFI), vinculado à Universidade Estadual de Maringá (UEM). Nesse contexto, o objetivo deste recorte é analisar as contribuições do GEPEFI/UEM para o mapeamento da privatização da educação básica.

METODOLOGIA

O recorte apresentado neste trabalho resultou da análise das produções disponibilizadas no blog do GEPEFI. Foram empregados os descritores "privatização da educação", "parcerias público-privadas" e "mapeamento" na busca por artigos, trabalhos publicados em anais, dissertações e teses. O levantamento resultou em um corpus de 41 produções publicadas entre 2016 e 2025, distribuídas em 28 artigos, 7 dissertações e 6 teses. Outras produções listadas no blog não foram incluídas no corpus devido à indisponibilidade dos links ou dos textos completos, o que constituiu uma limitação do processo de coleta.

As produções foram sistematizadas segundo o ano e o tipo de publicação e, posteriormente, agrupadas por aproximação temática, conceitos de privatização utilizados, perfil metodológico, referenciais teóricos, principais resultados e formas de contribuição

para o mapeamento das PPPs. As categorias empregadas não são excludentes, pois uma mesma produção pode apresentar mais de uma temática ou procedimento metodológico. A análise concentrou-se especialmente nas pesquisas que recorrem ao levantamento ou ao mapeamento para identificar atores, estratégias e formas de inserção do setor privado na educação pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conjunto de produções analisadas apresenta crescimento a partir de 2019 e alcança seu maior número de publicações em 2022. Entre as temáticas mais frequentes estão financiamento da educação, formação de professores, currículo e políticas curriculares, atuação de organismos internacionais, Educação Especial, Reforma do Ensino Médio, Educação infantil e ensino remoto durante a pandemia de Covid-19. Embora esses objetos sejam diversos, as produções convergem na interpretação de que as transformações recentes da/na educação pública se relacionam à expansão do neoliberalismo, à redefinição do papel do Estado e ao fortalecimento da influência empresarial sobre as políticas educacionais.

Essa compreensão permite ao GEPEFI analisar a privatização como um processo que ultrapassa a transferência de serviços públicos ao setor privado, abrangendo também sua atuação na gestão, no currículo, na formação docente e na oferta de materiais, plataformas e sistemas de ensino.

As formas identificadas dialogam com a distinção estabelecida por Ball e Youdell (2007), pois abrange tanto a participação direta de agentes privados quanto a incorporação de práticas de mercado ao setor educacional. Também alcançam as dimensões da oferta, da gestão e do currículo sistematizadas por Adrião (2018).

Quanto ao perfil metodológico, predominam as pesquisas documental e bibliográfica, geralmente associadas a abordagens qualitativas. A documentação analisada pelo grupo de pesquisa inclui legislações, pareceres, documentos curriculares e materiais produzidos por organismos internacionais. Também aparecem es-

tados do conhecimento e mapeamentos sistemáticos da produção científica ou dos atores envolvidos nas relações público-privadas.

Uma das principais contribuições do GEPEFI está no uso recorrente do mapeamento sistemático para produzir diagnósticos sobre diferentes objetos. Foram identificados levantamentos sobre sistemas privados de ensino, grupos empresariais, contratos públicos, produções acadêmicas e parcerias desenvolvidas em contextos específicos relacionados à educação. Esses estudos contribuem para localizar atores e compreender diferentes manifestações da privatização nas políticas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permite concluir que o GEPEFI/UEM contribui para o mapeamento da privatização da educação básica ao combinar levantamento bibliográfico, análise documental, estados do conhecimento e identificação de atores privados e de suas estratégias de atuação. Desse modo, suas produções ampliam a compreensão da privatização para além da transferência direta de serviços públicos.

Embora o grupo não desenvolva um programa permanente de mapeamento territorial sobre as PPPs, seus estudos oferecem fundamentos teóricos, procedimentos de investigação e diagnósticos relevantes para esse campo. Como recorte de uma pesquisa mais ampla, o caso do GEPEFI evidencia a diversidade metodológica existente no país e as possibilidades de diálogo entre os grupos.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8–28, jan./abr. 2018.

BALL, Stephen J.; YOUDELL, Deborah. **Hidden privatisation in public education**. Brussels: Education International, 2007.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação,** Porto Alegre,

v. 41, n. 1, p. 66–73, jan./abr. 2018. DOI: https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29528

GEPEFI - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS, GESTÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em https://gepefiuem.blogspot.com/.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles; CÓSSIO, Maria de Fátima; PERONI, Vera Maria Vidal. Mapeamento das parcerias público-privadas em educação no Rio Grande do Sul – Brasil (2017–2020): proposições teórico-metodológicas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 34, n. 59, 2026. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.34.9025.

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA E TEMAS SUBJETIVOS

Susana Schneid Scherer[1]
Maria de Fátima Cóssio[2]
Vera Maria Vidal Peroni[3]

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mapeamento da atuação privada nas redes municipais públicas de ensino no Rio Grande do Sul (RS), cujo produto foi um banco de dados (2025). O recorte escolhido para este trabalho é a presença de temáticas subjetivas em ações de formação continuada de professores.

METODOLOGIA

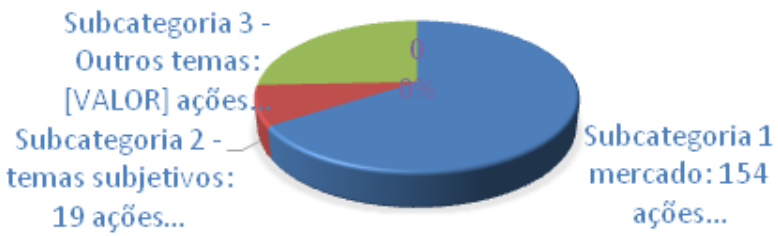
A pesquisa que culminou no banco de dados (2025) foi promovida por três grupos do RS, tendo como objetivo mapear as informações sobre ações privadas em redes municipais de ensino do RS. As fontes de pesquisa foram informações nos sites

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Professora visitante da Universidade Federal do Rio Grande. Pós-Doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. susana_scherer@hotmail.com
2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. cossiofatima13@gmail.com
3 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora visitante da Universidade Federal de São Paulo. Líder do Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na Educação. veraperoni@gmail.com

e redes sociais oficiais de 497 municípios, e notícias na mídia, no período de 2017 a 2020, compreendendo uma gestão municipal. Os dados foram sistematizados para posterior tratamento, quanto à ação desenvolvida em cada município, ao objetivo, ator promotor, área da ação, abrangência, data da ação e recursos envolvidos. A metodologia, no que se refere ao uso de fontes de dados online, baseou-se na abordagem de etnografia de redes, de Ball (2014).

Este trabalho analisou ações que foram consideradas subjetivas identificadas do uso do filtro da área de formação continuada de professores, dentre três subcategorias sistematizadas - e distribuídas quanto ao número de ações no gráfico 1 em: 1) mercado; 2) temas subjetivos; e 3) outros temas.

Gráfico 1: Categorização das ações na área de formação de professores



Fonte: organizado pelas autoras (2025).

Este trabalho se justifica dada a presença do tema da subjetividade em ações, e buscou estratificar que propostas são essas e como inferem na formação de professores escolares.

RESULTADOS E ANÁLISES

As 19 ações mapeadas como temática subjetivas foram agrupadas em cinco temáticas detalhadas no quadro 1.

Quadro 1: Detalhamento das ações por temáticas subjetivas nas formações continuadas de professores no RS.

Subcategoria	Ente privado promotor	Ação e Objetivos
MOTIVACIONAL	Sicredi	Desenvolver a motivação dos professores Pós Pandemia
		Palestra com professor Mário Sérgio Cortella, de cunho motivacional, sobre o tema Gestão do Conhecimento: um desafio necessário
		Seminário de abertura do segundo semestre letivo da rede para motivar e inspirar os professores para impulsionar o desempenho dos profissionais
		Apresentação teatral para motivar a rede
	UPF	Encontro de formação Continuada sobre filosofia, psicologia, espiritual, motivação como alguns dos temas abordados
	SESC	Encontro da rede para motivar professores, funcionários e equipe diretiva para recepcionar alunos no novo ano letivo
		Seminário com o tema Só desperta paixão de aprender quem tem amor por ensinar
	Life and work	Formação em coach
	Nada consta	Formação voltada a motivar e energizar os professores na volta às aulas
	Jorge Trevisol	Desejar boas-vindas e um ótimo ano letivo aos professores
		Motivar os profissionais
SOCIOEMOCIONAL	Centro Terapêutico Gaya Coworking	Palestra sobre inteligência emocional, com orientações e motivações para a busca da felicidade, crescimento pessoal e potencialização das ações desempenhadas no dia a dia
	Juliano Munhoz	Palestra de início de ano letivo sobre Educação Socioemocional e Currículo – A Neurociência a caminho de um novo mundo
	Sicredi	Formação virtual para lidar com a pandemia e as habilidades educacionais
	Augusto Cury	Aulas de educação emocional para aprender a identificar e dar nome para o que está sentindo, reeducando emoções e sabendo como lidar com elas
		Desenvolvimento do programa de aprendizagem socioemocional Asas. Que visa incentivar habilidades como autoconfiança, segurança e resiliência
BNCC	Regina Shudo	Encontros de formação sobre a BNCC com foco na formação socioemocional
MEDITAÇÃO	ONG MeditAmor	Encontro, de forma vivencial, abordando um conjunto de ferramentas simples – para prática diária – que darão condições para que as professoras e professores apliquem a meditação em sala de aula
ESPIRITUALIDADE	URI	Palestra sobre Educação, Afeto e Espiritualidade para início do ano letivo

Fonte: Elaborado pelas autoras

As ações motivacionais foram a temática mais recorrente com 11 atividades. As lógicas socioemocionais despontaram em segundo lugar com cinco ações. As demais três lógicas apareceram com uma ação cada qual. Os principais termos envolvendo as nove ações motivacionais foram: coaching, felicidade e autoestima. Já nas propostas socioemocionais se observam a presença de termos como inteligência emocional, busca da felicidade, crescimento pessoal e do desempenho.

Sobre os sujeitos promotores, a tabela 2 apresenta sua certificação, sede e atuação

Quadro 2: Detalhamento dos sujeitos privados das ações subjetivas

Ator	Atuação	Origem- sede	Parcerias
Sicredi	Banco cooperativo, promotor de programas educacionais por meio de sua fundação social	Teutônia/RS	Banco Mundial; ONU
SESC	Instituição do Sistema S, atuando na área comercial. Promove cursos e produz materiais educacionais.		
URI	Instituição de ensino superior	Ijuí – RS	
UPF	Instituição de ensino superior	Passo Fundo - RS	
Regina Shudo	Proprietária da empresa Amaná Editora. Atua como consultora e palestrante nos temas: gestão de aula, educação infantil e anos iniciais e BNCC.	Maringá/PR	Positivo; BNCC
Jorge Trevisol	Filósofo, teólogo e psicólogo. Atua em temas de felicidade, afetividade, espiritualidade. Coordena Centro Holoikos de Educação Integral.	RS	
ONG MeditAmor	Organização social de psicologia, espiritualidade e yogaterapia.	Caxias do Sul - RS	
Life and work	Empresa dos coaches Anelise de Oliveira e Jamil Clament Filho, e administradores da UNIWORK, centro de ensino e desenvolvimento humano	Carazinho - RS	
Augusto Cury	Autor da Teoria da Inteligência Multifocal, do programa Escola da Inteligência, e da Academia de Gestão da Emoção.	São Paulo - SP	ONU; FMI; Anhanguera
Juliano Munhoz	Professor, Empresário e Palestrante, coordenador Pedagógico do Colégio Conexão, que trabalha com um método socioemocional	Mafra - SC	Augusto Cury
Centro Terapêutico Gaya Coworking	Instituição prestadora de terapias alternativas	Passo Fundo - RS	

Fonte: Elaborado pelas autoras do Mapeamento.

Os sujeitos promotores das atividades subjetivas são pessoas físicas jurídicas e, em sua maioria, sem vinculação direta com a educação. A maior parte tem sede no RS e possui relação local com os municípios em que atuam. Acerca da recorrência em ações, identificou-se a proeminência do Sicredi, seguido pelo Sesc, Augusto Cury e Trevisol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as temáticas nomeadas como subjetivas têm, marcadamente, o foco no indivíduo, no sentido de responsabilização, da construção do sujeito individual, visando desenvolver tanto nos professores quanto nos alunos a ideia de que pessoas que adquirem controle emocional, no sentido de adaptação aos ambientes que, não raro, são hostis às populações vulneráveis, poderão ser bem-sucedidas nos estudos e na vida produtiva.

Temas como fé e meditação despontam como vinculadas a nuances neoconservadoras, que encontram espaço, como uma espécie de solução, em contextos de precarização da vida.

Foram mapeadas propostas de meditação e espiritualidade, as quais permitem inferir que a formação pretendida está centrada no tipo de sujeito a ser formado com um perfil adaptado e resiliente, apto a aderir às complexidades do mercado competitivo.

Analisa-se que as temáticas subjetivas abordam conteúdos advindo da fora da educação, para serem inseridos no ambiente educativo ou permearem o trabalho docente. Motivar professores se apresenta estratégico em um contexto de precarização da vida social, tal que os temas da fé e meditação apontam. A temática socioemocional como conteúdo educacional tem em vista incidir no ápice do aspecto mais subjetivo de constituição de indivíduos esgotados em si mesmos.

Ressaltamos aqui o debate de Gramsci (2008) sobre o Americanismo e Fordismo, que cada período particular do capitalismo deve construir a subjetividade necessária para que seja naturalizado. Entendemos estas atividades que se chamou de subjetivas na

pesquisa, estão ancorados nesta análise do autor, evidenciando um dado contexto neoliberal e neoconservador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DE DADOS. **Parcerias Público-Privadas em educação nos municípios do RS.** Disponível em: https://ppp.ufpel.edu.br. Acesso em: 13 jun. 2025.

BALL, S. Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, S. Política Educacional Global: reforma e lucro. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 3, p. 1-15, 2018.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**, São Paulo, Hedra, 2008.

MAPEAMENTO DOS PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA AZONASUL (RS): A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM QUESTÃO (2021 – 2024)

Thyago Lopes Martins[1]
Leonardo Dorneles Gonçalves[2]

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa trata do mapeamento dos processos de privatização na educação junto à Associação dos Municípios da Zona Sul do RS (Azonasul) que vêm ocorrendo por meio de parcerias público-privadas e demais atividades que contam com a presença do setor privado na educação dos referidos municípios.

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é analisar os processos de privatização na educação, em especial nas redes de ensino dos municípios da Azonasul (2021-2024), com foco na atuação privada na formação continuada de professores.

Justifica-se a necessidade deste estudo em virtude do volume elevado de ações desenvolvidas no contexto da educação pública e que envolvem a atuação de fundações, associações e centros ligados ao mundo empresarial (Gonçalves, Studinski e Ossanes, 2025). Decorre disso a disputa e a apropriação de recursos públicos destinados ao financiamento da educação que, diante do avanço das privatizações, acabam impulsionando a expansão do

1 Graduando em Pedagogia (FURG); Universidade Federal do Rio Grande - FURG; lopesthyago68@gmail.com
2 Doutor em Educação (UFPel); Universidade Federal do Rio Grande - FURG; dorneles05@gmail.com

capital e, em decorrência, a inserção da dinâmica privada no ambiente da educação escolar.

Essa pesquisa pode ser caracterizada como um estudo exploratório com uso de técnicas de coleta de dados em portais públicos disponíveis na internet, principalmente os sites oficiais geridos pelas prefeituras dos municípios. Desse modo, trata-se de um trabalho cuja abordagem é qualitativa, tendo em vista que a análise dos dados foi contextualizada mediante as realidades regionais. Objetivamente, utiliza-se os métodos e procedimentos do mapeamento de notícias (Gonçalves, Cóssio e Peroni, 2026) que envolvem o setor privado junto à educação pública em municípios da Zona Sul.

METODOLOGIA

Quando nos referimos ao mapeamento de notícias e informações acerca da atuação privada junto à educação pública, tratamos de um procedimento relativamente novo no campo das pesquisas em políticas educacionais e privatização. Embora os estudos sobre privatização na educação não sejam recentes, a dificuldade de acesso às informações contratuais e, ao mesmo tempo, a rapidez com que o mercado atua sobre a educação, exigem métodos mais eficientes para que os dados sejam levantados.

A volatilidade dessas mudanças deve acompanhar as mudanças conceituais. Diante disso, compreendemos que os processo de privatização na educação (Rikowski, 2017), no contexto dessa pesquisa, podem ser entendidos como:

> [..] relações entre o setor público e privado que se caracterizam como processos contínuos de inserção da lógica empresarial e mercadológica na educação pública, com ou sem transferências de recursos financeiros, formalizados ou não através de contratos, termos, acordos, etc. Isso porque, a partir dos dados, verificamos a existência de relações entre as prefeituras e o setor privado – através de empresas, fundações, institutos, associações, centros – onde são empregados, no conteúdo das atividades,

> temas que atendem as pautas do empresariado sem que haja, necessariamente, a formalização contratual ou mesmo transferências de recursos públicos para as instituições. (Gonçalves, Cóssio e Peroni, 2026, p. 08)

De modo específico, o mapeamento de informações a partir das notícias disponíveis nos sites das prefeituras obedece a procedimentos próprios, relacionados a particularidade de apresentação de cada portal. Em geral, a pesquisa é realizada respeitando as seguintes ações:

1. Escolha do site: na pesquisa são priorizados os portais oficiais geridos pelas prefeituras e disponíveis na internet. Isso porque as informações disponíveis nos sites, produzidas pelo poder público são reconhecidas como fontes fidedignas.
2. Descritores: a utilização de descritores como “formação de professores”, “consultoria em gestão”, “oferta de vagas na educação infantil”, “materiais didáticos e sistemas apostilados”, “Intervenções pedagógicas privadas com estudantes”, em sites cuja aba de pesquisa é disponível facilita o acesso aos dados
3. Notícias: Nos casos em que os sites não apresentam a aba de pesquisa, é necessário recorrer a seção de notícias, a fim de verificar a existência de ações que vinculam a educação pública e atores privados, considerando o período estipulado.

Considerando, pois, os procedimentos adotados no mapeamento, foi possível identificar algumas informações que permitem uma caracterização geral da pesquisa. Ao todo, foram mapeadas 190 (cento e noventa) notícias que indicam a presença do setor privado junto às ações da educação dos municípios da AZONASUL no período. De um total de 23 (vinte e três) cidades, apenas 05 (cinco) não apresentam dados sobre o tema. Além disso, entre os municípios com maior quantidade de notícias estão: Pelotas (55),

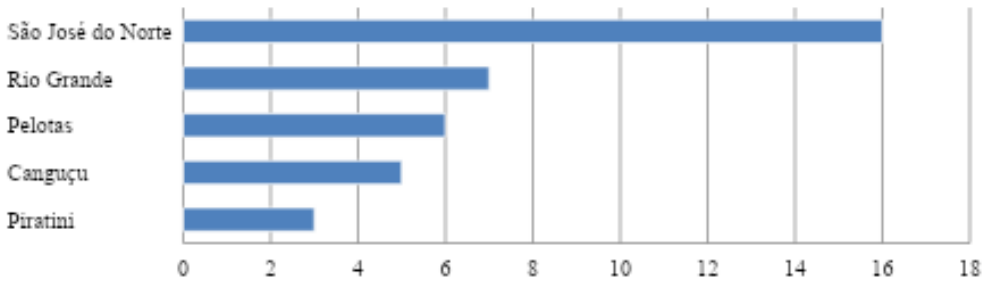
São José do Norte (42), Canguçu (17), Piratini (16) e Rio Grande (14).

Em relação as Instituições Privadas mencionadas nas notícias, destacam-se o Sebrae (18), Sicredi (11), CIEE (08), Instituto Crescer Legal (07) e Urban95 (05). As áreas que apresentam maior frequência entre as notícias são: Intervenções pedagógicas privadas com estudantes (62), Formação de professores (45), Consultoria e assessoria em gestão educacional e escolar (18), Materiais didáticos ou sistemas apostilados (05), Oferta de vagas na educação infantil (04) Plataformas digitais, internet, softwares e equipamentos (03).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em específico, destacamos as ações que veiculam o setor privado à Formação de Professores, tendo em vista sua importância estratégia para o desenvolvimento da educação. O gráfico abaixo indica os 05 (cinco) municípios com maior participação privada na área:

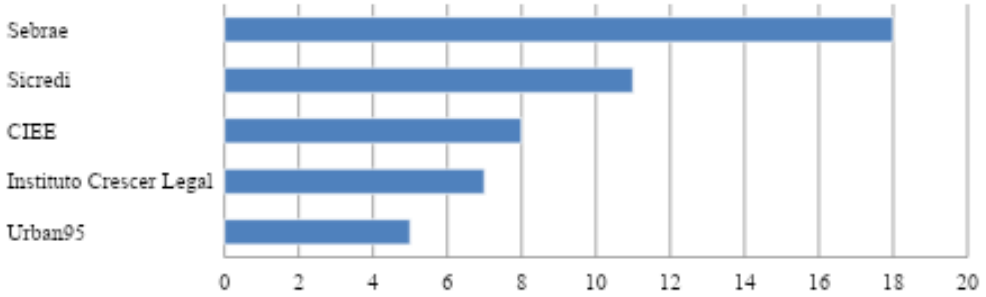
Gráfico 01: Municípios com maior número de notícias sobre Formação de Professores



Fonte: Mapeamento das PPPs (2021 – 2024), elaborado pelos autores

Levando em conta as 05 (cinco) maiores ocorrências relativas às instituições privadas, destacam-se aquelas com maior capilaridade entre as cidades da região e que atuam em diversas áreas, como pode ser observado no Gráfico 02.

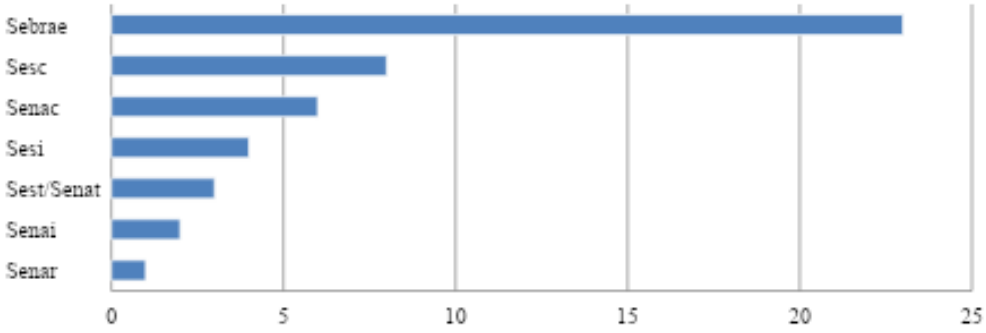
Gráfico 02: Instituições privadas mais mencionadas nas notícias



Fonte: Mapeamento das PPPs (2021 – 2024), elaborado pelos autores

O gráfico acima expressa a grande participação do Sebrae junto a Formação de Professores. Entretanto, a pesquisa identificou outras instituições ligadas ao Sistema S e que atuam sob a mesma lógica, isto é, aproximando a educação dos setores econômicos e produtivos. No gráfico 03, é possível identificar a participação dessas organizações nas atividades de formação docente.

Gráfico 03: Ocorrências de instituições ligadas ao Sistema S

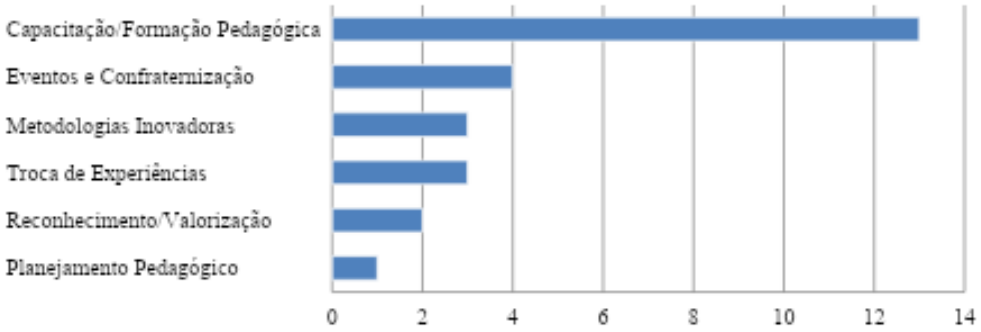


Fonte: Mapeamento das PPPs (2021 – 2024), elaborado pelos autores

Pode-se observar que as instituições do Sistema S, principalmente o Sebrae, tem particular interesse na atuação junto a educação pública e, em particular, junto aos professores. Além disso, chama atenção os principais focos de atuação empresarial, o que pode ser observado a partir dos objetivos contidos nas ações ma-

peadas e que, em sua maioria, correspondem a formação e capacitação pedagógica, acrescida de outras como demonstramos abaixo:

Gráfico 04: Principais objetivos das ações mapeadas junto aos professores



Fonte: Mapeamento das PPPs (2021 – 2024), elaborado pelos autores

Considerando as notícias mapeadas e as breves informações aqui trazidas, é possível dizer que a formação continuada de professores ocorrida no período em análise, sofre influencia direta de instituições privadas, particularmente organizações vinculadas ao Sistema S, cujo objetivo tem sido o fortalecimento das relações sociais capitalistas no âmbito da produção econômica e dos arranjos produtivos locais. Nesse sentido, suas atuações na formação docente encontram sintonia com o padrão identificado por Pereira e Camargo (2020), isto é, a ocorrência de uma disputa em torno dos professores que tem culminado na despolitização da formação em serviço, o que coincide com a presença de instituições privadas a frente dessas ações.

A delegação da responsabilidade formativa para institutos, serviços ou empresas contribui para que os professores não se apropriem da direção pedagógica da formação que recebem e não constroem. Da mesma forma, esse tipo de relação público-privada amplia a desresponsabilização do Estado que delega a outrem essa tarefa; proporciona estudos descontinuados, pensados a par-

tir de eventos desconexos; tendem a valorizar meras trocas de experiências ou confraternizações como um conteúdo da formação, o que, em si, não é um equívoco, desde que estejam circunscritas em uma totalidade pedagógica intencional; recai no(a) professor(a) a responsabilidade pelo alcance dos resultados da aprendizagem, pois, a partir das formações (incluindo metodologias ativas) e do 'investimento' feito, precisa dar respostas concretas. Todas essas contradições se ampliam na medida em que há o aumento da presença privada na formação continuada de professores.

CONCLUSÕES

Em suma, o processo de privatização na educação em geral e, na formação de professores em particular, ocorre em um contexto de avanço conservador e liberal que se expressa na redução dos direitos sociais e sua oferta sob a forma de mercadoria (Rikowski, 2017). Na região dos municípios analisados, identifica-se que a atuação privada está em sintonia com essa lógica, disputando a consciência docente e descaracterizando-a enquanto intelectual orgânica em potencial.

Mais do que uma colaboração pontual, essas parcerias configuram uma forma de tomada de controle sobre a direção e a execução do ensino, comprometendo a autonomia das escolas e ampliando o risco de subordinar a formação de cidadãos aos interesses do mercado de trabalho.

Assim, os esforços daqueles(as) que defendem o caráter público da educação e da formação integral dos trabalhadores(as) em educação devem, portanto, direcionar-se tanto à denúncia irrestrita dessa realidade quanto à fiscalização atenta dessas práticas, de modo a garantir que os recursos públicos sirvam à construção de uma educação pública e efetivamente gratuita e de qualidade

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Mary Jose Almeida; CAMARGO, Arlete Maria Monte de. O neoliberalismo e a privatização da educação: formação de professores e a relação entre as parcerias público-privadas. **Revista Inter-Ação**, v. 45, n. 2, p. 300-316, 2020. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/61147. Acesso em: 28 jul. 2026.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 393-414, 2017. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810. Acesso em: 28 jul. 2026.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles; CÓSSIO, Maria de Fátima; PERONI, Vera Maria Vidal. Mapeamento das parcerias público-privadas em educação no Rio Grande do Sul – Brasil (2017-2020): proposições teórico-metodológicas. **Education Policy Analysis Archives**, v. 34, 2026. Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/9025. Acesso em: 28 jul. 2026.

GONÇALVES, Leonardo Dorneles; STUDINSKI, Francine Sotter; OSSANES, Debora Pintanel Dias. Como aparelhos privados de hegemonia definem a agenda privatista na política educacional em municípios do extremo sul do Brasil (2021-2024)? **Educação em Foco**, v. 30, n. Dossiê Temático, p. e30075, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/e30075. Acesso em: 28 jul. 2026.

ÁREA TEMÁTICA 3

RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NA RECONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU: O AVANÇO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Elia Maria Leandro Uangna [1]
Andressa Aita Ivo [2]

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as políticas educacionais dos países em desenvolvimento passaram por profundas transformações decorrentes dos processos de globalização, das reformas do Estado e da crescente atuação de organismos internacionais na definição das agendas públicas. Nesse contexto, o Banco Mundial consolidou-se como um dos principais atores na formulação e implementação de políticas educacionais, promovendo reformas orientadas pelos princípios da Nova Gestão Pública, como eficiência, gestão por resultados, descentralização e responsabilização (BALL, 2014; PERONI, 2013). Essas orientações têm favorecido a ampliação da participação de atores não estatais na gestão Educacional, fortalecendo modelos de governança compartilhada e a expansão das parcerias público-privadas.

Na Guiné-Bissau, contexto dessa pesquisa, a fragilidade institucional do Estado e a elevada dependência da cooperação internacional tornaram o setor educacional particularmente exposto à

1 Mestra em Educação e doutoranda pelo rograma de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPel. E-mail: leandrouangna@gmeil.com
2 Prrofessora doutora do Programa Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPEL. Email: dessaaita@gmail.com

influência dos organismos multilaterais. Nesse cenário, o Banco Mundial tem desempenhado papel relevante não apenas no financiamento de programas e projetos, mas também na definição de prioridades, na produção de diagnósticos e na difusão de modelos de gestão que orientam as reformas educacionais implementadas no país. Assim, sua atuação ultrapassa o apoio financeiro e passa a influenciar diretamente a formulação das políticas públicas educacionais.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a influência do Banco Mundial na reconfiguração da educação pública na Guiné-Bissau, evidenciando como sua atuação tem contribuído para o avanço das parcerias público-privadas e para a redefinição do papel do Estado na formulação e gestão das políticas educacionais. A pesquisa justifica-se pela escassez de estudos que investigam a atuação desse organismo internacional no contexto guineense a partir da abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball, contribuindo para ampliar o debate sobre internacionalização das políticas educacionais e relações entre o público e o privado na educação.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, por compreender que as políticas educacionais são construídas em contextos históricos, políticos e sociais marcados por disputas entre diferentes atores e interesses. A investigação fundamenta-se na abordagem do Ciclo de Políticas, proposta por Stephen Ball (1994), Richard Bowe (1992) e colaboradores, privilegiando os contextos de influência e de produção do texto para compreender a atuação do Banco Mundial na formulação das políticas educacionais da Guiné-Bissau.

O corpus documental foi constituído por documentos oficiais do Banco Mundial e do Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, selecionados por sua relevância para a formulação das políticas educacionais da educação básica. Foram analisados o Plano

Setorial da Educação (2017 – 2025), os projetos *Quality Education for All Project (PEQT)* e *Institutional Strengthening and Quality Education for All Project*. O recorte da pesquisa restringe-se aos contextos de influência e de produção do texto, não contemplando a implementação das políticas.

A análise dos documentos foi realizada de forma sistemática, buscando identificar diretrizes, estratégias, mecanismos de financiamento e modelos de gestão que evidenciassem a influência do Banco Mundial na formulação das políticas educacionais da Guiné-Bissau, em diálogo com a literatura sobre globalização, governança educacional, Nova Gestão Pública e organismos internacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos mostra que a influência do Banco Mundial sobre a educação na Guiné-Bissau vai além do financiamento de programas educacionais, configurando-se como um processo de produção e difusão de orientações políticas, técnicas e gerenciais que incidem diretamente sobre a formulação das políticas educacionais. Sob a perspectiva do Ciclo de Políticas, verifica-se que o Banco Mundial ocupa posição estratégica no contexto de influência, participando da definição das prioridades do setor educacional por meio do financiamento, da elaboração de diagnósticos, da assistência técnica e da produção de recomendações que orientam as reformas implementadas pelo Estado guineense.

Essa influência pode ser observada no Plano Setorial da Educação (2017 – 2025), que identifica como principais desafios do sistema educativo a baixa taxa de conclusão do ensino básico, os elevados índices de repetência, as desigualdades de acesso entre regiões e a fragilidade da gestão educacional. O documento evidencia que apenas 25% das escolas oferecem os seis anos completos do ensino básico, obrigando milhares de estudantes a mudar de escola para concluir essa etapa, situação que contribui para o abandono escolar. Além disso, registra taxas de repetência de 21% no primeiro ciclo, 18% no segundo e 17% no terceiro ciclo, núme-

ros superiores aos parâmetros recomendados internacionalmente, reforçando a necessidade de reformas estruturais voltadas ao fortalecimento da gestão e da qualidade da educação.

Essa atuação está inserida em um movimento mais amplo de governança global da educação, no qual organismos multilaterais assumem papel significativo na circulação de ideias, conhecimentos e modelos de gestão educacional. Conforme Ball (2014), Robertson (2012) e Verger (2012), as políticas educacionais contemporâneas são produzidas em redes transnacionais que articulam organismos internacionais, governos, fundações e organizações da sociedade civil. Nesse cenário, as políticas deixam de ser concebidas exclusivamente pelos Estados nacionais, passando a resultar de processos de negociação e influência entre múltiplos atores.

A experiência da Guiné-Bissau evidencia essa dinâmica, uma vez que parte significativa das reformas educacionais implementadas nas últimas décadas foi concebida em estreita articulação com os programas financiados pelo Banco Mundial. O documento Quality Education for All Project demonstra esse processo ao afirmar que o projeto foi elaborado em estreita colaboração entre o Ministério da Educação, o Banco Mundial, a UNICEF e os demais parceiros do setor, estando diretamente alinhado ao Plano Setorial da Educação e às estratégias do Global Partnership for Education (GPE). O próprio documento reconhece que o projeto constitui uma das principais fontes de financiamento para a implementação do Plano Setorial e estabelece como prioridades o fortalecimento da governança, da gestão financeira, da administração educacional e dos mecanismos de monitoramento e avaliação do sistema educativo.

Os documentos analisados demonstram que projetos como o Firkidja, o Quality Education for All Project (PEQT) e o Institutional Strengthening and Quality Education for All Project compartilham uma mesma racionalidade política, orientada pelo fortalecimento institucional, pela melhoria dos indicadores educacionais e pela modernização da gestão pública. No Quality Education for All Project, essa racionalidade manifesta-se na criação de comitês de

gestão escolar, na descentralização de recursos por meio de programas de financiamento às escolas, na implementação de mecanismos de monitoramento do uso dos recursos públicos, na melhoria dos processos de seleção e formação de diretores escolares e na profissionalização da carreira docente. O projeto também prevê o fortalecimento dos sistemas de monitoramento, avaliação e planejamento educacional, associando a liberação de recursos ao cumprimento de metas e à melhoria do desempenho institucional. Embora essas iniciativas tenham contribuído para ampliar o acesso ao ensino básico, fortalecer a formação de professores, reformular os currículos escolares e melhorar a capacidade administrativa do Ministério da Educação, elas também incorporam princípios característicos da Nova Gestão Pública, como planejamento estratégico, gestão por resultados, avaliação de desempenho, monitoramento contínuo e responsabilização institucional.

Essa convergência torna-se particularmente evidente no Plano Setorial da Educação (2017 – 2025), documento que estabelece as prioridades da política educacional guineense e incorpora objetivos relacionados à eficiência da gestão, ao fortalecimento da capacidade institucional e ao aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e avaliação. Além do diagnóstico sobre acesso e permanência, o Plano evidencia que a carência de materiais didáticos, a ausência de um currículo uniformizado em determinados níveis de ensino e as desigualdades regionais como fatores que justificam a adoção de políticas voltadas ao fortalecimento institucional e à melhoria da gestão educacional. Embora formulado pelo governo nacional, o Plano apresenta forte alinhamento às diretrizes defendidas pelo Banco Mundial e por outros organismos multilaterais, evidenciando que a produção do texto das políticas resulta de um processo de negociação entre diferentes atores nacionais e internacionais. Essa constatação reforça a compreensão de Ball (1994; 2014) de que as políticas públicas não são produtos exclusivamente governamentais, mas textos construídos em arenas de disputa, negociação e influência.

Conforme Uaciquete (2010), uma das orientações do FMI e do

Banco Mundial para países com fragilidades socioeconômicas, como a Guiné-Bissau, consiste em priorizar a expansão da educação básica, estimular a participação de atores não estatais na oferta e gestão da educação e reduzir a centralidade do Estado na formulação e implementação das políticas públicas. No caso guineense, essa orientação materializa-se na crescente participação de organismos internacionais, organizações não-governamentais e outros parceiros de cooperação na definição das prioridades educacionais e na implementação de programas e reformas, configurando novos arranjos de governança no setor educacional.

Outro aspecto observado refere-se à crescente valorização das parcerias público-privadas como estratégia para ampliar a capacidade de resposta do sistema educacional. A documentação analisada evidencia a participação de organizações não-governamentais, agências internacionais e outras instituições na implementação de programas educacionais, especialmente nas áreas de formação docente, produção de materiais didáticos e fortalecimento da gestão escolar. O Quality Education for All Project prevê que organizações não estatais participem da constituição dos comitês de gestão escolar, da formação das comunidades, da implementação dos mecanismos de monitoramento, da gestão dos recursos financeiros e do acompanhamento das escolas, reconhecendo explicitamente que esses atores desempenham papel central na melhoria da qualidade da educação e no fortalecimento da governança do setor. Essa configuração aproxima-se das análises de Peroni (2013), Adrião (2018) e Salamon (1995), que apontam a expansão das parcerias entre Estado e atores privados como uma das principais características das reformas contemporâneas, redefinindo o papel estatal e promovendo novos arranjos de gestão na oferta das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa demonstrou que a atuação do Banco Mundial na educação da Guiné-Bissau vai além do financiamento de projetos,

influenciando a formulação das políticas educacionais por meio da difusão de modelos de gestão, da definição de prioridades e do fortalecimento institucional. Com base no Ciclo de Políticas de Stephen Ball, verificou-se que essa influência ocorre tanto no contexto de influência quanto no contexto da produção do texto, orientando reformas fundamentadas nos princípios da Nova Gestão Pública. Embora essas ações tenham contribuído para ampliar o acesso à educação e fortalecer a gestão educacional, também favoreceram a expansão das parcerias público-privadas e da participação de atores não estatais na condução das políticas públicas. Conclui-se que o Banco Mundial exerce papel relevante na construção das agendas e na produção das políticas educacionais, reconfigurando as relações entre Estado, mercado e sociedade civil e contribuindo para a compreensão dos processos de internacionalização das políticas educacionais na Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais**. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018.

BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Guinea-Bissau: Quality Education for All Project (P160678)**. Washington, DC: World Bank, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Guinea-Bissau: Institutional Strengthening and Quality Education for All Project (P177016)**. Washington, DC: World Bank, 2021.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

DALE, Roger. **Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional. **Plano Setorial da Educação 2017-2025**. Bissau: Ministério da Educação Nacional, 2017.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal. **As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via.** Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013.

ROBERTSON, Susan L. **Teachers in global governance**. Comparative Education Review, Chicago, v. 56, n. 1, p. 1-21, 2012.

SALAMON, Lester M. **Partners in public service: government-nonprofit relations in the modern welfare state**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.

UACIQUETE, Adriano Simão. **Modelos de Administração da Educação em Moçambique (1983 2009).** Universidade de Aveiro, 2010.

VERGER, Antoni. **Framing and selling global education policy: the promotion of public-private partnerships for education in low-income contexts.** Journal of Education Policy, v. 27, n. 1, p. 109 – 130, 2012. DOI: 10.1080/02680939.2011.623242.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SUA ATUAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA-ES

Estér Marlene Gonçalves Reis[1]
Carina Copatti[2]

INTRODUÇÃO

A educação não se constitui como uma prática neutra, universal ou desvinculada das relações sociais; ao contrário, é produzida e transformada pelas condições históricas, políticas, econômicas e culturais de cada sociedade. Nessa perspectiva, Saviani (1984) aborda que "a fim de determinar o tipo de ação exercida pela educação sobre diferentes setores da sociedade, bem como o tipo de ação que sofre das demais forças sociais, é preciso, para cada sociedade, examinar as manifestações fundamentais e derivadas, as contradições principais e secundárias" (Saviani, 1984, p. 120). Assim, a análise das políticas educacionais exige considerar as múltiplas determinações que atravessam o campo da educação, identificando os interesses em disputa, as contradições presentes e os efeitos produzidos sobre a organização da escola pública e sobre os processos educativos.

É nesse contexto que se insere a discussão sobre as parcerias público-privadas (PPPs) na educação brasileira, diretamente relacionada ao conjunto de reformas implementadas no país a partir da década de 1990, marcadas pela difusão dos princípios neoliberais

1 Pedagoga e Mestra em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo.
2 Pós-doutora, Docente no Departamento de Educação, Política e Sociedade (Deps) e no PPGE da Universidade Federal do Espírito Santo.

na administração pública e pela redefinição do papel do Estado na oferta das políticas sociais. Diante desse cenário, este estudo, que constitui um recorte de uma pesquisa de doutorado em fase inicial, tem como objetivo refletir sobre os impactos da atuação das parcerias público-privadas na oferta educacional da rede municipal de ensino de Vitória-ES. Metodologicamente, a investigação adota uma abordagem qualitativa, de caráter crítico-analítico, articulando a revisão teórico-bibliográfica à análise documental dos principais normativos, programas e documentos oficiais que, regulamentam e orientam a implementação das PPPs no município de Vitória.

Assim sendo, para a fundamentação teórica da pesquisa, foram selecionados autores que discutem as transformações das políticas educacionais no contexto das reformas neoliberais, as relações entre Estado e iniciativa privada e seus impactos sobre a escola pública, dentre os quais se destacam Libâneo (2012; 2018), Peroni (2017), Freitas (2014; 2018) e Anjos e Cruz (2017).

A análise teórica foi articulada ao exame de documentos normativos e orientadores da educação escolar no estado do Espírito Santo, bem como de documentos oficiais que regulamentam e orientam a implementação das parcerias público-privadas no estado e seus desdobramentos na rede municipal de ensino de Vitória, buscando identificar como os princípios e as estratégias dessas parcerias são incorporados às políticas educacionais e materializados nas orientações destinadas aos processos de ensino e aprendizagem.

Para o tratamento e a interpretação dos dados, adotou-se a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), por compreender que esse método possibilita identificar categorias de análise presentes nos documentos.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA-ES

O conjunto de reformas promovidas na década de 1990 estabeleceram regulamentações de Parcerias Público-Privadas (PPP), que viabilizam a implantação de políticas do setor privado, efetiva-

das a partir de parcerias entre as secretarias de educação públicas e organizações de iniciativa privada (Anjos; Cruz, 2017). Um marco legal desse movimento foi a Lei Federal nº 11.079/2004, que abriu possibilidades, dentre outras coisas, para a inserção de cartilhas e apostilas, ou a adoção de tecnologias e assessorias para a (re) organização da gestão das secretarias de educação públicas, se constituindo assim, de políticas que interferem no currículo, na formação docente, na avaliação e na gestão das escolas.

Segundo Libâneo (2012) a educação, quando inserida em uma realidade neoliberal, é submetida a uma visão de mundo economicista e posicionada a serviço do desempenho do indivíduo no mercado para potencializar o crescimento econômico, desenvolvendo uma formação para a ação individual competitiva no mercado de trabalho. Problematiza-se o papel da escola conduzido para suprir interesses do capitalismo e das novas formas de sociabilidade na sociedade contemporânea, de modo a esculpir no indivíduo capacidades adaptativas e de flexibilidade para o trabalho, em função das expectativas de lucratividade (Libâneo, 2018; Freitas, 2018).

No contexto das reformas neoliberais, a gestão da educação passou por um processo de reconfiguração, marcado por redefinição das funções do Estado e incorporação de novos modelos de administração pública. Esse processo favoreceu a consolidação da Nova Gestão Pública (NGP), que conforme destaca Cóssio (2018), trata-se de um movimento reformista que se estrutura a partir da redução da atuação direta do governo na execução das políticas públicas e da abertura para a participação de diferentes atores na sua formulação e implementação, ao mesmo tempo em que promove mudanças internas na administração pública com o objetivo de modernizá-la segundo parâmetros empresariais.

Alinhadas às transformações da administração pública propostas pela NGP, as parcerias público-privadas na educação, segundo Peroni (2012), configuram formas de cooperação entre Estado e entidades privadas para a oferta de serviços, gestão escolar, produção de materiais, formação docente e implementação de programas educacionais. Assim, por meio das parcerias, o setor pri-

vado passa a assumir funções historicamente atribuídas ao poder público, mediante diferentes formatos de cooperação.

Na rede municipal de ensino de Vitória-ES, destacam-se acordos de cooperação e documentos normativos, como a Lei nº 8.829/2015, que institui o Plano Municipal de Educação de Vitória (PMEV). Embora o documento apresenta princípios democráticos e inclusivos, também incorpora elementos de uma racionalidade neoliberal, ao aproximar a gestão educacional da lógica da eficiência, da mensuração de resultados e da adaptação às demandas do mercado. Algumas metas evidenciam uma concepção gerencial de educação, associando a qualidade educacional a indicadores de desempenho e possibilitando a participação da iniciativa privada na oferta da educação básica e na formação de trabalhadores da educação.

Outra normativa municipal em que também é possível perceber a racionalidade neoliberal foi a Lei nº 8.538, de 18 de outubro de 2013, que institui o programa de parcerias público-privadas para o município de Vitória, promovendo a abertura do setor privado para assumir investimentos na educação pública, sendo possível a remuneração posterior ao cumprimento de metas, resultados ou indicadores previamente definidos.

Em período recente, temos o Acordo de Cooperação nº 81/2022, documento que formaliza a prorrogação da parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Vitória e a Associação Bem Comum (ABC). Inicialmente celebrada em 2022, a parceria teve sua vigência estendida até 31 de dezembro de 2025, com vistas à implementação do Programa Educar pra Valer, iniciativa desenvolvida em parceria com a Fundação Lemann e voltada à prestação de assessoria técnica gratuita aos municípios. Em decorrência deste acordo, todas as escolas da rede municipal de ensino de Vitória passaram a integrar essa parceria, estando submetidas às orientações pedagógicas, administrativas e avaliativas produzidas no âmbito da cooperação entre a ABC e a Secretaria Municipal de Educação de Vitória.

Nesse contexto, destaca-se o documento Diretrizes Pedagógicas para o Ano Letivo de 2024/2025, por constituir um dos prin-

cipais instrumentos de orientação do trabalho pedagógico nas escolas da rede municipal. Parte-se do pressuposto de que sua elaboração e suas diretrizes estão inseridas em um cenário marcado pelo avanço da racionalidade neoliberal na educação.

O documento apresenta o projeto Educar para Vitória, desenvolvido com o objetivo de auxiliar estudantes do Ensino Fundamental com dificuldades de aprendizagem, por meio de avaliações diagnósticas, trilhas de planejamento pedagógico e acompanhamento de assessorias da Secretaria Municipal de Educação de Vitória (Seme), em parceria com a Associação Bem Comum. Entre as ações previstas, destaca-se a utilização do "Caderno de Fluência", destinado ao atendimento dos estudantes nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, com atividades voltadas à recuperação de objetivos de aprendizagem ainda não consolidados. O projeto também contempla a disponibilização de materiais de apoio ao planejamento docente e à organização da gestão pedagógica.

Assim sendo, a incorporação desses recursos ao cotidiano escolar evidencia um processo de institucionalização e naturalização das parcerias público-privadas no campo educacional, ao mesmo tempo em que sinaliza uma redefinição do papel do Estado na condução das políticas educacionais e na garantia do direito à educação pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve procurou refletir sobre os impactos das parcerias público-privada na educação pública da rede municipal de ensino de Vitória-ES. Ao investigar o desdobramento das PPPs na configuração e definição de políticas educacionais recentemente (re)formuladas no contexto brasileiro e do município observou-se abertura para atuação de organizações privadas na política educacional local através de legislações, normativas e dispositivos administrativos. Nesse contexto, agentes privados passam a exercer influência crescente sobre a formulação de orientações pedagógicas, os processos de gestão escolar e os mecanismos de

avaliação, assumindo funções que tradicionalmente competem ao poder público.

Sob essa perspectiva, tais políticas são implementadas de forma verticalizada, com reduzido diálogo com as especificidades e necessidades concretas das escolas e de seus sujeitos. Portanto, observa-se que são diversas as organizações privadas que atuam na formulação, orientação e acompanhamento das políticas educacionais através de estratégias que reorganizam prioridades, mecanismos e instrumentos de gestão, modificando o cotidiano das escolas e o trabalho docente.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Cristiane Rêgo dos; CRUZ, Rosana Evangelista da. Parcerias público-privadas no contexto educacional: a expansão em discussão. **Roteiro**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 281–310, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2004.

CÓSSIO, Maria de Fátima. **A nova gestão pública:** alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. Educação, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p.66–73, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085–1114, out./dez. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação & Pesquisa**. vol.38 no.01 São Paulo jan./abr. 2012.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública:** uma qualidade restrita de educação escolar. Editora Espaço Acadêmico, 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

REIS, Estér Marlene Gonçalves. **(Im)possibilidades para a educação emancipadora: interpretações a partir da atuação da Associação Bem**

Comum na rede municipal de ensino de Vitória-ES, 2026, p.143.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Cortez / Autores Associados, 1984.

VITÓRIA (ES). **Lei nº 8.538, de 18 de outubro de 2013.** Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas e dá outras providências. Vitória, ES, 2013.

VITÓRIA (Município). **Lei nº 8.829, de 25 de junho de 2015.** Institui o Plano Municipal de Educação de Vitória e dá outras providências. Vitória: 2015.

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DISPUTA: TENSIONAMENTOS PRODUZIDOS PELAS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Fátima de Lurdes Barcellos da Rosa[1]
Francine Couto de Oliveira Weymar[2]
Mari Janke Rocha[3]

INTRODUÇÃO

As reformas educacionais das últimas décadas intensificaram a participação de sujeitos privados na formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais, ampliando as relações entre o público e o privado na educação brasileira. Esse movimento repercute em diferentes etapas e modalidades de ensino, incluindo a Educação do Campo, cuja constituição histórica vincula-se às lutas dos movimentos sociais pela garantia do direito à educação pública e pela valorização dos modos de vida e dos territórios dos povos do campo (Caldart, 2012). Inserida nesse contexto, essa modalidade passa a conviver com novas formas de regulação, gestão e financiamento, tensionando os princípios que orientaram sua constituição. As relações entre o público e o privado ultrapassam a privatização da oferta educacional, redefinindo o papel do Estado e incorporando mecanismos de gestão baseados na lógica empresarial (Peroni, 2013; 2018; Adrião, 2018). Conforme Harvey (2008), tais transformações integram a reestruturação do capitalismo contemporâneo, enquanto

1 Doutora em Educação (UFPel); email (fatimarosa@unipampa.edu.br).
2 Doutora em Educação (UFPel); francineweymar@gmail.com
3 Doutora em Educação (UFPel); maric.rocha@yahoo.com.br

Laval (2019) evidencia que a racionalidade neoliberal reorganiza as instituições públicas segundo princípios de eficiência, produtividade, responsabilização e performatividade. No campo educacional, essas mudanças repercutem sobre a organização das políticas públicas e sobre os processos formativos, fortalecendo mecanismos de regulação compatíveis com as demandas do mercado. Kuenzer (2002) acrescenta que essas reformas aprofundam a dualidade estrutural da educação ao subordinar a formação escolar às exigências do processo de acumulação capitalista, enquanto Evangelista e Shiroma (2007) destacam que elas também redefinem o trabalho docente por meio da intensificação da responsabilização individual dos profissionais da educação.

Na Educação do Campo, D'Agostini e Vendramini (2014) demonstram que programas como Escola Ativa, PROCAMPO, PRONACAMPO e PRONATEC evidenciam a crescente atuação de mecanismos de regulação e de organismos privados nas políticas educacionais. Contudo, compreender as relações entre o público e o privado nessa modalidade exige reconhecer seu caráter contraditório: enquanto sua institucionalização ocorre no contexto das reformas educacionais contemporâneas, a presença dos sujeitos do campo também tensiona práticas institucionais e reafirma princípios vinculados ao direito à educação, à participação coletiva e à formação humana.

Nesse contexto, este trabalho apresenta um recorte da pesquisa de doutorado desenvolvida na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com o objetivo de analisar como as relações entre o público e o privado tensionam os fundamentos político-pedagógicos da Educação do Campo e repercutem na institucionalização dessa modalidade educativa.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-analítica, desenvolvida a partir de revisão

bibliográfica e de um recorte da pesquisa de doutorado intitulada *Universidade em disputa: estudantes camponeses, indígenas e quilombolas no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNIPAMPA* (Rosa, 2025). O estudo fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, compreendendo a realidade social como histórica, contraditória e constituída pelas disputas entre diferentes projetos societários, perspectiva que possibilita analisar as relações entre o público e o privado para além de suas manifestações imediatas. A pesquisa de doutorado foi desenvolvida na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), articulando análise documental, observação do cotidiano institucional durante os Tempos Universidade, aplicação de questionários e realização de encontros com estudantes camponeses, indígenas e quilombolas. Os dados produzidos foram organizados e interpretados por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), buscando identificar as contradições produzidas pela presença desses sujeitos na universidade pública e seus desdobramentos para as políticas institucionais de permanência.

Neste artigo, o recorte analítico concentra-se nas categorias relações entre o público e o privado e Educação do Campo, articulando os resultados da pesquisa com o referencial teórico sobre neoliberalismo, Estado e políticas educacionais. Os achados de Rosa (2025) evidenciam que a presença de estudantes camponeses, indígenas e quilombolas na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) tensionou a organização institucional, exigindo mudanças nas políticas de permanência estudantil e nos procedimentos administrativos. Esses resultados demonstram que as relações entre o público e o privado extrapolam a atuação de sujeitos privados, manifestando-se também nas disputas em torno da organização da universidade pública e da efetivação do direito à educação.

A pesquisa evidenciou que procedimentos institucionais organizados segundo um modelo universitário homogêneo mostraram-se insuficientes para atender às especificidades do regime de alternância e dos estudantes da Educação do Campo. Em respos-

ta, a universidade reorganizou políticas de permanência, como o acesso ao Restaurante Universitário, à Moradia Estudantil, aos editais de assistência estudantil e aos procedimentos administrativos, evidenciando que a garantia do direito à educação superior exige o reconhecimento das desigualdades vivenciadas pelos povos do campo. Os resultados demonstram que a institucionalização da Educação do Campo ultrapassa a criação de um curso, promovendo mudanças na organização da universidade. A revisão de normas, procedimentos e políticas de permanência evidencia deslocamentos institucionais produzidos pela presença desses estudantes. À luz de Peroni (2013; 2018), essas transformações revelam as disputas em torno das formas de organização das políticas públicas, enquanto Adrião (2018) destaca que a lógica gerencial e os mecanismos de regulação também reconfiguram o funcionamento das instituições públicas.

Os achados da pesquisa revelam que a institucionalização da Educação do Campo constitui um processo contraditório. Embora a universidade esteja submetida às exigências de racionalização, eficiência e controle das reformas educacionais contemporâneas, a presença dos sujeitos do campo tensiona esses mecanismos ao demandar políticas institucionais voltadas ao reconhecimento de suas especificidades. A reorganização das ações de permanência estudantil evidencia esse processo de disputa, no qual procedimentos administrativos foram revistos para assegurar o acesso, a permanência e a conclusão do curso. Essa contradição aproxima-se das análises de Harvey (2008), para quem a reestruturação do capitalismo redefine as funções do Estado, e de Laval (2019), que compreende a racionalidade neoliberal como princípio organizador das instituições públicas. Nessa perspectiva, Kuenzer (2002) e Evangelista e Shiroma (2007) demonstram que essas transformações reforçam formas de gestão orientadas pela eficiência e pelas demandas do capital.

Na Educação do Campo, contudo, esses processos assumem características particulares. Conforme Caldart (2012) e Molina (2012) essa modalidade educativa constitui uma conquista histó-

rica dos movimentos sociais e fundamenta-se na defesa da educação pública, da participação coletiva e da formação humana vinculada às realidades dos povos do campo. Os resultados da pesquisa evidenciam que esses princípios permanecem presentes durante a institucionalização da licenciatura, produzindo tensionamentos permanentes entre diferentes projetos de universidade e de sociedade. Sob essa perspectiva, a pesquisa demonstra que as relações entre o público e o privado não podem ser compreendidas exclusivamente como processos de mercantilização da educação. Elas manifestam-se, sobretudo, nas disputas em torno das finalidades da universidade pública, da concepção de direito à educação e das formas de organização das políticas institucionais. A presença dos estudantes camponeses, indígenas e quilombolas evidencia que a universidade pública constitui um espaço de permanente negociação entre mecanismos de regulação administrativa e demandas produzidas pelos sujeitos coletivos, reafirmando seu caráter contraditório.

Essa compreensão aproxima-se da concepção gramsciana de Estado como espaço de disputa hegemônica (Gramsci, 2000). Os resultados da pesquisa permitem afirmar que os estudantes da Educação do Campo não são apenas beneficiários das políticas públicas, mas sujeitos políticos que tensionam práticas institucionais, ampliam direitos e produzem transformações na universidade pública. Nesse sentido, mais do que revelar os impactos das reformas neoliberais sobre a educação superior, a institucionalização da Educação do Campo evidencia a capacidade dos sujeitos do campo de produzir movimentos instituintes que reafirmam a universidade pública como espaço de produção de conhecimento, democratização do acesso e efetivação dos direitos sociais. Esse espaço pode contribuir para a construção de diálogos capazes de fortalecer a consciência da classe trabalhadora e ampliar as possibilidades de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises evidenciam que as relações entre o público e o privado constituem um campo de disputas que atravessa a institucionalização da Educação do Campo na universidade pública. O recorte da pesquisa de Rosa (2025) demonstra que a presença de estudantes camponeses, indígenas e quilombolas tensiona práticas e políticas institucionais, produzindo mudanças que ampliam as condições de acesso e permanência no ensino superior. Conclui-se que a institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo reafirma a universidade pública como espaço contraditório, no qual coexistem mecanismos de racionalização gerencial e processos de resistência voltados à efetivação do direito à educação. Assim, a pesquisa contribui para compreender que as disputas entre o público e o privado se expressam não apenas nas políticas educacionais, mas também nas transformações institucionais produzidas pelas lutas dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

D'AGOSTINI, Adriana; VENDRAMINI, Célia Regina. Educação do campo ou educação da classe trabalhadora? A perspectiva do empresariado, do Estado e dos movimentos sociais organizados. Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 299-322, jul./dez. 2014.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, set./dez. 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. Conhecimento e competências no trabalho e na

escola. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 45-57, maio/ago. 2002.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Licenciatura em Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 468-474.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

ROSA, Fátima de Lurdes Barcellos da. *Universidade em disputa: estudantes camponeses, indígenas e quilombolas no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNIPAMPA*. 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA: A BIBLIOTECA ESCOLAR PÚBLICA NA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

Francine Couto de Oliveira Weymar[1]
Fatima Barcellos da Rosa[2]
Mari Regina Rocha Janke [3]

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O resumo é um recorte da tese defendida no ano de 2025, o qual a biblioteca escolar pública era o objeto de investigação. Um dos objetivos da pesquisa foi estabelecer relações entre a legislação e as políticas públicas voltadas para a biblioteca escolar pública. Buscou-se compreender o porquê de a biblioteca escolar vir sendo sufocada historicamente, sobretudo por meio de programas governamentais que iniciam e findam sem que haja, muitas vezes, uma continuidade, bem como pela falta de verbas e de políticas municipais para que também sejam balizadas ações locais. Assim, o trabalho busca discutir a biblioteca escolar pública como um lugar possível para a construção da luta contra-hegemônica, essa entendida como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH), baseado na teoria gramsciana, exemplificando como as parcerias públicas-privadas a inseriram.

1 Doutora em Educação (UFPel); Município de Capão do Leão/RS; francineweymar@gmail.com
2 Doutora em Educação (UFPel); Unipampa/Dom Pedrito/RS; fatimabarcellosrosa@gmail.com
3 Doutora em Educação (UFPel); Município de Piratini/RS; maric.rocha@yahoo.com.br

2 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

O objetivo do resumo é discutir acerca da biblioteca escolar compreendida como um APH, baseado na teoria gramsciana, é um possível espaço de construção da luta contra-hegemônica na educação pública e como as parcerias público-privadas a incluíram. Ressalta-se a importância da temática estudada pela escassez de trabalhos que discutam a biblioteca escolar pública como APH pela perspectiva do Materialismo Histórico Dialético.

3 METODOLOGIA

O Materialismo Histórico Dialético como fio condutor da pesquisa, com a tríade da singularidade, particularidade e a totalidade. Para verdadeiramente conhecer a biblioteca escolar pública, em sua essência, é necessário transpor sua aparência. Compreendendo os condicionantes que a constituem, analisando-os para então voltar ao objeto, agora pensado concretamente.

Neste trabalho aborda-se um exemplo dos condicionantes que constituem a biblioteca escolar pública, os institutos privados. Esse processo emergiu da etapa exploratória do objeto, a partir da análise documental, a respeito das políticas públicas e das ações dos Conselhos Regionais e Federal de Biblioteconomia. Descobriu-se que os institutos privados incluem as bibliotecas escolares em suas ações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da teoria gramsciana de Estado Ampliado o qual entende-se que o bloco histórico, o modo de produção hegemônico, o capitalismo, é formado pela Estrutura e Superestrutura. A primeira é composta por questões econômicas e a segunda pela Sociedade Política (o Estado com as forças jurídicas e militares) e pela Sociedade Civil (APH). Importante salientar que ambas se forjam

por meio do consenso e da coerção, não existindo uma separação, mas um entrelaçamento desses movimentos.

Para Gramsci é na Sociedade Civil que se elabora os valores, são vivenciadas as contradições sociais e são forjados e confrontados os projetos societários (Lole e Stampa, 2018). Pode-se apreender, com a teoria gramsciana, os APHs como estruturas no qual difundem determinada concepção de mundo, tais como: as escolas, os meios de comunicação, as igrejas, as redes sociais, etc. Tais estruturas influenciam de forma direta a maneira de pensar dos indivíduos. Entende-se que os APHs podem estar voltados para a construção da hegemonia da classe dominante ou organizadas em formas de lutas contra-hegemônicas.

Não existe neutralidade nessas estruturas, porque suas ações e seus planejamentos visam atender determinada classe social. Os APHs, em sua maioria, não atendem às demandas da classe trabalhadora, ou seja, agem de forma a atender aos interesses do capital. Por outro lado, entretanto, Gramsci sugere que os APHs podem se organizar e pensar em uma contra-hegemonia, como por exemplo, os sindicatos.

Mendes e Peroni (2020) auxiliam a refletir sobre os processos de privatização do público e que sobretudo as disputas que existem pelo conteúdo da educação. A disputa acontece por meio dos *think thanks,* que são organizações os quais têm por objetivo disseminar conhecimentos em diferentes áreas para influenciar a forma de pensar dos sujeitos. Para além da influência da opinião pública atuam nas formulações e execuções de políticas públicas.

Desse modo, no campo da biblioteca escolar tem-se o exemplo do Instituto Ecofuturo[4], baseado na Lei 12.244/10[5], no ano de 2012, lançou a campanha "Eu quero a minha biblioteca"[6]. De acordo com seu endereço eletrônico, trouxe uma proposta que "busca

4 Organização sem fins lucrativos, mantida pela Suzano Papel e Celulose. Entende-se aqui ser um *think thank*.

5 BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

6 INSTITUTO ECOFUTURO. **Campanha**: Eu quero minha biblioteca escolar. 2022. Disponível em: http://euquerominhabiblioteca.org.br/ Acesso em: 15 jul. 2026.

compartilhar informações com gestores públicos e sociedade civil pela universalização de bibliotecas em escolas" (Instituto Ecofuturo, 2022), oferta cadastros de pessoas e organizações interessados em receber notícias e participar de ações sobre a temática. Na Figura 1 é possível observar as parcerias do Instituto Ecofuturo na campanha.

Figura 1 – Parcerias da Campanha Eu quero minha biblioteca.



Fonte: Instituto Ecofuturo, 2023.

Os *think thanks* estão no universo educacional e na Figura, 1 aparecem nomes conhecidos, como o Todos pela Educação e o Instituto Ayrton Senna, os quais fazem articulações com o poder público visando manter o acúmulo do capital. Portanto, os *think thanks* também estão atrelados às bibliotecas escolares. Destaca-se que Todos pela Educação em seu endereço eletrônico[7] assume seu objetivo "[...] atuar para que o poder público formule e implemente políticas públicas educacionais de maneira mais efetiva". De forma explícita a instituição declara que influencia na formulação das políticas públicas brasileiras.

7 Todos pela Educação. **Sobre**. 2026. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/sobre/ Acesso em: 21 jul. 2026.

Já o instituto Ayrton Senna em seu endereço eletrônico[8] afirma ter como missão a ampliação do investimento social privado e seu impacto que se articulam com "indivíduos, famílias, empresas, fundações e institutos corporativos e familiares, assim como organizações da sociedade civil em ações que transformam realidades e contribuem para a redução das desigualdades socioambientais no país". É possível interpretar que ambas as instituições atuam na disputa do campo educacional, seja na formulação de políticas públicas, seja para acirrar a desigualdade societária.

A biblioteca e os livros são utilizados como instrumentos dos APHs. Uma das formas de ocorrência dessa disseminação é por meio da tradução, da venda e da distribuição gratuita de obras, cujo conteúdo é a exaltação dos valores neoliberais (Rocha, 2017). Assim, os princípios do neoliberalismo propagam-se por meio de materiais produzidos pelos *think thanks*, distribuídos para os colégios. Estes ficam disponíveis para os professores; sobretudo os livros de literatura, cujos conteúdos são os princípios neoliberais. Se o professor não tem a consciência do conteúdo dos livros de literatura e didáticos irá reproduzir para seus alunos conceitos impregnados como de meritocracia, de liberdade individual, do empreendedorismo, etc. Contribui, assim, para a consolidação do sistema capitalista, para a internalização da ideia de que essas pessoas não se esforçam o suficiente para alcançar uma vida digna ou de que não são capazes de atingir seus objetivos.

As relações discutidas com a lógica do capitalismo e, portanto, do neoliberalismo, no viés econômico, são aqueles em que os sujeitos são livres e podem alcançar quaisquer objetivos, basta esforçarem-se para empreender. "E o livre mercado é fundamental para que os indivíduos, lançados nele, tenham 'liberdade' para construir sua trajetória a partir do mérito e esforço pessoal" (Freitas, 2022, p. 23).

Considera-se que, essas articulações realizadas ao longo do tempo, a biblioteca escolar também foi afetada. Pois, pertencendo

8 Instituto Ayrton Senna. **Sobre nós**. 2026. Disponível em: https://www.idis.org.br/sobre-nos/ Acesso em: 21 jul. 2026.

à escola, ela constitui uma estrutura ideológica construída sob o olhar do capitalismo, permeada pelas contradições desse modo de produção cuja essência é a manutenção do *status quo*. Entende-se que a educação possui um viés político e é pertinente compreender que tipo de movimento político a escola está realizando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é entendida como um local de disseminação do conhecimento. Na percepção gramsciana, ela é uma estrutura que possui um grande potencial de transformação social, pois é o lugar de organização cultural do conhecimento (Gramsci, 1989). O conhecimento pode ser um dos instrumentos para a construção de uma nova hegemonia, de tomada de consciência, de elevação cultural e moral dos sujeitos. É preciso distinguir e desvelar as diversas percepções detidas pelas classes subalternas acerca do mundo e, ao mesmo tempo, reconhecer de que modo esse processo é socializado e sedimentado para que sejam pensadas estratégias de superação da visão de mundo fragmentada.

A biblioteca escolar pública pesquisada no processo de doutoramento foi um exemplo do que foi discutido, pois era inexistente, e, com o movimento da investigação, o coletivo escolar fez com que ela voltasse a funcionar e fosse utilizada em prol do educandário, um espaço de disseminação da cultura e do conhecimento.

Por fim, retoma-se o objetivo do trabalho, discutir sobre a biblioteca escolar pública e como as parcerias públicas-privadas adentram nesse universo. Tem-se o exemplo da descrição do Instituto Ecofuturo em sua campanha que visava influenciar a gestão pública com valores neoliberais, com o auxílio de seus parceiros para interferir nas políticas públicas, acirrando a desigualdade social por meio da disseminação dos princípios neoliberais. Foi possível perceber que os institutos privados que adentram no campo educacional incluem a biblioteca escolar.

Portanto, a biblioteca escolar, um local de disputa, pode auxiliar na construção de diálogos com intuito de forjar condições

para que a classe trabalhadora adquira consciência crítica e busque melhores possibilidades de vida. Mas, só será possível se a escola, a gestão, os docentes tiverem a compreensão da biblioteca ser um espaço tão importante quanto a sala de aula podendo contribuir para elevação moral e cultural da comunidade escolar, caso contrário será um local que os institutos privados utilizam para perpetuar seus interesses, ou seja, acúmulo de capital.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. 4. reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

LOLE, Ana; STAMPA, Inez. Estado e sociedade civil e as relações entre o público e o privado no Brasil: reflexões a partir do pensamento de Antonio Gramsci. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; SILVA, Percival Tavares. **Estado e vontade coletiva em Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

MENDES, Valdelaine da Rosa; PERONI, Vera Maria Vidal. Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos think tanks na política educacional brasileira. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 27, n. 1, p. 65-88, jan./abr. 2020.

ROCHA, Camila. O papel dos think thanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. **Revista Digital de Ciencias Sociales**, v. 4, n. 7, p. 95-120, 2017.

COMPROMISSO NACIONAL DA CRIANÇA ALFABETIZADA E O PROGRAMA ALFABETIZA TCHÊ: RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ALFABETIZAÇÃO E OS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Isabella Miola[1]
Andressa Aita Ivo[2]

A alfabetização, no campo das políticas públicas educacionais brasileiras, constitui historicamente um espaço de disputas políticas, ideológicas e epistemológicas. Nas últimas décadas, o Estado brasileiro implementou diferentes políticas e programas voltados à alfabetização infantil, entre eles a Política Nacional de Alfabetização (PNA), o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e, em âmbito estadual, o Programa Alfabetiza Tchê. Embora voltadas à garantia da alfabetização na idade certa, essas políticas evidenciam processos de reorganização do Estado, governança em rede e ampliação da atuação de agentes privados na educação pública (Santos, Santos; Marinho, 2025).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as relações entre as políticas educacionais de alfabetização, e os processos contemporâneos de privatização da educação pública, por meio do CNCA e do Programa Alfabetiza Tchê. A criação do CNCA, em 2023, ocorreu em um contexto de agravamento dos indicadores de alfabetização evidenciados pelos resultados do Sistema de

1 Graduanda em Direito; UFPel; isabellamiola1@gmail.com.
2 Doutorado em Educação (PPGE/UFPel); UFPel; dessaaita@gmail.com.

Avaliação da Educação Básica (Saeb). Segundo o Relatório de Resultados do Saeb 2021, a proficiência média dos estudantes do 2º ano do ensino fundamental caiu de 750 pontos em 2019 para 725,90 pontos em 2021, ficando abaixo da nota de corte de 743 pontos definida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para caracterização da alfabetização (Brasil, 2023). Além disso, o percentual de crianças consideradas alfabetizadas reduziu-se de 54,8% em 2019 para 49,4% em 2021 (Brasil, 2023). Em âmbito estadual, o Alfabetiza Tchê foi instituído no Rio Grande do Sul em 2022 e consolidado pela Lei nº 16.048/2023, articulando-se ao regime de colaboração entre Estado e municípios, como parte do CNCA. Para além do Programa articula-se diretamente com organizações privadas como Fundação Lemann, Instituto Natura e Associação Bem Comum. Diante desse cenário, torna-se fundamental investigar de que maneira tais políticas organizam as relações entre Estado, mercado e escola pública.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Conforme Chizzotti (2003), a abordagem qualitativa possibilita compreender os fenômenos sociais em sua historicidade e complexidade, favorecendo uma análise crítica das políticas educacionais. A pesquisa bibliográfica apoiou-se em estudos sobre políticas curriculares, gerencialismo, performatividade, privatização da educação e regulação do trabalho docente. Já a pesquisa documental, nos termos de Cellard (2008), contemplou a análise de decretos, planos de monitoramento e avaliação, materiais pedagógicos e documentos institucionais produzidos pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. A análise dos dados ocorreu sob uma perspectiva crítico-interpretativa, buscando apreender as relações entre Estado, setor privado e políticas educacionais.

No contexto das políticas nacionais voltadas à alfabetização, o CNCA foi instituído pelo Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, como política de colaboração federativa voltada à alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental e à

recomposição das aprendizagens dos estudantes do 3º ao 5º ano afetados pela pandemia. O CNCA estrutura-se em cinco eixos relacionados à governança, formação docente, infraestrutura, avaliação e disseminação de boas práticas. Entre suas estratégias de implementação destacam-se a pactuação de metas de resultados, a oferta de materiais didáticos e pedagógicos, o fortalecimento dos sistemas de avaliação e a promoção de ações formativas alinhadas às orientações curriculares nacionais.

Um elemento central do CNCA é o seu Plano de Monitoramento e Avaliação, elaborado pelo MEC, que estrutura a política a partir de um modelo lógico baseado em insumos, atividades, produtos, resultados e impactos, prevendo indicadores específicos para aferir o desempenho das ações em relação às metas estabelecidas (Brasil, 2023). Os indicadores de produto acompanham a realização das ações previstas, como formações continuadas e distribuição de materiais pedagógicos, enquanto os indicadores de resultado medem os níveis de alfabetização das crianças a partir dos dados do Saeb. Essa estrutura evidencia uma lógica gerencial centrada no monitoramento contínuo e na mensuração de resultados, aproximando-se do que Ball (2001) denomina cultura da performatividade, na qual escolas, professores e gestores passam a ser avaliados prioritariamente pelos resultados obtidos em avaliações externas.

Em nível estadual, o Programa Alfabetiza Tchê aprofunda essa lógica ao articular avaliações, premiações e parcerias com organizações privadas. O programa envolve os 497 municípios gaúchos e é executado em cooperação com a Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), composta pela Associação Bem Comum, Fundação Lemann e Instituto Natura. Suas ações organizam-se em cinco eixos: cooperação entre redes públicas de ensino; formação de professores e gestores; fortalecimento da gestão municipal e escolar; monitoramento e avaliação; e fortalecimento da aprendizagem. O Programa prevê investimento anual de R$47,5 milhões, distribuídos entre bolsas, premiações, produção de materiais didáticos e avaliações de leitura, escrita e fluência leitora.

Ademais, as avaliações de fluência leitora constituem importante instrumento de monitoramento do programa, sendo aplicadas periodicamente aos estudantes do 2º ano. Além disso, o programa institui o Prêmio Alfabetiza Tchê, baseado no Índice de Qualidade de Alfabetização da Escola (IQAe), que premia financeiramente escolas com melhores desempenhos e atribui a elas a responsabilidade de apoiar escolas com resultados inferiores. Conforme apontam Uecker, Veiga e Nogueira (2025) tal mecanismo introduz uma lógica meritocrática e competitiva entre as escolas, desconsiderando as desigualdades estruturais existentes entre redes e territórios.

Outro aspecto relevante identificado na análise documental refere-se à produção de materiais didáticos. Os cadernos pedagógicos do Alfabetiza Tchê registram explicitamente que parte do material foi produzido pela Associação Bem Comum e financiado pela Fundação Lemann e pelo Instituto Natura, evidenciando a presença de agentes privados na política educacional (Avelar; Ball, 2024). Nessa perspectiva, a descentralização da gestão não implica necessariamente democratização das políticas educacionais, podendo favorecer formas de regulação baseadas em monitoramento, metas e desempenho. Desse modo, observa-se que essas organizações deixam de atuar apenas como entidades colaboradoras e passam a ocupar posições de protagonismo na condução das políticas públicas de alfabetização, tanto no âmbito nacional, por meio do CNCA, quanto no contexto do Rio Grande do Sul, por meio do Programa Alfabetiza Tchê.

Os resultados da análise indicam que tanto o CNCA quanto o Alfabetiza Tchê operam por meio de mecanismos de regulação do trabalho pedagógico orientados pela lógica dos resultados mensuráveis. A centralidade atribuída às avaliações externas e aos indicadores de desempenho tende a padronizar práticas pedagógicas e a orientar o fazer docente a partir de parâmetros externos à escola. Como argumenta Freitas (2018), esse processo contribui para a consolidação de uma reforma empresarial da educação, na qual avaliações em larga escala passam a orientar decisões pedagógi-

cas e políticas, reforçando mecanismos de controle e competição.

Observa-se que o discurso da colaboração federativa articula-se à crescente participação de organizações privadas na formulação, implementação e monitoramento das políticas de alfabetização, produzindo mecanismos de responsabilização que intensificam o controle sobre o trabalho docente e a gestão escolar por meio de avaliações, metas e indicadores externos de desempenho (Santos, Santos; Marinho, 2025; Freitas, 2018). Na gestão escolar, observa-se o fortalecimento de uma racionalidade administrativa voltada ao cumprimento de metas e à produção de evidências de desempenho, deslocando o foco da gestão democrática para uma lógica de accountability. A ampliação da participação de organizações privadas, como a Fundação Lemann, o Instituto Natura e a Associação Bem Comum, na elaboração, no desenvolvimento e no acompanhamento das políticas de alfabetização, revela o fortalecimento de processos contemporâneos de privatização da educação pública, nos quais agentes privados passam a ocupar espaço cada vez mais significativo na condução das políticas educacionais.

Portanto, conclui-se que o CNCA e o Programa Alfabetiza Tchê expressam a consolidação de um modelo de governança educacional orientado por resultados, no qual monitoramento, avaliação e responsabilização tornam-se elementos centrais da gestão das políticas públicas. A análise documental e bibliográfica realizada evidenciou que essas políticas incorporam características da racionalidade neoliberal nas reformas educacionais, especialmente no que se refere à performatividade, ao gerencialismo e à ampliação da participação de agentes privados na educação pública. Embora o combate às desigualdades educacionais e a melhoria da alfabetização sejam objetivos legítimos, os mecanismos adotados pelos programas tendem a intensificar processos de controle sobre o trabalho docente e a gestão escolar, reforçando lógicas meritocráticas e competitivas. Assim, o estudo aponta para a necessidade de problematizar criticamente as formas contemporâneas de regulação da educação básica e de reafirmar a alfabetização como direito social e responsabilidade pública do Estado.

REFERÊNCIAS

AVELAR, M.; BALL, S. **Etnografia de rede e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2024.

BALL, S. J. **Política educacional e ideologia: o ciclo de políticas e o neoliberalismo.** London: Routledge, 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório da pesquisa Alfabetiza Brasil: Diretrizes para uma Política Nacional de Avaliação da Alfabetização das Crianças.** Brasília: Inep, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório de Resultados do Saeb 2021: Volume 2 – 2º ano do ensino fundamental.** Brasília: Inep, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada . Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano de Monitoramento e Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.** Brasília, DF: MEC, 2023.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Alfabetiza Tchê. Disponível em: https://educacao.rs.gov.br/alfabetiza-tche . Acesso em: 26 mar. 2026.

SANTOS, J. N.; SANTOS, A. C.; MARINHO, P. Discurso e ideologia no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: governança em rede e os desafios da privatização na educação na formação de alfabetizadores. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 26, n. 61, p. 114-139, maio/ago. 2025.

UECKER, T.; VEIGA, D. S.; NOGUEIRA, G. M. Alfabetiza Tchê: repercussões e tensões. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, v. 27, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2025.

O COMPONENTE CURRICULAR "PÓS-MÉDIO" E SUAS INFLUÊNCIAS PARA A INSERÇÃO DA LÓGICA EMPREENDEDORA NA ESCOLA PÚBLICA

Isadora Cabreira da Silva[1]
Carmen Beatriz Lübke Ücker[2]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender a presença do empreendedorismo no caderno do componente curricular "Pós-Médio", que compõe a grade curricular do currículo do Ensino Médio Gaúcho de Tempo Integral (EMGTI), no modelo Escola da Escolha, criado pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). A atuação do ICE e os seus efeitos na escola é parte integrante dos nossos trabalhos de tese de doutorado, ambos vinculados à Linha 3 - Políticas Educacionais e Curriculares, Profissionalização e Trabalho Docente.

De acordo com dados da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC RS), em 2018, ocorreu o início da oferta formal do tempo integral, porém, foi no ano de 2019 que a proposta foi expandida, contemplando aproximadamente 18 instituições escolares. Até 2024, haviam cerca de 200 escolas com o EMGTI e, em 2026, 438 instituições.

Em 2023, a SEDUC RS propôs a reorganização da proposta do EMGTI. E, no ano de 2024, foi publicado o "Guia do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral", dividido em 15 capítulos, como um instrumento introdutório ao Programa Estadual de Educação Integral. Cabe ressaltar que, o ICE é mencionado 19 vezes em notas de

1 Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas. isadorasilvacabreira@gmail.com
2 Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas. Professora da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. bia.lubke@gmail.com

rodapé deste documento, sinalizando em todas que determinados conteúdos foram retirados dos materiais do instituto.

A partir de tal contexto, temos como objetivo analisar como o componente curricular "Pós-Médio" insere a lógica empreendedora no EMGTI. Tais componentes surgem no currículo das escolas de tempo integral a partir da atuação do ICE na implantação e expansão do EMGTI. Sendo assim, tal discussão justifica-se pela necessidade de compreendermos o que há de estruturante para a manutenção da ordem vigente do capital em relação aos conteúdos presentes no componente curricular.

METODOLOGIA

Para atender ao nosso objetivo geral, foi utilizada a metodologia de pesquisa documental, onde Severino (2010, p. 122-123) aponta:

> No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Dessa forma, foi buscado integralmente no caderno de orientação pedagógica do "Pós-Médio" a relevância da palavra empreendedorismo e empreender, e, após a produção do levantamento da presença de tais palavras, foi realizada uma análise qualitativa dos trechos em que os termos são mencionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caderno de orientação pedagógica do componente curricular Pós-Médio sinaliza em seu objetivo que o trabalho deve ser compartilhado com os docentes responsáveis pelo componente de Projeto de Vida e o Professor Tutor. O estudante é concebido da seguinte forma: "À luz das singularidades trazidas pelo Novo Ensino Médio,

destacamos a responsabilidade e o protagonismo do estudante frente ao seu Projeto de Vida diante das suas escolhas atuais e futuras (ICE, 2022, p. 16). Ao buscarmos o termo empreendedorismo, o mesmo é mencionado 15 vezes e dá título ao capítulo "Empreendedorismo ou a arte de criar impactos"; já o termo empreender aparece quatro vezes, sendo três ligadas ao capítulo supracitado.

De acordo com a concepção do ICE, o empreendedorismo é tomado a partir da ideia de que a atividade empreendedora é a ação de "transformar visões em realidade" (ICE, 2022, p. 76). É apontada as qualidades pessoais de um empreendedor, que são: iniciativa; visão; coragem; firmeza; decisão; atitude de respeito humano; capacidade de organização e direção.

Termos como "profissional de sucesso", "coragem", "capital intelectual" e "criatividade" "inteligência" e "emocional" articuladas, "habilidades e competências" formam o arcabouço do capítulo. Ainda de acordo com o capítulo, as características profissionais-pessoais envolvem: positividade; organização; criatividade; inovação e foco. Um dos subcapítulos é nomeado a partir da frase "Abrir a primeira empresa é como ganhar asas!", onde diz "Ser empreendedor é voar. Quando uma pessoa se lança ao desafio de criar um negócio próprio, ela está literalmente ganhando asas. (ICE, 2022, p. 24). E, outros subcapítulos denominados "As coisas podem ficar melhores"; "A arte de ver mais longe e evoluir com erros" e "Empreendedores adoram "não" como resposta".

É pertinente questionar e refletir quais efeitos o caderno de orientação pedagógica mencionado causa nas trajetórias dos estudantes do EMGTI. A responsabilização individual e a formação de um sujeito que ultrapassa todos os obstáculos da vida, seja eles quais forem, dentre outras características atreladas à personalidade - como demonstrado anteriormente - estão intrinsecamente ligadas a formação do sujeito neoliberal, onde "[...] a grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhes são impostas, enquanto seu próprio comportamento contribui para tornar essas condições cada vez mais duras e perenes" (Dardot; Laval, 2016, p. 329).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem aproximadamente 30 milhões de trabalhadores autônomos, 39 milhões de trabalhadores vinculados ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e 6 milhões de pessoas desempregadas. Inquestionavelmente, os 30 milhões de trabalhadores autônomos não compõem parte da classe dos sujeitos ricos do país, que totalizam o número de 1%, cerca de 2,2 milhões de pessoas.

Mészáros, ao pensar na educação a partir da perspectiva da luta emancipatória, reflete que é necessário recuperar os vínculos esquecidos entre educação e trabalho, pois "[...] digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação" (Mészáros, 2017, p. 22). No capítulo intitulado "Um universo chamado trabalho", o caderno coloca como dever do estudante "[...] articular as competências e conhecimentos adquiridos em seu percurso de aprendizado, os valores construídos e as habilidades socioemocionais que o farão apto a ser um profissional completo, realizado e protagonista de sua trajetória (ICE, 2022, p. 13). Ainda, expõe a sua perspectiva em relação ao mundo do trabalho, no qual "[...] em constante transformação, que demanda postura de autonomia e curiosidade constantes, resiliência e adaptabilidade para as mudanças que ocorrem todo o tempo e determinação para seguir avançando, apesar das dificuldades e obstáculos que possam se apresentar (ICE, 2022, p. 13). Nesse sentido, percebemos que a concepção de educação e trabalho, é inversa ao que se propõe uma educação emancipatória, onde "[...] cada indivíduo deve aprender a ser um sujeito 'ativo' e 'autônomo' na e pela ação que ele deve operar sobre si mesmo" (Dardot; Laval, 2016, p. 337).

Paro (2010), afirma que a escola, ao promover um ensino desinteressante, que serve à obediência às imposições da escola e do professor, acaba produzindo uma passividade que está na direção contrária de uma educação democrática, que forme cidadãos autônomos. Por mais que a Escola da Escolha proponha a inovação, ao observar seus materiais há uma forte manutenção da ordem vigente e um grande estímulo à produção do indivíduo neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do ICE nas escolas que possuem o EMGTI não é mero acaso, é proveniente de uma série de reformas empresariais da educação brasileira, que compreendem a padronização curricular (a partir dos cadernos de orientação pedagógica); a avaliação externa e em larga escala (como o Sistema de Avaliação Escolar do Rio Grande do Sul - SAERS); a responsabilização (como a premiação de alunos e docentes por desempenho no SAERS) e o gerencialismo (como a própria presença do ICE nas escolas). O ICE é uma instituição vinculada ao terceiro setor, porém, possui como parceiros estratégicos o Instituto Natura (Natura Cosméticos), o Instituto Sonho Grande (3G Capital), a EMS, a Esação e a DACOR que são financiadas por instituições como o Instituto Unibanco, uma organização da sociedade civil que possui como entidades privadas como parceiras. Ao fazer o estudo do caderno de Pós-Médio integralmente, conclui-se que a lógica empreendedora possui uma relevância expressiva no componente curricular, onde a vida privada se funde com a vida profissional, podendo formular uma subjetividade não subjetiva e a produção do trabalhador moldado para a lógica capitalista.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO. **Pós-Médio**: um mundo de possibilidades: edição Novo Ensino Médio. [Recife]: ICE, 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, Í. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. Núcleo de Educação Integral. **Guia do Ensino Médio Gaúcho em Tempo Integral**. Porto Alegre: SEDUC/RS, 2024. Disponível em: https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202402/05194509-documento-orientador-do-ensino-medio-gaucho-em-tempo-integral.pdf. Acesso em: 5 ago. 2026

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E A FORMAÇÃO DOCENTE EM ARTES VISUAIS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO INSTITUTO IUNGO

Laura Sacco dos Anjos Torres[1]
Diana Paula Salomão de Freitas[2]
Maria de Fátima Cóssio[3]

O presente trabalho aborda a disputa de projetos societários na formação docente em Artes Visuais, investigando as implicações das parcerias público-privadas (PPPs) para o desenvolvimento profissional docente. A realização do estudo esteve centrada em três eixos principais: 1) A privatização da educação sob o novo modelo de gestão pública; 2) A caracterização do Instituto Iungo, considerando sua recente inserção na educação básica e sua atuação em rede; e 3) A profissionalidade docente em Artes Visuais. No que tange ao primeiro eixo, cumpre destacar que, como consequência das reformas na gestão pública, diferentes mecanismos de privatização têm reconfigurado o cenário educacional, transformando a formação docente em um campo de disputa entre projetos antagônicos. Nesse contexto, empreendedores de políticas educacionais, a exemplo do Instituto Iungo, atuam em rede por meio da operacionalização de PPPs. Utilizam-se, para isso, de relatórios e indicadores de eficiência e eficácia que sustentam um discurso pautado no diagnóstico da precariedade da educação pública, apresentando a privatização como

1 Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2021).
2 Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal de Rio Grande (2015).
3 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008).

alternativa inevitável para a melhoria da qualidade do ensino. Sobre o segundo eixo, ressalta-se que a caracterização do Instituto Iungo, entidade pertencente ao Terceiro Setor, como associação civil de assistência social, sem fins lucrativos, que visa contribuir para a qualidade da educação pública brasileira. Sua atuação ocorre por meio da oferta de cursos de formação continuada para professores, da capacitação voltada à gestão escolar e da elaboração de materiais didáticos (Instituto Iungo, 2020). Fundado em 2020, o Instituto estabelece em seu estatuto o objetivo de "promover o desenvolvimento profissional no Brasil". Para tanto, suas ações articulam-se em torno de cinco eixos principais: a formação de professores e gestores escolares; a construção de materiais didáticos e pedagógicos de apoio ao trabalho docente; o desenvolvimento de pesquisas sobre a prática docente; a promoção de inovações educacionais; e o fomento a debates sobre temas relevantes da área. Nesse contexto, o desenvolvimento profissional docente em Artes Visuais sofre influência de agendas neoliberais através do estabelecimento de parcerias público-privadas (PPPs), como as promovidas pelo Instituto Iungo, que buscam redefinir a docência através de uma lógica gerencialista e mercadológica. Esse processo envolve frequentemente o apagamento das especificidades disciplinares das Artes Visuais sob o pretexto da hibridização de linguagens, além da distorção de referenciais teóricos consagrados, como Ana Mae Barbosa, para legitimar interesses que subordinam o trabalho docente a índices de eficiência e às demandas imediatistas do mercado.

O objetivo geral do estudo consistiu em investigar as implicações das parcerias público-privadas para o desenvolvimento profissional docente em Artes Visuais. São objetivos específicos do trabalho: Analisar os sentidos disputados em torno da docência de Artes Visuais no curso de formação continuada "Arte: na escola e na vida", promovido pelo Instituto Iungo; caracterizar o Instituto Iungo no cenário de privatização da educação, analisando sua atuação.

A agenda neoliberal na definição de políticas educacionais visa adequar a escola às demandas do mercado, incidindo de maneira intensa no currículo, nas estratégias de organização e gestão escolar, na assistência pedagógica aos professores, na formação continuada de professores, no projeto pedagógico e na maneira de avaliar o sistema escolar. Como consequência das reformas da gestão pública, diferentes mecanismos de privatização reconfiguram o cenário educacional, transformando a formação docente em um campo disputado por projetos antagônicos.

A redefinição do trabalho e da formação docente, sob a lógica privatista da agenda neoliberal, tem implicações tanto a nível local como global, gerando um desfiguramento da escola enquanto espaço de formação cultural e científica. Desse modo, o reordenamento das políticas curriculares está conduzindo à desfiguração das funções emancipatórias do conhecimento escolar, à medida que os dispositivos que regulamentam a educação brasileira conformam um currículo instrumental, subordinando a formação humana integral às demandas imediatistas do mercado de trabalho e aos índices de eficiência medidos através de avaliações padronizadas em larga escala.

A materialização das parcerias público-privadas (PPPs) opera por meio da capilarização de programas, pactuados entre as secretarias estaduais de educação e organizações do terceiro setor ou institutos empresariais. Concebido na interseção entre o público e o privado, o Terceiro Setor também é nomeado como 'público não estatal' por conformar a execução de serviços de interesse coletivo por agentes privados de natureza não governamental e sem fins lucrativos. Desse modo, ao congregar diversos atores da sociedade civil que, a despeito de suas concepções, influenciam substancialmente agendas específicas de intervenção social. Através de uma lógica da administração pública gerencial, as organizações da sociedade civil (OSCs) são financiadas e articuladas ao aparelho estatal por meio de marcos regulatórios e parcerias contratuais (como termos de fomento e contratos de gestão).

A análise dos dados está amparada na perspectiva do dialogismo bakhtiniano (Bakhtin, 2014), que concebe a linguagem em seu caráter intrinsecamente ideológico, compreendendo que as funções enunciativas se materializam por meio de atos concretos, situados na estrutura social.

Caracterizado por sua atuação em rede, o Instituto Iungo apresenta como principais mantenedores o Instituto Bem Viver e o Instituto MRV. Seus principais parceiros na implementação de projetos educacionais compreendem o Instituto Arapyau, o Itaú Educação e Trabalho, o Porvir, o Instituto Reúna, a iniciativa Uma Concertação pela Amazônia, além de instituições de ensino superior e pesquisa como a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), a Universidade de São Paulo (USP) — por meio do Núcleo de Pesquisa em Novas Arquiteturas Pedagógicas (NAP) —, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (LEPES/USP). No que tange à governança do Instituto Iungo, destaca-se que Maria Fernanda Menin Teixeira de Souza Maia ocupou concomitantemente, no período de 2017 a 2020, os cargos de secretária do Instituto MRV — organização mantida pelo grupo empresarial MRV, plataforma habitacional de ampla atuação no Brasil— e de diretora do Instituto Iungo

Destinado a docentes de Arte dos anos finais do ensino fundamental, o curso de formação continuada *Arte: na escola e na vida*, promovido pelo Instituto Iungo em 2025, possui carga horária de 10 horas e é disponibilizado em plataforma digital com forte apelo visual. A estrutura da formação organiza-se em três módulos: o Módulo 1 (*Arte: linguagem da humanidade*) adota uma perspectiva generalista, centrada na expressão por meio da linguagem artística; o Módulo 2 (*Ensino da arte na educação integral*) prescreve conteúdos e atividades voltados ao espaço escolar, balizados pelas competências e habilidades da BNCC; e o Módulo 3 (*O que me passa?*) oferece orientações para a elaboração de um trabalho final de caráter "sensível e criativo". Ao longo do percurso formativo, sobressai o apelo à dimensão prática e vivencial do saber, com ên-

fase na busca por soluções funcionais materializadas em trabalhos manuais. Depreende-se do itinerário formativo uma inclinação ao neopragmatismo, traduzida através de soluções funcionais a serem elaboradas gráfico-visualmente nas produções artísticas dos professores para realização consecutiva dessas atividades com os estudantes.

Os resultados da análise do curso "Arte: na escola e na vida", promovido pelo Instituto Iungo, revelam uma série de implicações críticas para a formação docente e o ensino da arte, conforme detalhado nos tópicos como: hipervalorização das competências socioemocionais; mobilização de dispositivos regulatórios que alinham o trabalho docente a uma perspectiva gerencial; distorção de referencial teórico relacionado ao ensino da arte; reconstrução narrativa relacionada ao ensino da arte em uma lógica anacrônica e conservadora.

O intrincado processo de disputa de sentidos em torno da profissionalidade docente em Artes Visuais, evidenciado por meio da análise dos dados, está diretamente vinculado à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às suas implicações no desenvolvimento profissional de professores. Nesse sentido, o alinhamento da prática pedagógica e dos currículos de licenciatura a padrões homogeneizadores consolida a tentativa de destituir a autonomia intelectual docente, subordinando-a aos interesses normativos do mercado — representados, neste caso, por organizações do Terceiro Setor (OSCs), como o Instituto Iungo.

Palavras-chave: Parcerias Público-Privadas. Formação Docente. Artes Visuais.

REFERÊNCIAS

Bakhtin, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem.16 Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

Cóssio, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. Educação, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 66–73, 2018.

Instituto Iungo. **Arte: na escola e na vida**. 2025. Disponível em: https://cursos.iungo.org.br. Acesso em 07/06/2025.

Instituto Iungo. **Estatuto Social do Instituto Iungo**, 2020. Disponível em: https://iungo.org.br/sobre/#quem-somos. Acesso em: 29/06/2026.

Instituto Iungo. **Quem somos.** 2020. Disponível em https://iungo.org.br. Acesso em: 29/06/2026.

Seki, Allan Kenji; Souza, Artur Gomes de; Evangelista, Olinda. **A formação docente superior: hegemonia do capital no Brasil.** Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 447-468, jul./dez. 2017.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: IMPLICAÇÕES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

Luis Eduardo dos Santos Celente[1]

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As transformações recentes nas políticas educacionais brasileiras têm sido marcadas pela ampliação da participação de agentes privados na formulação e implementação de ações anteriormente desempenhadas pelo Estado. Esse processo integra a reconfiguração das funções estatais sob influência da racionalidade neoliberal e da Nova Gestão Pública (NGP), que difundem princípios como eficiência, descentralização, avaliação por resultados e governança em rede (Ball, 2014). Nesse contexto, as parcerias público-privadas (PPPs) assumem papel estratégico ao redefinir as relações entre Estado, mercado e sociedade civil e ao influenciar diretamente a organização dos sistemas públicos de ensino (Robertson; Verger, 2012).

Na educação, essas parcerias abrangem diferentes modalidades, como formação continuada de professores, consultorias em gestão, aquisição de materiais didáticos, plataformas digitais e contratação de instituições privadas para oferta de vagas escolares (Celente; Cóssio, 2025). Embora frequentemente justificadas como mecanismos de inovação e modernização administrativa, tais iniciativas suscitam debates sobre a redefinição das fronteiras entre o público e o privado, a autonomia dos sistemas de ensino

1 Mestre em Educação (UFPel); Doutorado em Educação (UFPel); Pesquisador do NEPPE. luisecelente@gmail.com

e a responsabilidade estatal pela garantia do direito à educação.

Pesquisas recentes demonstram que a privatização da educação ultrapassa a transferência da oferta escolar para agentes privados, envolvendo formas mais complexas de influência sobre a gestão, a formação docente e a formulação de políticas públicas (Ball; Youdell, 2017). Nesse cenário, esta pesquisa analisa as parcerias público-privadas estabelecidas pela rede municipal de ensino de Pelotas (RS) entre 2017 e 2020, investigando sua distribuição, seus principais eixos de atuação e suas implicações para a gestão democrática e para a política educacional.

O estudo parte da compreensão de que as PPPs não constituem apenas instrumentos administrativos voltados à melhoria da gestão, mas mecanismos de reorganização das responsabilidades estatais e de incorporação da lógica mercantil às políticas públicas (Ball, 2014). Assim, busca identificar os agentes privados presentes na rede municipal, caracterizar suas áreas de atuação e discutir criticamente seus significados à luz das transformações contemporâneas do Estado.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, desenvolvida por meio de análise documental e levantamento de informações em bases públicas. O corpus foi constituído principalmente pelo banco de dados do projeto Mapeamento das Parcerias Público-Privadas em Educação nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, complementado por documentos oficiais da Prefeitura de Pelotas, informações da FAMURS, registros do LicitaCon Cidadão e materiais institucionais das organizações parceiras. Os dados foram organizados em quatro categorias analíticas: formação de professores, consultoria em gestão, oferta de vagas na educação infantil e aquisição de materiais didáticos. Como apoio metodológico, utilizaram-se contribuições da Etnografia de Rede de Stephen Ball (Ball, 2014), possibilitando compreender as conexões entre atores públicos e privados na formulação e implementação das políticas educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento revelou que as parcerias público-privadas constituíram estratégia recorrente na política educacional de Pelotas entre 2017 e 2020. Essas relações concentraram-se em áreas específicas da gestão educacional, evidenciando diferentes modalidades de inserção do setor privado na rede pública e confirmando a relevância do município no contexto regional da privatização da educação.

Entre os quatro eixos analisados, a formação continuada de professores concentrou o maior número de parcerias. Instituições privadas ofereceram cursos, oficinas, palestras e programas de capacitação destinados aos docentes da rede municipal. Apesar da diversidade das propostas, observou-se um elemento comum: a transferência crescente da responsabilidade pela formação continuada para organizações externas ao sistema público de ensino (Peroni *et al*, 2013).

Parte dessas iniciativas esteve associada à difusão de perspectivas alinhadas ao empreendedorismo, ao desenvolvimento de competências individuais e à responsabilização docente pelos resultados educacionais, características típicas da Nova Gestão Pública. Outras ações privilegiaram aspectos diretamente relacionados à prática pedagógica, mas igualmente reforçaram a presença de instituições privadas em um espaço historicamente ocupado pelas universidades públicas e pelas secretarias de educação. Em ambos os casos, amplia-se a influência privada sobre conteúdos, metodologias e concepções que orientam o desenvolvimento profissional dos professores.

O segundo eixo de maior incidência correspondeu às consultorias em gestão educacional. Foram identificadas ações voltadas ao planejamento estratégico, à avaliação institucional, ao acompanhamento de indicadores e ao assessoramento da Secretaria Municipal de Educação. Essas consultorias refletem a incorporação de técnicas gerenciais oriundas do setor empresarial à administração pública, reforçando princípios de eficiência, produtividade, metas e monitoramento de resultados.

Embora apresentadas como apoio técnico especializado, tais iniciativas alteram a dinâmica da gestão democrática ao ampliar a participação de agentes privados em decisões anteriormente conduzidas pelo poder público (Paro, 2016). Nesse processo, mecanismos técnicos de controle tendem a sobrepor-se à participação coletiva e à autonomia das instituições escolares, redefinindo práticas e prioridades da gestão educacional.

Outro resultado significativo refere-se às parcerias destinadas à oferta de vagas na educação infantil. A pesquisa identificou repasses públicos a instituições privadas responsáveis pelo atendimento de crianças em creches conveniadas. Essa modalidade de parceria tem sido adotada em diferentes municípios como resposta à insuficiência da oferta pública, permitindo ampliar rapidamente o atendimento.

Entretanto, essa estratégia também evidencia a substituição progressiva da expansão da rede pública pelo financiamento estatal de instituições privadas. Em vez do investimento direto na infraestrutura pública, consolida-se um modelo baseado na contratação de entidades privadas para executar uma política cuja responsabilidade constitucional permanece sendo do Estado. Como consequência, cria-se uma relação de dependência administrativa e financeira que pode dificultar o planejamento de longo prazo e a ampliação da rede própria de ensino.

Um aspecto relevante da pesquisa foi a inexistência de parcerias voltadas à aquisição de materiais didáticos ou sistemas apostilados no período analisado. Esse resultado diferencia Pelotas de diversos municípios brasileiros onde empresas especializadas fornecem sistemas privados de ensino às redes públicas. Contudo, essa ausência não significa inexistência de processos de privatização. Ao contrário, os dados demonstram que a inserção do setor privado ocorreu predominantemente por meio da formação docente, das consultorias em gestão e da oferta de vagas na educação infantil, evidenciando que a privatização assume configurações diversificadas e nem sempre vinculadas à comercialização de materiais pedagógicos.

A análise integrada das diferentes modalidades de parceria revela um elemento comum: a redefinição progressiva das responsabilidades do Estado na condução das políticas educacionais. Em vez de atuar prioritariamente como executor direto, o poder público assume funções de coordenação, regulação e contratação de serviços prestados por organizações privadas (Moraes, 2002). Esse movimento corresponde às transformações descritas pela literatura crítica sobre a Nova Gestão Pública, segundo a qual o Estado passa a operar por meio de redes de governança compostas por fundações, organizações da sociedade civil, empresas e outras instituições privadas.

Sob essa perspectiva, as parcerias identificadas em Pelotas não podem ser compreendidas apenas como soluções administrativas para problemas específicos da rede municipal. Elas expressam transformações mais amplas na organização das políticas públicas, nas quais princípios como eficiência, inovação, empreendedorismo e gestão por resultados passam a orientar crescentemente a administração educacional. Embora possam produzir respostas imediatas a determinadas demandas, também ampliam a influência privada sobre decisões pedagógicas, administrativas e formativas, redefinindo as relações entre Estado, mercado e educação.

CONCLUSÕES

A pesquisa evidenciou que as parcerias público-privadas constituíram componente importante da política educacional desenvolvida pelo município de Pelotas entre 2017 e 2020, refletindo tendências mais amplas de reconfiguração do papel do Estado na educação pública. Longe de representarem iniciativas isoladas, essas parcerias integram um processo de reorganização da gestão pública orientado pelos pressupostos da Nova Gestão Pública e pela racionalidade neoliberal.

Os resultados demonstraram que a inserção do setor privado ocorreu principalmente por meio da formação continuada de professores, das consultorias em gestão e da oferta de vagas na edu-

cação infantil. A ausência de sistemas apostilados evidencia que os processos de privatização não se restringem à comercialização de materiais didáticos, manifestando-se também pela crescente influência de organizações privadas sobre processos de gestão, planejamento, formação docente e implementação de políticas públicas.

Destaca-se especialmente o papel das parcerias na formação de professores, que deslocam para instituições privadas responsabilidades historicamente atribuídas às universidades públicas e às próprias redes de ensino. Da mesma forma, as consultorias em gestão reforçam a incorporação de princípios empresariais à administração pública, contribuindo para a difusão de práticas baseadas em eficiência, produtividade e monitoramento, com repercussões para a gestão democrática.

No campo da educação infantil, a utilização de instituições privadas para ampliar a oferta de vagas responde a necessidades concretas de atendimento, mas também evidencia a consolidação de formas permanentes de terceirização da política educacional. Esse modelo tende a reduzir a capacidade estatal de planejamento e execução direta do direito à educação.

Em conjunto, os resultados indicam que as PPPs extrapolam a dimensão administrativa e constituem mecanismos de reorganização das relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Ao transferirem funções de planejamento, formação e execução para organizações privadas, contribuem para redefinir as fronteiras entre o público e o privado e produzem impactos sobre a autonomia dos sistemas de ensino e sobre os princípios da gestão democrática. Por fim, a pesquisa reafirma a necessidade de aprofundar os estudos sobre as múltiplas formas de privatização da educação pública em âmbito municipal, especialmente aquelas que se manifestam por meio de redes de governança, programas de formação e consultorias, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com o direito à educação e com a preservação do caráter público da escola.

REFERÊNCIAS

BALL Stephen; YOUDELL, Deborah. **Privatización encubierta en la educación pública, internacional de la educación**. Bruxelas, 2007.

BALL, Stephen. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

CÓSSIO, Maria de Fátima; CELENTE, Luis Eduardo dos Santos. **Mapeamento das parcerias público-privadas em educação nos municípios do estado do Rio Grande do Sul**. Relatório de Pesquisa. Zenodo, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.20818590.

MORAES, Reginaldo C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, 2002. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal *et al*. Relações entre o público e o privado na educação básica brasileira: implicações para processos de democratização. **Políticas Educativas**, v. 7, n. 1, p. 92-109, 2013. Disponível em https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/download/50935/31727/0.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privadas na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, 2012. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000400012.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O MERCADO DENTRO DA ESCOLA PÚBLICA

Mari Regina Rocha Janke[1]
Francine Couto de Oliveira Weymar[2]
Fatima Barcellos da Rosa [3]

Este artigo constitui um recorte da tese de doutorado" ***Da Aparência à Essência, da Passividade à Resistência, as visões da Base Nacional Comum Curricular em uma Escola do Campo no município de Piratini/RS***, defendida pela pesquisadora em 2025. Dessa forma, teve como uma das finalidades analisar os impactos da BNCC no trabalho docente e quais ajustes e modificações são produzidas no trabalho pedagógico a partir da implementação da dessa política educacional. Outrossim, buscou-se compreender o papel do sistema apostilado nesse cenário, considerando que tal material busca a uniformização do ensino sob a justificativa ao alinhamento à BNCC, ao mesmo tempo em que direciona a prática pedagógica para o treinamento focado nos testes em larga escala.

A fundamentação metodológica desta pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, por compreender as relações fenomênicas a partir do movimento entre singularidade, particularidade e totalidade, trazendo como essência o movimento do real, o auto movi-

1 Doutora em Educação (UFPel); Professora na Prefeitura Municipal de Piratini e no Governo do Estado do Rio Grande do Sul; maric.rocha@yahoo.com.br.
2 Doutora em Educação (UFPel); Supervisora Educacional na Prefeitura Municipal do Capão do Leão; francineweymar@gmail.com.
3 Doutora em Educação (UFPel); Assistente Social na Universidade Federal da Campanha (UNIPAMPA), Campus Dom Pedrito; fatimarosa@unipampa.edu.br.

mento da realidade (pela compreensão de que o homem, através do trabalho, produziu sua própria humanização e, sendo assim, é um ser histórico e social, capaz de modificar as relações existentes, não aceitando como naturais as condições históricas ora estabelecidas). O método dialético desenvolvido por Marx (1984) tem a pretensão da interpretação da realidade sobre a análise peculiar material (os homens se organizam em sociedade para produção dos seus meios de vida) e histórica (como eles vêm se organizando ao longo do tempo). Quando se parte de uma perspectiva marxista é preciso ir além das aparências dos fenômenos e buscar a essência para compreensão da totalidade em sua historicidade.

Portanto, foi possível desvelar a aparência e a essência da política educacional da BNCC, instituída em 2017 por resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que tornou-se obrigatória para toda a educação básica. Como política de Estado, seu propósito é estabelecer os conteúdos e competências essenciais que devem nortear o percurso formativo dos estudantes. A justificativa oficial para a sua homologação residia na premissa de que a base comum diminuiria o distanciamento entre as redes pública e privada, promovendo, teoricamente, a universalização do ensino.

A criação de um currículo comum abre a possibilidades da educação ser um nicho de mercado, pois fomenta o lócus da privatização e movimenta um mercado bilionário de venda de apostilas, sistemas de ensino prontos, tecnologias e livros didáticos padronizados por grandes grupos educacionais para os governos.

A adesão ao modelo apostilado é cada vez mais recorrente nos municípios como estratégia no aumento da lógica de resultados. Um exemplo dessa anuência é o caso da Prefeitura Municipal de Piratini, que firmou contrato, desde 2022, com o Sistema Aprende Brasil.

O Sistema Aprende Brasil, vinculado ao Grupo Positivo, constitui uma plataforma de soluções educacionais voltada à comercialização de materiais didáticos, instrumentos de avaliação, monitoramento educacional e suporte pedagógico. A Figura 1 exibe a ilustração inicial do portal eletrônico do sistema.

Figura 1 - Apresentação da página inicial do site Aprende Brasil.



Fonte: https://sistemaaprendebrasil.com.br/aprende-brasil-digital/.

A página inicial da empresa apresenta um produto para a solução dos problemas educacionais da educação e referenda um ensino que atende às exigências e aos padrões das avaliações por mensuração, por índices e desempenho de cada estudante. Pode-se inferir que a garantia da prestação de serviço do sistema vem estruturado num pacote com a venda do problema e a respectiva solução.

O sistema apostilado de ensino tem como propósito a uniformização do ensino e, dessa forma, o material didático proposto é padronizado.

> A "uniformidade" é exatamente o oposto do que ocorre em uma sala de aula, repleta de "variação". Os tempos de aprendizagens e as formas de aprendizagens dos estudantes são variadas e a uniformização de métodos e tempos impõe um ritmo e forma únicos de aprendizagem para todos, reduzindo as possibilidades de se calibrar a aprendizagem segundo as necessidades variadas que os estudantes possuem. Esta é a principal função do professor (Freitas, 2023, s/n).

A proposta de homogeneização vai de encontro à própria concepção de diversidade existente em cada espaço dentro de uma comunidade escolar. Essa diversidade é justamente o que enri-

quece o trabalho do professor e da escola e a preservação da pluralidade.

A contratação direta do Grupo Positivo pelo município de Piratini, justificada pela notória especialização, mascara a existência de concorrentes e baseia-se na reserva de mercado garantida pelo atestado de exclusividade do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, amparado na legislação de licitações. Esse mecanismo, fundamentado no art. 25, I, da Lei nº 8.666/93 e no art. 74, I, §1º, da Lei nº 14.133/2021, viabiliza a inexigibilidade e consolida o monopólio no fornecimento de sistemas de ensino.

Há garantia de adentrar o espaço público via prestação de serviço, e, neste caso, em especial, o Sistema Aprende Brasil oferece o serviço ao município por meio de livros didáticos, vinculados ao portal de conteúdos virtuais educacionais, de assessoria pedagógica e de sistema de gestão e avaliação. De acordo com Sena (2019, p. 22), "a BNCC ampliará este laço já existente, sobretudo, com o reforço dos pacotes tecnológicos e os sistemas de ensino das grandes editoras (que trazem tudo pronto e enchem os olhos dos menos atentos aos seus significados e implicações)".

Com as grandes plataformas, o apostilamento chega na escola como uma aparente solução, na busca por medidas homogeneizadoras da aprendizagem e da prática pedagógica. A adesão da maioria dos professores, seja do campo ou do meio urbano, para essa forma de trabalho, pode ser uma alternativa para facilitar o planejamento pedagógico diário, em virtude da realidade enfrentada com o excesso da carga horária que, em muitas situações, pode ser desempenhada em diversas escolas.

Na aparência, o apostilamento facilitaria o cotidiano docente, por ser um material prático-instrutivo, mas na essência o que está contido é a regulação e a perda da autonomia sobre o processo do ensino e a afirmação de que não necessariamente precisa ser um professor habilitado para o trabalho desempenhado, que poderia ser substituído por um tutor ou mediador. Nesse caso, a reestruturação das relações de trabalho legitima e intensifica o processo da precarização do trabalho docente.

Nesse contexto, essa normativa educacional ao mesmo tempo em que produz a precarização do trabalho, com a padronização do ensino e da aprendizagem, associada a testes de larga escala, cria condições para a entrada do setor privado no sistema educacional público, também é produzida por esses condicionantes, numa relação de retroalimentação. A BNCC abre espaço para a aquisição do sistema apostilado, em um contexto político e econômico que prima um discurso de redução do papel do Estado e o vincula ao empresariado, via terceirização das ações públicas. Conforme Freitas (2023), a privatização por dentro da escola pública é o primeiro passo de um processo mais amplo, estabelecendo definitivamente uma precarização do trabalho docente, pois futuramente poderá ser substituído por "instrutores" que desempenham o mesmo papel, com menor custo.

A relação do ICMS, IDEB e Sistema Apostilado apregoada à BNCC, não por acaso, faz parte de um projeto societário que coaduna com as políticas do campo educacional que veem a educação como um livre mercado. De acordo com Freitas (2018), a BNCC tem a função de permitir o aumento do controle sobre as redes públicas naquilo que ensinam e como ensinam. Quem faz esta sintonia fina são os processos de avaliação associados a elas, bem como a indústria do material didático.

Essas interações incidem o compromisso com um ensino público focado para a diversidade e a pluralidade. Em contrapartida, estimulam uma lógica de padronização, de mérito individual que enfraquece o direito à educação e restringe o aprendizado a conteúdos rasos. Portanto, esses conflitos ganham contornos ainda mais críticos com o avanço da privatização por dentro da escola pública, materializada pela adoção em larga escala do modelo apostilado, sob o pretexto de alinhar as redes às exigências da BNCC, a adoção do modelo apostilado transforma o currículo em um produto de prateleira, regula o trabalho docente e reduz o processo educativo a um mero treinamento de habilidades padronizadas voltada para o mercado. Diante disso, a defesa de uma formação escolar, verdadeiramente, qualificada permanece como um embate constante para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Acesso em: 23 jan. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular: 2018.

FREITAS, Luiz Carlos. Não há base para discutir a Base. Avaliação Educacional. São Paulo, 18 out, 2015. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.com/. Acesso em: 19 jan. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

SENA, Ivania P. Freitas de Souza. Convite ao questionamento e à resistência ao abismo lançado pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC. In: UCHOA, Antonio Marcos da Conceição; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza (Orgs.) Diálogos Críticos: BNCC, educação, crise e luta de classes em pauta. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PLATAFORMAS DIGITAIS: AS IMPLICAÇÕES DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Patricia Luzorio Marques da Silva[1]
Eduardo Augusto Moscon Oliveira[2]

INTRODUÇÃO

O texto discute a presença do setor privado na educação pública como tema recorrente nas pesquisas sobre políticas educacionais, no Brasil e em outros países. Adrião (2022) associa essa presença às transformações do capitalismo iniciadas na década de 1970, movimento que redefiniu funções do Estado e transferiu responsabilidades ao setor privado em diferentes áreas, entre elas a educação. Ball (2012) descreve esse processo como a formação de redes que reúnem empresas, fundações, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais, produzindo modos de governança que deslocam as fronteiras entre público e privado. Nessa perspectiva, a privatização da educação passa a incidir não apenas sobre a oferta de serviços, mas também sobre a gestão, a avaliação e a formulação das políticas.

No plano normativo, o texto situa dois marcos legais que sustentam esse processo no Brasil: a Emenda Constitucional nº 19/1998, vinculada à Reforma Administrativa, responsável pela difusão de princípios gerenciais na administração pública; e a Lei nº 11.079/2004, que instituiu normas para licitação e contratação de

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE/UFES). E-mail: patiluzorio@hotmail.com
2 Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), vinculado ao Centro de Educação (CE), Departamento de Educação, Política e Sociedade (DEPS). E-mail: eduardo.oliveira@ufes.br

parcerias público-privadas. Carvalho Filho (2008) define essas parcerias como contratos administrativos entre poder público e setor privado para a implantação ou gestão de serviços públicos, com financiamento e compartilhamento de riscos entre as partes. Adrião (2018) propõe três dimensões para a análise da privatização da educação: oferta, gestão e currículo, e aponta efeitos dessas parcerias sobre a autonomia pedagógica e a gestão democrática das escolas.

O texto transpõe essa discussão para o contexto da Rede Estadual de Ensino do estado do Espírito Santo, apresentando o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) como instrumento central de monitoramento da aprendizagem e de produção de indicadores para a gestão educacional estadual. Refere a Portaria nº 064-R/2017, que instituiu o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica (Sicaeb), reorganizando a política estadual de avaliação e articulando os instrumentos já existentes. Destaca a participação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF) na operacionalização desse sistema, com atribuições que incluem elaboração de matrizes, produção de instrumentos, aplicação de provas, processamento de dados e disponibilização de plataformas digitais de acompanhamento de resultados. Esse arranjo mobiliza recursos públicos, contratando serviços especializados e ampliando participação de agentes externos na avaliação.

A pesquisa investiga como essas parcerias, operacionalizadas por meio de plataformas digitais, incidem sobre a autonomia pedagógica, a gestão democrática e a cultura avaliativa nas redes públicas do estado. O objetivo geral é analisar as implicações dessas parcerias na política de avaliação da educação básica. Os objetivos específicos consistem em identificar contratos e normativas que regulam essas parcerias, examinar discursos institucionais que sustentam o uso das plataformas e analisar efeitos sobre o trabalho docente, o currículo e os processos decisórios nas escolas.

A hipótese central sustenta que a incorporação dessas plataformas à política de avaliação constitui uma forma de privatização da política pública, fortalecendo lógicas de desempenho e responsabilização e redefinindo mecanismos de regulação do trabalho es-

colar. Como desdobramento, propõe-se o desenvolvimento de um aplicativo público de avaliação institucional, baseado na formação humana integral.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa orientada por perspectiva crítica. Inicialmente, realiza-se revisão da literatura sobre o Paebes, as parcerias público-privadas, a autonomia pedagógica e a qualidade social da educação. No plano empírico, desenvolve-se análise documental de instrumentos normativos relacionados ao Paebes e ao Sicaeb, incluindo portarias, editais, contratos e materiais institucionais vinculados à execução da política avaliativa. A análise dos documentos orienta-se pela Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003), com o objetivo de compreender como os textos oficiais produzem sentidos sobre qualidade educacional, desempenho, inovação e responsabilização.

O referencial teórico organiza-se em três eixos articulados. O primeiro fundamenta-se na perspectiva da avaliação crítica (Freire, 1996; Saviani, 1996; Paro, 2011; Freitas et al., 2014), que compreende a avaliação como prática vinculada ao processo formativo e à função social da escola, orientada pela reflexão coletiva sobre o processo educativo. O segundo eixo dialoga com estudos sobre neoliberalismo, privatização e redes de governança educacional (Ball, 2012; Peroni, 2012; Adrião, 2018), que analisam a participação de atores privados na formulação e na implementação de políticas públicas; nesse contexto, a incorporação de plataformas digitais e serviços especializados na política de avaliação expressa a reorganização das formas de regulação estatal, marcada pela utilização de indicadores, metas e sistemas de monitoramento contínuo. O terceiro eixo ancora-se na concepção de formação humana integral e qualidade social da educação (Dourado, 2010; Bertagna et al., 2020), que compreende a qualidade educacional como resultado de processos formativos que envolvem participação social, gestão democrática, equidade e articulação entre escola e território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de pesquisa em andamento, os resultados aqui apresentados decorrem da revisão da literatura e da análise documental realizada até o momento. Os documentos examinados indicam que o Sicaeb reorganiza a política de avaliação no Espírito Santo, integrando instrumentos de monitoramento da aprendizagem e ampliando o uso de dados na gestão educacional. Há recorrência, nos textos oficiais, de termos como desempenho, metas, indicadores e resultados, o que aponta para uma lógica de regulação orientada pela produção e pelo uso de dados. Ball (2012) já havia observado esse movimento de ampliação de indicadores e mecanismos de monitoramento nas reformas educacionais.

A execução das avaliações ocorre mediante contratação do Caed/UFJF, responsável pela elaboração de matrizes, produção de instrumentos, aplicação das provas e disponibilização de plataformas digitais de acompanhamento. Esse arranjo evidencia o uso de recursos públicos para serviços técnicos realizados por instituição externa à administração direta. Para Adrião (2018), a incorporação de agentes privados amplia a participação desses agentes na definição e na execução das políticas educacionais, o que se confirma no arranjo analisado.

Os resultados também apontam ampliação de práticas de padronização curricular e de monitoramento do desempenho estudantil, com centralidade em métricas quantitativas e incidência sobre a autonomia docente na definição de conteúdos, metodologias e formas de avaliação. Freitas et al. (2014) argumentam que políticas orientadas por resultados tendem a direcionar o trabalho pedagógico para o cumprimento de metas, o que dialoga com as mudanças observadas na gestão escolar, maior centralização de orientações e fortalecimento de mecanismos de controle baseados em indicadores de desempenho. Peroni (2012) destaca que parcerias entre Estado e setor privado podem alterar os processos de decisão na educação pública, e Paro (2011) chama atenção para tensões entre mecanismos externos de regulação e a autonomia

da escola, tensões que a continuidade da pesquisa buscará aprofundar, sobretudo quanto aos espaços de participação na formulação e na implementação da política de avaliação.

CONCLUSÃO

A análise da política de avaliação no Espírito Santo indica um processo de reorganização institucional marcado pela incorporação de instrumentos tecnológicos e pela contratação de instituições externas para funções ligadas à produção e ao tratamento de dados educacionais. A constituição do Sicaeb e a contratação do Caed/UFJF expressam um modelo de implementação da política avaliativa baseado na mobilização de recursos públicos para aquisição de serviços especializados, o que amplia a participação de organizações privadas na gestão da avaliação educacional.

A hipótese que orienta a pesquisa é de que a incorporação de plataformas digitais vinculadas a esses arranjos pode constituir uma forma de privatização da política pública e produzir novas formas de regulação do trabalho escolar. Os indícios levantados até aqui sustentam essa leitura, embora a investigação continue em curso. Ao problematizar esses processos e propor, como alternativa, o desenvolvimento de um aplicativo público de avaliação institucional orientado pela formação humana integral e pela qualidade social da educação.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990**. Brasília, DF: Anpae, 2022.

ADRIÃO, T. **Privatização da educação:** subsídios para compreensão e crítica. São Paulo: Ação Educativa, 2018.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BALL, S. J. **Global Education Inc.:** New Policy Networks and the Neo-Liberal Imaginary. New York: Routledge, 2012.

BERTAGNA, R. H. et al. Avaliação da qualidade social da escola pública: delineamentos de uma proposta referenciada na formação humana. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-20, 2020.

BEZERRA, Egle Pessoa. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga:** estratégias para a oferta do ensino? 2008. Dissertação (mestrado) – Instituto de Biociências, UNESP, São Paulo.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jun. 1998.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2004.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: desafios da construção federativa de uma política de Estado. **RBPAE**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 677-697, 2010.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. Gerência de Qualidade da Informação e da Avaliação. **Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo.** Vitória (ES): Sedu, 1999.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 064-R, de 24 de maio de 2017. **Institui o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica – SICAEB no âmbito do Sistema de Ensino do Espírito Santo.** Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 25 maio 2017.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse:** Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de; SORDI, Mara Regina Lemes de; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Avaliação educacional:** caminhando pela contramão. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PARO, Vitor Henrique. Progressão continuada, supervisão escolar e avaliação externa: implicações para a qualidade do ensino. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 695-716, set./dez. 2011.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pró-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19–31, maio/ago. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica.** 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

“VÍCIOS PRIVADOS; VIRTUDES PÚBLICAS?”: EMPREENDEDORES MORAIS E A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Raquel Peres Macêdo[1]

A educação pública brasileira, como direito social, tem sofrido profundas mudanças desde os anos 1990. Atravessadas por processos distintos de conformação aos novos modelos competitivos internacionais, especialmente associadas ao neoliberalismo, as políticas públicas de educação no Brasil estão no epicentro da disputa por controle de agentes estatais e não-estatais. Nesse sentido, a influência de instituições empresariais organizadas em redes de políticas educacionais ganha força como espaço de racionalização da lógica especulativa sobre a área.

Ao colocar sob escrutínio crítico a atuação do Todos Pela Educação (TPE), principal organização de *advocacy* ligada ao empresariado brasileiro, essa pesquisa propõe questionar se os benefícios coletivos decorrem efetivamente dos mecanismos ofertados por essas organizações ou se estas são estratégias de consolidação de legitimação moral da ordem econômica da qual derivam. Objetiva-se, assim, identificar critérios morais de organização do setor público educacional mobilizados pela instituição; analisar o papel do TPE na conversão de inquietações pessoais em problemas públicos (BECKER, 2008; MILLS, 1982) por meio da construção simbólica de luta pela educação e, por fim, discutir sobre este modelo explicativo sob uma ótica sociológica da intersecção entre moralidade e economia no âmbito da educação brasileira.

1 Mestranda em Sociologia (PPGS - UFPEL); Universidade Federal de Pelotas - RS; E-mail: raquelmacp@outlook.com.

Compreende-se que este é um fenômeno que deva ser comprovado e não assumido. Portanto, o percurso teórico-metodológico adotado considerou mobilizar o conceito de "empreendedor moral" como modelo analítico. Segundo Becker (2008), na tentativa de exorcizar o que considera um erro ou um mal, há aqueles que se debruçam em prol de iniciativas de conformação via mudanças normativas. Em outras palavras, empreendedores morais assumem para si a responsabilidade sobre as regras. Dentre estes, há a distinção entre *criadores de regras* e *impositores de regras*.

O principal representante do grupo de criadores de regras é o *reformador cruzado*: alguém que, especialmente preocupado com o conteúdo das regras, entende haver algo de errado no mundo que confronta sua régua moral e, portanto, adota uma postura fervorosa - e por vezes inconsistentes - para cumprir o objetivo de sua missão santa, isto é, extirpar o "mal". Por acreditar que o que faz é o "certo", empreendedores morais possuem afinidade com causas humanitárias, fato que não os joga automaticamente para posturas ou causas autoritárias como padrão.

O reformismo moral dos criadores de regras sugere com frequência uma aproximação entre classes dominantes e classes dominadas, objetivando ascensão social por meio da "salvação" que propõem - característica típica de uma ajuda ingênua e pautada pela moral. Assim, "eles acrescentam ao poder que extraem da legitimidade de sua posição moral o poder que extraem de sua posição superior na sociedade" (BECKER, 2008. p. 155).

Com o sucesso da cruzada e o estabelecimento de novas regras, é necessário que agências de imposição assumam a tarefa de aplicação, sejam elas existentes ou criadas, para que se institucionalize o que antes era uma necessidade moral. Esses impositores de regras podem ter interesse missionário em sua tarefa, mas é provável que a sua postura seja neutra e objetiva em relação ao seu trabalho, afinal, o conteúdo das regras é menos importante do que seu trabalho de impô-las. Destaca-se também que, apesar do nome, esses atores não usam, necessariamente, a força para a aplicação da norma moral, caso que se aplica ao objeto desse trabalho.

Isso significa observar as propostas vinculadas ao TPE não apenas como respostas técnicas, mas como trabalhos simbólicos associados a interesses contextualizados. Nesse ponto, coube delimitar o Todos Pela Educação (TPE) como "agência de imposição", fruto da cruzada moral bem-sucedida de "reformadores cruzados" empresariais. Adiante, foi priorizada a análise dos marcos discursivos produzidos nos relatórios técnicos da instituição sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Sistema Nacional de Educação (SNE) no período de 2017 a 2022. A seleção dos documentos teve como critérios principais a) tratar diretamente das políticas mencionadas; e b) ter caráter técnico-político, isto é, apresentar diagnósticos e recomendações de política pública (e não apenas divulgação institucional), assim como a exposição de justificativas para reformas educacionais. Buscou-se identificar elementos que escapassem ao argumento de evidências puramente científicas, econômicas ou ajustes técnicos e demonstrassem critérios morais de organização do setor público na educação.

Os resultados apontam para a defesa de uma forma particular de gestão da educação pública. Ao atuar na construção normativa dos critérios de julgamento das políticas públicas, os empreendedores morais buscam operar filantropicamente sob infraestrutura de um Estado de quase-mercado (LE GRAND, 1996; CUTLER; WAINE, 1997). Enquanto propõe competição, métricas de desempenho e escolha regulada na educação, o TPE introduz a lógica do "efeito de gotejamento" para o interior das políticas públicas. Em uma releitura da tese mandevilleana, a instituição intermedeia e orienta interesses privados a resultados coletivos. Dessa forma, o enquadramento do empreendedorismo moral indica que, independentemente dos ganhos ou das perdas, esses mesmos agentes são responsáveis por interpretar e traduzir o que é uma política de "sucesso" para a educação e, portanto, capazes de criar consensos. Assim, uma estrutura originalmente associada à regulação de mercados privados passa a organizar a própria ação do Estado sob uma base compartilhada de legitimidade (MIROWSKI, 2013).

Compreender a influência do Todos Pela Educação sob um viés de superação da cisão entre moralidade e vida econômica é, sobretudo, uma defesa sociológica de análise do tempo presente. O deslocamento da noção geral de educação como direito social para a inserção em um modelo de trabalho que valoriza a flexibilidade e individualidade não é um subproduto de consensos espontâneos (TARLAU; MOELLER, 2020). Defende-se aqui que discutir esse fenômeno em uma abordagem sociológica perpassa, obrigatoriamente, por reconhecer as percepções, os significados e os impactos da economia no comportamento humano. Analisar uma organização como o TPE, orientada pela filantropia, em termos gerais, é buscar um modelo explicativo para as expectativas morais de agentes econômicos cada vez mais influentes na educação, e, mais especificamente, nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. **Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025**. Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 nov. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp220.htm. Acesso em: 5 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 5 jul. 2026.

CUTLER, Tony; WAINE, Barbara. The politics of quasi-markets: how quasi-markets have been analysed and how they might be analysed. *Critical Social Policy*, v. 17, n. 51, p. 3-26, 1997. DOI: 10.1177/026101839701705101.

LE GRAND, Julian. Los cuasi mercados y la política social. In: ORÓVAL PLANAS, Esteve (org.). *Economía de la educación*. Barcelona: Ariel, 1996. p. 155-170.

MILLS, Charles W. *A imaginação sociológica*. 6. ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MIROWSKI, Philip. *Never let a serious crisis go to waste: how neoliberalism survived the financial meltdown*. London; New York: Verso, 2013.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. "Philanthropizing" consent: how a private foundation pushed through national learning standards in Brazil. *Journal of Education Policy*, v. 35, n. 3, p. 337-366, 2020. DOI: 10.1080/02680939.2019.1585330.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Advocacy pela educação*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2022. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/o-que-fazemos/#advocacy-pela-educacao. Acesso em: 3 jul. 2026.

A INFLUÊNCIA DO SETOR PRIVADO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL (2017 – 2021)

Thaiane da Silva D'Avila[1]

Para este estudo, parte-se do pressuposto de que as políticas educacionais nacionais não possuem autonomia frente ao contexto global. No entanto, ao mesmo tempo em que se deve considerar as influências externas, não se pode atribuir a elas toda a responsabilidade e colocar os atores internos como meros executores. Há interesses, disputas e conflitos locais na formulação das reformas e políticas educacionais. Logo, a problemática que orienta este trabalho se insere no processo de privatização da educação básica, de modo especial o Ensino Médio (EM), através do mapeamento das ações que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul tem feito em relação às demandas do contexto externo com foco de análise as políticas destinadas ao EM durante o período de 2017 a 2021, através das notícias divulgadas no site da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul – Seduc/RS.

Dito isto, o objetivo é compreender, por meio das notícias oficiais, as formas de inserção do setor privado no EM no Estado do RS entre os anos de 2017 e 2021, suas intencionalidades e modus operandi na conformação da política. Considerando a gama de material coletado, organizou-se a análise tomando por base cinco eixos de análise: formação, currículo, financiamento, gestão e avaliação.

1 Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas.

A escolha do período delimitado ocorreu em razão de ser um momento marcado por mudanças curriculares e de diretrizes nacionais, com ênfase no EM. O número elevado de reformas educacionais justifica a necessidade de produção de conhecimento acerca da temática, uma vez que as políticas educacionais têm sido alvo das reformas neoliberais, não apenas como meio de criar um modelo de sociedade e consenso, mas também como estratégia para intensificar a exploração da força de trabalho.

Nesse sentido, conforme ressalta Leher (2014), embora o cenário caótico da educação – considerando as condições de trabalho, de estrutura e o próprio acesso dos estudantes à educação pública – sugira o descaso do setor privado, ainda que pareça contraditório, ele nunca esteve tão interessado. Em suas palavras, "*estamos nesse estado de caos na educação pública e, ao mesmo tempo, afirmo que os setores dominantes estão atuando deliberada, organizada e efetivamente na educação pública.*" (LEHER, 2014, p. 162-163). Essa atuação é justificada pela falta de qualidade e fracasso da educação pública. Cabe destacar que a presença do setor privado não representa o afastamento do Estado, ao contrário, o Estado garante essa presença por meio da concessão de serviços, que outrora seriam de sua responsabilidade, atuando, na melhor das hipóteses, de forma reguladora.

No campo educacional essa presença e influência se expressa por meio das políticas educacionais e, fundamentalmente, as parcerias estabelecidas entre o Estado e o setor privado. As políticas são formuladas para irem ao encontro com as necessidades do capital, não apenas na formação do ideal de indivíduo, mas também na rentabilidade que o "mercado educacional" proporciona. Atuando nas políticas educacionais, o setor privado lucra a curto prazo com o mercado (através da formação inicial e continuada, dos materiais didáticos e, atualmente, através de plataformas digitais) e a longo prazo com a formação 'capital' humano, que vai ser sempre "*uma formação contextualizada na base produtiva do país.*" (LEHER, 214, p. 164). No contexto atual, será uma formação calcada nos princípios da meritocracia, competitividade e resiliência.

Em suma, a educação forma cidadãos dotados com as competências e habilidades necessárias para lidar com qualquer condição imposta pelo capitalismo e suas características locais.

Sob essa ótica, para a realização desta pesquisa foi adotada a abordagem qualitativa, especificamente através da análise e pesquisa em documentos oficiais. Considera-se documento oficial, nesse caso, todo o material produzido pelo Governo do Estado e noticiado em sua plataforma oficial, o site da Seduc/RS. O propósito foi localizar documentos e demais informações que circularam durante o período delimitado (2017-2021) que mencionavam a presença de agentes do setor privado, compreendendo e contextualizando o momento histórico em que essas informações foram produzidas e mapeando a presença de indivíduos e organizações que representam os interesses privados. Nas tabelas expressas a seguir, constam o número de notícias por ano em cada eixo, a quantidade de agentes privados que foram encontrados e, por fim, na última coluna, os agentes privados mais citados.

Tabela I: Perfil das ações educacionais com agentes privados em 2017

Eixo	Quantidade de notícias	Quantidade de agentes privados encontrados	Agente privado mais encontrado
Formação	22	8	Google For Education e MSTech Educação e Tecnologia
Currículo	4	2	Movimento Todos Pela Educação
Financiamento	33	23	Banco Internamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird)
Gestão	4	9	SESI
Total	**63**	**42**	

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela II: Perfil das ações educacionais com agentes privados em 2018

Eixo	Quantidade de notícias	Quantidade de agentes privados encontrados	Agente privado mais encontrado
Formação	18	9	SENAC
Currículo	5	14	Sicred e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Financiamento	29	16	Banco Internamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird)
Gestão	6	5	SENAC, SEBRAE e Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade – FecomércioRS
Total	**58**	**44**	

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela III: Perfil das ações educacionais com agentes privados em 2019

Eixo	Quantidade de notícias	Quantidade de agentes privados encontrados	Agente privado mais encontrado
Formação	13	6	SEBRAE
Currículo	7	7	SEBRAE e Plataforma Elefante Letrado
Financiamento	14	13	Fundação Lemann, Itaú Social e CIEB
Gestão	3	1	Fundação Lemann (representando a "Avianca do Terceiro Setor")
Total	**37**	**27**	

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela IV: Perfil das ações educacionais com agentes privados em 2020

Eixo	Quantidade de notícias	Quantidade de agentes privados encontrados	Agente privado mais encontrado
Formação	31	14	SEBRAE
Currículo	11	8	SEBRAE
Financiamento	13	12	Fundação Lemann, Itaú Social e CIEB
Gestão	21	3	SEBRAE
Total	**76**	**37**	

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela V: Perfil das ações educacionais com agentes privados em 2021

Eixo	Quantidade de notícias	Quantidade de agentes privados encontrados	Agente privado mais encontrado
Formação	26	15	Rede Brasileira de Aprendizagem Criativa – RBAC (apoio Fundação Lemann e Fundação LEGO) SEBRAE
Currículo	21	26	Itaú Educação e Trabalho e Instituto Iungo (Paulo Andrade)
Financiamento	13	16	Empresa Cisco do Brasil
Gestão	2	5	Instituto Positivo (Mozart Ramon Neves) e Global Me (Emílio Munaro)
Avaliação	8	8	Fundação Getúlio Vargas e Itaú Educação e Trabalho
Total	**70**	**70**	

Fonte: Elaborado pela autora

Considerando o caráter de resumo do presente trabalho, os eixos serão apresentados de forma sucinta com base na análise realizada. No que tange a presença do setor privado no âmbito da **formação** na educação básica, seja de professores ou estudantes, a mesma se consolida e radicaliza nos anos que compreendem a pesquisa, inclusive como método de imposição de tais organizações como referências técnicas no campo educacional. Sob a égide do empreendedorismo, as formações pautam temas impostos pelo capitalismo em sua fase atual e versão mais perversa e ortodoxa, principalmente a apelativa necessidade inserção tecnológica, controle emocional e resiliência.

A questão **curricular** está no centro da discussão educacional, justamente porque é o que determina não só os conteúdos, competências e habilidades, mas as relações sociais e pedagógicas a serem construídas nas escolas. A tônica do debate curricular no RS, explicitado nas notícias, revela forte alinhamento da educação escolar, principalmente o EM, com as exigências do mercado, especificamente a formação de jovens aptos a enfrentar as dinâmicas de precarização e superexploração. Sustentado pelo mito do

empreendedorismo, busca-se, através da presença do setor privado no debate curricular, naturalizar a individualização do trabalho e a destituição de direitos.

O eixo **financiamento**, além de demonstrar a presença do setor privado na concessão de empréstimos e na prestação de serviços para "solucionar" as demandas educacionais, também aponta para a presença da lógica de responsabilização. Uma das ações que evidencia essa lógica é o programa "Escola Melhor: Sociedade Melhor" que demonstra a "desresponsabilização" do Estado quanto aos investimentos na educação e a responsabilização dos gestores em busca de parcerias com setor privado para "solucionar" questões internas, enquanto legitima a atuação do setor privado na educação pública.

Em relação ao eixo **gestão**, em decorrência da reforma do EM e a BNCC, o trabalho tem sido no sentido convencer as equipes diretivas para a implantação de tais políticas. É possível identificar que a energia alocada pelo governo estadual e seus parceiros para implantar reformas não é a mesma utilizada para qualificar as condições salariais e de trabalhos dos professores. Ao contrário, os professores da rede estadual convivem com uma quantidade ainda maior de trabalho – inclusive burocrático – imposto pela lógica de metas das avaliações em larga escala.

Diferente dos demais, o **eixo avaliação** é abordado apenas no ano de 2021 em razão da ausência de notícias que mencionem a temática de forma conjunta com os atores do setor privado. Entre 2017-2020 foram publicadas apenas notícias abordando exames como o ENEM, SAEB e a Provinha Brasil. Apenas em 2021 as notícias passam a citar outras avaliações e seus desdobramentos, vinculando elas a agentes do setor privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificou-se que, ao longo dos cinco anos analisados, houve uma mudança no perfil dos agentes privados mapeados nas notícias do site da Seduc/RS. Nos dois primeiros anos – sob o governo

de José Ivo Sartori – o número de parcerias com entidades e atores privados "regionais" era expressivo, ao passo que não havia muitas menções a entidades do cenário nacional. Após a mudança de governo (2019), percebeu-se o alinhamento do governo estadual, por meio da Seduc/RS, com agentes privados que atuam no cenário nacional, avançando para além das parcerias regionais.

Com relação aos interesses expressos, há um elemento comum a todos os eixos analisados e que esteve presente nas notícias a partir do ano de 2018 – demonstrando que se trata da radicalização da lógica capitalista, que ultrapassa as questões governamentais – que é o apelo ao empreendedorismo. Nesse espectro, é reverberada a ideia de individualização, onde cada indivíduo pode e deve ser "agente de si" (PUELLO-SOCARRÁS, 2010). Tal noção aparece em diversas notícias, a partir de termos como "protagonismo juvenil", "inovação", "criatividade" e, obviamente, como incentivo ao "empreendedorismo", ultrapassando a formação dos estudantes e indo ao encontro da formação dos professores e gestores.

REFERÊNCIAS

LEHER, Roberto. Atualidade da política pública educacional e desafios da educação dos trabalhadores. IN: PALUDO, Conceição (Org.). **Campo e cidade em busca de caminhos comuns.** Pelotas: UFPel, 2014. p. 159-177.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. Del homo œconomicus al homo redemptoris: Emprendimiento y Nuevo Neo-liberalismo. **Otra Economía**, v. 4, n. 6, p. 181-206, 2010.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA E AS IMPLICAÇÕES DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Valdirene Hessler Bredow[1]

1. APRESENTAÇÃO

A política educacional brasileira vem passando por reconfigurações, especialmente a partir da redefinição do papel do Estado nas últimas décadas. Nesse contexto, observa-se a ampliação das relações entre o setor público e o setor privado na gestão e na oferta da educação básica, em um cenário marcado por disputas em torno dos sentidos de qualidade e da organização da educação.

Essas transformações suscitam debates sobre os limites entre público e privado e seus impactos na garantia da educação como direito social e na democratização da educação básica no Brasil.

2. OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é analisar as configurações da relação público-privada na educação básica brasileira, examinando como os instrumentos indutores (PDE-PAR e ADE) e a atuação de institutos privados (IAS e IU) incidem sobre a gestão, sobre o conteúdo pedagógico e suas implicações nos processos de democratização e autonomia das redes públicas de ensino.

1 Doutora em Educação - UFPEL; Universidade Católica de Pelotas; valhessler@gmail.com.

3. JUSTIFICATIVA

A pesquisa justifica-se pela necessidade de desvelar como a retórica da qualidade da educação e da eficiência educacional tem servido para introduzir lógicas mercantis nos mecanismos e funcionamentos da educação pública.

Historicamente, as fronteiras entre o público e o privado no Brasil foram tênues, mas o atual estágio do capitalismo acirra essas contradições. É fundamental compreender se a delegação da gestão pública a segmentos alheios ao controle social contribui para a extensão do direito à educação ou se apenas reforça mecanismos de exclusão e padronização pedagógica.

4. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa de natureza exploratória (GIL, 2008; MARCONI; LAKATOS, 2003). O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados do Portal de Periódicos CAPES e o Google Acadêmico com recorte dos últimos 5 anos (2021-2026). Os descritores utilizados nas buscas foram: “privatização da educação”, “relação público-privado”, “gestão educacional” e “democratização”. A análise documental contemplou o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) e o Guia de Tecnologias Educacionais do MEC. Para a discussão dos resultados, os dados foram sistematizados em quatro categorias analíticas: 1) Dimensões da privatização na Reforma do Estado; 2) Indutores sistêmicos de parcerias (PDE-PAR e ADE); 3) Privatização do conteúdo pedagógico; e 4) Modelos gerenciais mercantis (IAS e IU).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados permitiu organizar os achados em eixos temáticos que evidenciam a materialização do setor privado na educação pública. A seguir, apresentam-se as quatro categorias

analíticas que fundamentam esta discussão.

5.1. A Reforma do Estado e as Dimensões da Privatização

A reconfiguração das fronteiras entre o público e o privado no Brasil é indissociável da Reforma do Aparelho do Estado de 1995, que introduziu a administração pública gerencial. Esse modelo, influenciado pelo neoliberalismo e pela Terceira Via, alterou a percepção do cidadão, que passou a ser tratado como um "cliente" dos serviços públicos (Brasil, 1995; Giddens, 2001; Vaz; Cavalcante, 2022)

O Estado deslocou-se do papel de executor direto para o de financiador e avaliador, criando a figura do público não-estatal (Terceiro Setor) (Peroni; Adrião, 2005; Adrião; Peroni, 2009).

Esse movimento expressa-se em duas vertentes: a privatização endógena, que importa lógicas e métricas de mercado para dentro das instituições estatais, e a privatização exógena, que abre a oferta e a gestão da educação para a exploração lucrativa por agentes privados (Buchanan *et al*., 1984; Ball; Youdell, 2008).

5.2. O PDE-PAR e os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR) consolidaram-se como indutores sistêmicos dessas parcerias (Peroni et al., 2012).

O PAR, ao exigir diagnósticos locais, estimula municípios a buscarem auxílio externo, frequentemente atendido por organizações privadas (Peroni *et al*., 2012; 2013).

Paralelamente, surgem os **Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE)**, modelo criado pelo Movimento Todos Pela Educação e incentivado pelo MEC, que promove a cooperação entre municípios sob a liderança de institutos empresariais (Carvalho, 2018; Vaz; Cavalcante, 2022).

Críticos apontam que os ADEs despolitizam a dinâmica federativa ao substituir a responsabilidade estatal por um voluntariado local que favorece o controle do mercado sobre as redes públicas (Brasil, 2012; Araújo, 2012; Sampaio Jr., 2017; Vaz; Cavalcante, 2022).

5.3. O Guia de Tecnologias e a Direção do Conteúdo Pedagógico

A entrega da essência da educação ao setor privado fica evidente no Guia de Tecnologias Educacionais do MEC (Peroni, 2018), uma vez que dados de 2011 indicam que, na categoria "Ensino-Aprendizagem", das 60 tecnologias ofertadas, 51 eram externas ao MEC, desenvolvidas por empresas como Positivo e institutos como Ayrton Senna e Unibanco (Brasil, 2012; Peroni *et al*., 2012)

Essa subordinação ocorre via projetos padronizados e replicáveis, que ignoram as especificidades regionais e ferem a autonomia pedagógica de professores e escolas ao entregar currículos e planos de aula prontos (Senna, 2000; Peroni *et al*., 2012).

O MEC, ao pré-qualificar esses materiais em vez de formular políticas próprias, sinaliza uma sintonia ideológica com a lógica mercantil (Peroni *et al*., 2012).

5.4. Modelos Gerenciais: Instituto Ayrton Senna (IAS) e Instituto Unibanco (IU)

As parcerias com o IAS utilizam a "Pedagogia do Sucesso", fundamentada na Gestão da Qualidade Total (Peroni *et al*., 2013; Peroni, 2018).

Através do sistema SIASI, o IAS exerce um controle minucioso que vai desde a rede física e os servidores até o desempenho individual dos alunos, estabelecendo fluxos de aula rígidos para 200 dias letivos (Caetano, 2013; Peroni, 2018).

Já o Instituto Unibanco, com o projeto "Jovem de Futuro", implementou a Gestão Escolar para Resultados (GEpR) no ensino médio (Costa, 2015; Peroni, 2018).

Esse modelo foca em metas mensuráveis e prevê sanções financeiras para as escolas que não atingirem os resultados esperados, como a redução progressiva de aportes (de 50% a 25%), o que aprofunda a lógica da competitividade e da meritocracia mercantil no ambiente escolar (Caetano; Peroni, 2015; Peroni, 2018).

6. CONCLUSÕES

A análise realizada cumpriu o objetivo de identificar como a relação público-privada, mediada por indutores como o PDE-PAR e pela atuação de institutos como IAS e IU, intensifica a lógica mercantil na educação básica. Evidenciou-se que a incorporação de mecanismos gerenciais e de modelos orientados por resultados desloca para o setor privado funções historicamente públicas, fragilizando a gestão democrática. Conclui-se que o fortalecimento do controle social e da autonomia pedagógica é essencial para contrapor a padronização imposta por essas parcerias, assegurando a educação como um direito social pleno e responsabilidade inalienável do Estado.

7. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009.

ARAUJO, G. C. de. Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de colaboração. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Recife, v. 28, 2, p. 515-531, mai./ago. 2012.

BALL, Stephen; YOUDELL, Deborah. **Privatización encubierta en la educación pública. Informe preliminar**. V Congreso Mundial de la Internacional de la Educación. Bruselas, 2008.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Guia de Tecnologias Educacionais 2011/2012**. Organização COGETEC. Brasília: 2012.

BUCHANAN, James et al. **El analisis economico de lo politico: lecturas sobre la teoria de la elección pública**. Madrid: Instituto de Estudios Economicos, 1984.

CAETANO Maria Raquel. **Relações entre o Público e o Privado: a gestão pedagógica da educação no Programa Circuito Campeão do Instituto Ayrton Senna (2007-2010)**. 300 folhas. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013.

CAETANO, Raquel; PERONI, Vera. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, Vera Maria Vidal (org). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, p. 89-107, 2015.

CARVALHO, E. J. G. Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADES): instrumento de soluções colaborativas para a educação ou uma nova estratégia de expansão e de controle do mercado educacional? **Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 103-128, jan./abr. 2018.

COSTA, Claudio Nascimento. **O Projeto Escola de Tempo Integral no Pará: o caso da escola Miriti.** 262 F. 2015 Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós Graduação em Educação. Belém, 2015.

GIDDENS, Antony. **A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal; ADRIÃO, Theresa. O público não-estatal: estratégias para o setor educa cional brasileiro. In.:PERONI, Vera Maria Vidal; ADRIÃO, Theresa (Org.). **O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e Sociedade**. São Paulo: Xamã, p.137-154, 2005.

PERONI, Vera Maria Vidal *et al*. **Relação público-privado na educação básica: notas sobre o histórico e o caso do PDE-PAR – Guia de Tecnologias.** Série-Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, MS, n. 34, p. 31-44, jul./dez. 2012.

PERONI, Vera Maria Vidal et al. Relações entre o Público e o Privado na Educação Básica Brasileira: implicações para processos de democratização. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 7, n.1, p. 92-109, 2013

PERONI, Vera Maria Vidal. Múltiplas formas de materialização do privado na Educação Básica Pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

SAMPAIO JR. P. de A. **Crônica de uma crise anunciada: crítica a economia política de Lula e Dilma.** São Paulo: Amarante Editorial, 2017.

SENNA, Viviane. O Programa Acelera Brasil. **Em aberto**, Brasília, MEC/INEP, v. 17, n. 71, p. 145-148, 2000.

VAZ, Marta Rosani Taras; CAVALCANTE, Rafael Gomes. A relação Público e Privado na Educação Básica Brasileira. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, nº 42, mai-ago, 2022.

ENTRE A GESTÃO E O CUIDADO: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOB A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Valentiny Lüdtke Sebaje[1]

1. INTRODUÇÃO

A sustentação da escola pública vincula-se a um conjunto de práticas de cuidado, mediação e construção de vínculos essenciais à rotina escolar, as quais raramente recebem o devido reconhecimento como trabalho educativo. Historicamente delegadas às mulheres, essas atividades enfrentam uma condição ambígua: revelam-se indispensáveis ao funcionamento institucional, contudo permanecem invisibilizadas tanto no planejamento de políticas públicas quanto na produção teórica da área.

As reformas alinhadas à Nova Gestão Pública (NGP) concentraram as análises educacionais em categorias de eficiência, *accountability*, desempenho e governança. A literatura voltada à privatização da educação básica demonstrou a redefinição das fronteiras entre Estado e mercado por meio de parcerias público-privadas, evidenciando a crescente ingerência de agentes privados na gestão das redes públicas (Ball, 2014; Adrião, 2022; Peroni, 2018). Prevalece, contudo, uma abordagem focada em estruturas institucionais e arranjos gerenciais.

A centralidade concedida às dimensões administrativas suscitará lacunas na apreensão das relações sociais que sustentam o cotidiano escolar. Embora a produção acadêmica sobre priva-

1 Licenciada em Ciências Sociais; Universidade Federal de Pelotas; valentinysebaje1@gmail.com

tização da educação básica tenha consolidado importantes interpretações acerca da NGP e da reconfiguração das relações entre Estado e mercado, permanece pouco explorado o modo como essas transformações incidem sobre a divisão sexual do trabalho docente e sobre a organização das práticas de cuidado no cotidiano escolar. É nesse ponto que o presente estudo busca contribuir, ao articular os estudos sobre privatização às contribuições da sociologia feminista e da teoria da reprodução social.

Em um segmento educacional composto majoritariamente por mulheres, a atividade docente extrapola o ensino formal e engloba o trabalho relacional e a reprodução social. Sob a articulação da sociologia feminista e da teoria da reprodução social (fundamentada na concepção de gênero de Joan Scott (1995) como categoria analítica e nas contribuições de Danièle Kergoat (2009), Helena Hirata (2022) e Nancy Fraser (2024)), as relações de gênero e o trabalho de cuidado constituem chaves teóricas capazes de desmitificar a neutralidade da racionalidade gerencialista e revelar a reorganização do trabalho docente.

2. OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a produção acadêmica sobre a privatização da educação básica, investigando em que medida as relações de gênero e o trabalho de cuidado são incorporados como categorias analíticas para a compreensão dos impactos do gerencialismo sobre o trabalho docente. Para alcançar essa finalidade, definem-se como objetivos específicos: mapear as categorias analíticas predominantes nos estudos sobre privatização da educação básica, com foco nas noções de Estado, mercado, governança e Nova Gestão Pública; analisar as contribuições da teoria da reprodução social e da sociologia feminista na apreensão dos efeitos da privatização sobre o trabalho docente e as práticas de cuidado no espaço escolar; e discutir os limites de abordagens estritamente institucionais, operando o gênero como dimensão analítica estruturante das relações de poder na análise das políticas educacionais.

3. JUSTIFICATIVA

O campo de estudos sobre a privatização da educação básica no Brasil estabeleceu-se mediante o exame das alterações na atuação estatal e da introdução de novos mecanismos de regulação. A hegemonia do foco político-administrativo, contudo, atribui posição secundária à dinâmica relacional e às categorias de divisão sexual do trabalho, reprodução social e cuidado no debate sobre as reformas educacionais.

A teoria da reprodução social permite conceber a escola como instituição basilar para a sustentação da vida social. Dada a feminização histórica da docência na educação básica, as práticas de acolhimento e mediação acabam subordinadas às métricas formais do sistema. O estudo justifica-se, portanto, pela proposição de um deslocamento analítico que apreenda a privatização como um processo de reconfiguração do trabalho docente e das condições de realização do cuidado no contexto escolar.

4. METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e abordagem relacional, compreendendo a produção científica como um processo de construção no qual a seleção conceitual orienta a visibilidade dos fenômenos.

O corpus investigativo reúne produções referenciais da sociologia das políticas educacionais (Stephen Ball, Theresa Adrião e Vera Peroni) em articulação teórica com a sociologia feminista e a teoria da reprodução social (Nancy Fraser, Helena Hirata e Danièle Kergoat).

A análise desenvolve-se por meio de leitura analítica e comparação temática das categorias mobilizadas pelas diferentes tradições teóricas, buscando identificar convergências, tensões, silenciamentos e possibilidades de articulação entre os referenciais. Para tanto, serão contrapostas categorias como governança, *accountability* e performatividade aos conceitos de divisão sexual

do trabalho, cuidado e reprodução social, avaliando o potencial heurístico dessa interlocução para a compreensão da privatização da educação básica.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus bibliográfico evidencia a hegemonia de abordagens focadas em indicadores de desempenho e governança na interpretação da privatização educacional, resultando na subalternização teórica do trabalho relacional.

A mobilização do referencial de Fraser (2024) evidencia que as métricas gerenciais invisibilizam as atividades de reprodução social indispensáveis ao cotidiano escolar. Em articulação com Kergoat (2009) e Hirata (2022), verifica-se que a omissão do trabalho de cuidado nos arranjos gerenciais intensifica a sobrecarga sobre a força de trabalho feminina, responsabilizada por atribuições desconsideradas pelos sistemas formais de avaliação.

Nessa perspectiva, ao desconsiderar o gênero como categoria estruturante (Scott, 1995), o gerencialismo mascara sob uma suposta neutralidade técnica a imposição de lógicas performativas e mensuráveis. O processo não apenas reorganiza os mecanismos de gestão, mas reconfigura o significado social do trabalho docente, subordinando suas dimensões relacionais, políticas e de cuidado.

A síntese teórica demonstra que a privatização incide diretamente sobre a redefinição do trabalho docente, impondo a incorporação das dimensões afetivas e reprodutivas na agenda de pesquisa sobre políticas educacionais.

6. CONCLUSÕES

A privatização da educação básica estende seus efeitos para além das alterações administrativas entre o setor público e o privado. A aplicação da teoria da reprodução social indica que as racionalidades gerencialistas afetam as bases sociais responsáveis pela manutenção diária da escola pública.

A sociologia feminista permite situar o espaço escolar como locus de reprodução social, onde as exigências de produtividade entram em tensão com o trabalho de cuidado desempenhado por educadoras. Indica-se a oportunidade de pesquisas empíricas futuras dedicadas a examinar como diferentes modalidades de parcerias público-privadas impactam a organização do trabalho docente, as práticas de cuidado e as relações de gênero no cotidiano das redes públicas de ensino.

Ao articular os estudos sobre privatização da educação com a teoria da reprodução social e a sociologia feminista, o trabalho propõe ampliar o repertório analítico das políticas educacionais, evidenciando que a racionalidade gerencial reorganiza não apenas a gestão escolar, mas também as condições sociais de produção do trabalho docente e do cuidado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília: ANPAE, 2022. E-book (297 p.). ISBN 978-65-87561-25-7. Disponível em: http://www.anpae.org.br. Acesso em: 3 ago. 2026.

APPLE, Michael W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 21, n. 46, p. 606-644, 2015.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta — e o que podemos fazer a respeito. Tradução de Aline Scátola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

HIRATA, Helena. **O cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Relação público-privado na educação básica**: sujeitos e disputas pela direção da educação. São Paulo: Xamã, 2018.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

S456

II Seminário Nacional do NEPPE: diálogos sobre a privatização da educação básica: as parcerias público-privadas em questão / Organização de Maria de Fátima Cóssio, Luis Eduardo dos Santos Celente. – Porto Alegre: Evangraf, 2026.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5699-540-3

1. Privatização da educação. 2. Educação pública. 3. Parcerias público-privadas na educação. 4. Políticas educacionais. 5. Gestão educacional. 6. Congressos e seminários. I. Cóssio, Maria de Fátima (Organizadora). II. Celente, Luis Eduardo dos Santos (Organizador). III. Título.

CDD 379.1

Índice para catálogo sistemático
I. Privatização da educação

NEPPE

Núcleo de Estudos e Pesquisas
em Políticas Educacionais

ISBN 978-65-5699-540-3